

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

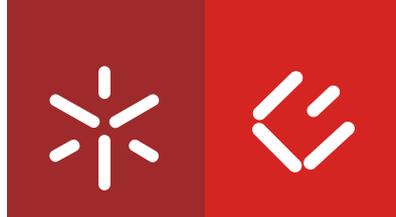
Liliana Raquel dos Santos Fernandes

**Do *kemalismo* ao *neo-otomanismo*:
o desenvolvimento político e a «Nova
Turquia» de Recep Tayyip Erdogan (2003-2014)**

Liliana Raquel dos Santos Fernandes **Do *kemalismo* ao *neo-otomanismo*: o desenvolvimento político e a «Nova Turquia» de Recep Tayyip Erdogan (2003-2014)**

UMinho | 2016

janeiro de 2016



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Liliana Raquel dos Santos Fernandes

**Do *kemalismo* ao *neo-otomanismo*:
o desenvolvimento político e a «Nova
Turquia» de Recep Tayyip Erdogan (2003-2014)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Jorge Tavares da Silva
e da
Professora Doutora Sandra Fernandes

DECLARAÇÃO

Nome: Liliana Raquel dos Santos Fernandes

Endereço eletrónico: fsantosraquel@gmail.com

Telefone: 938 138 941

Número do Cartão de Cidadão: 13613727

Título da dissertação: Do *kemalismo* ao *neo-otomanismo*: o desenvolvimento político e a «Nova Turquia» de Recep Tayyip Erdogan (2003-2014)

Orientadores: Professor Doutor Jorge Tavares da Silva e Professora Doutora Sandra Fernandes

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Ciência Política

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/ ___/___

Assinatura: _____

Agradecimentos

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, e lembrai-vos que as grandes coisas do Homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

Charles Chaplin

Ousarei escrever algumas palavras, por mais exíguas que possam ser perante o valor dos que citarei. Arriscarei!

Aos meus pais, por me inculcaram os valores da igualdade, da participação, da justiça e da liberdade que me levaram a redigir esta tese. Pelo apoio incondicional, pelo suporte, pela confiança e pela presença. Pelos sorrisos e preocupação, pela dedicação e amor.

Ao Professor Doutor Jorge Tavares da Silva, por acreditar neste trabalho desde as primeiras linhas escritas e pela assídua cooperação para o melhorar dia após dia. Pela disponibilidade, pelo incentivo, pelos ensinamentos e sugestões, preciosos para a sua conclusão.

À Professora Doutora Sandra Fernandes, pela visão crítica e profissional. Por acreditar na pertinência e no potencial deste trabalho.

Ao meu namorado Nelson, por durante longos meses respirar a democracia e a Turquia. Pelo companheirismo e pela força. Pela calma, pelas palavras e pelos atos.

À minha amiga Té, pelas conversas, pela ajuda e pelo esforço em tentar compreender as máquinas quando eu já não tinha paciência. Pela partilha de ideias e pelas vastas horas de conversas políticas.

Ao G.A.N.G, a todas as minhas amigas e amigos. Ao meu afilhado Gustavo, pelos abraços e sorrisos. Obrigada por simplesmente existirem.

Do *kemalismo* ao *neo-otomanismo*: o desenvolvimento político e a «Nova Turquia» de Recep Tayyip Erdogan (2003-2014)

Resumo

Não há consenso sobre o que realmente constitui uma democracia. Várias definições foram formuladas e posteriormente contestadas, num intenso debate sobre as variáveis que influenciam a sua qualidade e a sua legitimidade. Não sendo a participação, a liberdade e o pluralismo político as únicas variáveis por excelência da democracia, a preponderância destes indicadores no estudo da qualidade democrática dos Estados deve ser encarecida e acautelada.

Quando em 1923 Mustafa Kemal fundou a República da Turquia, fê-lo com base ideológica num Estado-nação moderno, democrático e secular. Quase um século depois, Recep Tayyip Erdogan, um devoto muçulmano, evidencia querer dar um novo sentido ao secularismo na Turquia, rumo à retoma do extinto Império Otomano, na reformulação de uma «Nova Turquia». Após 11 anos de governação, as críticas à liderança autocrática e à imposição de leis de orientação islâmica no país patenteiam a asfixia do crescimento nacional de outrora, num redobramento de guerras político-culturais entres muçulmanos e seculares.

O estudo apresentado contextualiza o desenvolvimento político na Turquia desde a sua fundação enquanto um Estado republicano e as veracidades do regime de Erdogan, testando a qualidade democrática do mesmo, através de uma análise ao papel da participação, das liberdades e do pluralismo, atendendo à imposição de hegemonia política, ao autoritarismo islâmico e à demagogia do governante, respeitando-se três clivagens históricas pertinentes à investigação: conflito político; conflito religioso e conflito étnico-territorial.

Palavras-chave: Turquia; Erdogan; regime democrático; desenvolvimento político; liberdades civis; islamização.

From *kemalism* to the *neo-ottomanism*: policy development and the «New Turkey» of Recep Tayyip Erdogan (2003-2014)

Abstract

There is no consensus about what actually constitutes a democracy. Several definitions were formulated and subsequently challenged in an intense debate about the variables that influences its quality and its legitimacy. Not being participation, freedom and political pluralism the only variables par excellence of democracy, the preponderance of these indicators in the study of democratic quality of the states must be praised and safeguarded.

When in 1923 Mustafa Kemal founded the Republic of Turkey, did it with the ideological basis of a modern nation-state, democratic and secular. Almost a century later, Recep Tayyip Erdogan, a devout Muslim, wants to give a new meaning to secularism in Turkey, towards the resumption of the former Ottoman Empire, by the reformulation of a "New Turkey". After 11 years of governance, the criticism of his autocratic leadership and the imposition of Islamist orientation laws in Turkey, hide the old national growth in a redoubling of political and cultural wars between Muslims and secular people.

The presented study contextualizes the political development in Turkey since its foundation as a Republican state and the truthfulness of the Erdogan regime, testing the democratic quality of it, by analyzing the role of participation, freedom and pluralism, attending to the political hegemony, to the Islamic authoritarianism and to the demagogy of the Prime Minister, respecting three relevant historical cleavages: a political conflict; a religious conflict and an ethnic and territorial conflict.

Keywords: Turkey; Erdogan; democracy; political development; civil liberties; islamization.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Índice de Tabelas.....	.xi
Índice de Ilustrações.....	.xi
Índice de Gráficos.....	.xi
Lista de Siglas e Acrónimos.....	xiii
Lista de Siglas e Acrónimos dos Partidos Políticos Turcos	xiv
Introdução.....	1
Enquadramento do tema.....	1
Problemática da investigação	5
Metodologia e Estrutura do Estudo	10
Capítulo I – Conceitos e enquadramento teórico	15
1.1. O que é a democracia? O valor da participação, das liberdades civis e do pluralismo	15
1.2. A Qualidade da Democracia.....	21
Capítulo II – Entre a herança otomana e <i>kemalista</i> : situação política de um Estado-nação moderno, democrático e secular (1923-2002).....	25
2.1. Entre a Ásia e a Europa – singularidades de uma nação	25
2.2. A Turquia de Ataturk (1923-1938)	27
2.3. Do sistema de partido único à democracia - como evoluíram as liberdades civis e a influência da religião nos partidos políticos (1938-2002).....	30
Capítulo III – A «Nova Turquia»	45
3.1. A vitória do AKP nas eleições de 2002 – ideologia partidária e a mensagem política de Abdullah Gul.....	45
3.2. A governação de Recep Tayyip Erdogan – a nova identidade da nação e a qualidade da democracia.....	50
3.3. Manifestações de Gezi – o recrudescimento da contestação democrática	64
Capítulo IV – Análise Reflexiva	71
4.1. A influência das Forças Armadas, o projeto <i>kemalista</i> e a questão curda	71
4.2. O desenvolvimento político - a evolução das liberdades civis e os processos de reislamização da sociedade	72
4.3. Nova construção identitária – Erdogan, o Islamismo e a democracia.....	76

Capítulo V – Conclusões	89
Bibliografia	93
Referências Eletrônicas	96
Anexo I – Critérios de Adesão do Boletim da União Europeia	
Anexo II – Critérios de Copenhaga aplicados à candidatura da Turquia	
Anexo III - Freedom House Checklist for Political Rights and Civil Liberties	
Anexo IV – Indicadores The Economist Intelligence Unit's - index of <i>democracy</i> para a quantificação da qualidade da democracia	
ANEXO V – Catalogação <i>The Economist Intelligence Unit's - index of democracy</i>	
Anexo VI – Mapa da Turquia com referência às Províncias turcas do Curdistão	

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Resultados das eleições legislativas de 1961.....	33
Tabela 2 – Aumento da população na Turquia.....	37
Tabela 3 - Resultados das eleições legislativas de 1991	38
Tabela 4 - Resultados das eleições legislativas de 1995	39
Tabela 5 - Resultados das eleições legislativas de 1999.....	42
Tabela 6 - Resultados das eleições legislativas de 2002.....	46
Tabela 7 – Apoio popular à integração da Turquia na UE.....	49
Tabela 8 - Resultados das eleições legislativas de 2007.....	52
Tabela 9 - Resultados das eleições legislativas de 2011.....	59

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 – Manifestações em Gezi	64
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 2 – Índice de democracia 2008.....	57
Gráfico 3 – Índice de democracia 2010.....	58
Gráfico 5 – Índice de democracia 2012.....	61
Gráfico 6 – Principais reivindicações dos manifestantes de Gezi	67
Gráfico 7 – Motivos de adesão aos protestos de Gezi.....	68
Gráfico 8 – Motivos de permanência em Gezi.....	69
Gráfico 9 – Funcionamento do Governo após a primeira reeleição do AKP	79
Gráfico 10 – Pluralismo e Processo Eleitoral após a primeira reeleição do AKP	80
Gráfico 11 – Liberdades civis após a primeira reeleição do AKP.....	81
Gráfico 12 – Liberdades civis em Portugal, na Turquia e no Cazaquistão	82
Gráfico 13 – Participação política após a primeira reeleição do AKP.....	83
Gráfico 14 – Cultura política após a primeira reeleição do AKP	84

Índice de Quadros

Quadro 1 - Princípios e valores democráticos.....	22
Quadro 2 - Conceções da Democracia.....	24
Quadro 3 - Eleitores-padrão do AKP e do CHP	51
Quadro 4 – Perceções eleitorais dos cidadãos e o projeto do AKP.....	77

Lista de Siglas e Acrónimos

ASALA – Exército Secreto Arménio para a Libertação da Arménia, do inglês *Armenian Secret Army for the Liberation of Armenia*

CIA – Agência Central de Inteligência, do inglês *Central Intelligence Agency*

EUA – Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

GUE/NGL – Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

NGOs – Organizações não-governamentais, do inglês *Non-Governmental Organizations*

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PPE – Partido Popular Europeu

SI – Sistema Internacional

UE – União Europeia

UN – Nações Unidas, do inglês *United Nations*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Siglas e Acrónimos dos Partidos Políticos Turcos

- ANAP** – Partido da Pátria, do turco *Anavatan Partisi*
- AKP** – Partido da Justiça e do Desenvolvimento, do turco *Adalet ve Kalkinma Partisi*
- AP** – Partido da Justiça, do turco *Adalet Partisi*
- BDP** – Partido para a Paz e Democracia, do turco *Baris ve Demokrasi Partisi*
- CHP** – Partido Republicano do Povo, do turco *Cumhuriyet Halk Partisi*
- CKMP** – Partido Republicano da Nação dos Camponeses, do turco *Cumhuriyet Koylu Millet Partisi*
- DEP** – Partido da Democracia, do turco *Demokrasi Partisi*
- DP** – Partido Democrata, do turco *Demokrat Parti*
- DSP** – Partido da Esquerda Democrática, do turco *Demokratik Sol Parti*
- DYP** – Partido da Via Justa, do turco *Dogru Yoi Partisi*
- FP** – Partido da Virtude, do turco *Fazilet Partisi*
- GP** – Partido da Confiança, do turco *Guyen Partisi*
- HADEP** – Partido da Sociedade Democrática, do turco *Halkin Demokrasi Partisi*
- HDP** – Partido Democrático do Povo, do turco *Halklann Demokratik Partisi*
- MÇP** – Partido Nacionalista dos Trabalhadores, do turco *Milliyetçi Çalışma Partisi*
- MHP** – Partido de Ação Nacionalista, do turco *Milliyetçi Hareket Partisi*
- MNP** – Partido da Ordem Nacional, do turco *Milli Nizam Partisi*
- MP** – Partido Nacionalista, do turco *Millet Partisi*
- MSP** – Partido de Salvação Nacional, do turco *Milli Selâmet Partisi*
- PKK** – Partido dos Trabalhadores do Curdistão, do turco *Partiya Karkerê Kurdistan*
- RP** – Partido do Bem-Estar, do turco *Refah Partisi*
- SCF** – Partido Republicano Liberal, do turco *Serbest Cumhuriyet Firkasi*
- SHP** – Partido Social-democrata Popular, do turco *Sosyaldemokrat Halkçi Partisi*
- SP** – Partido da Felicidade, do turco *Saadet Partisi*
- TCF** – Partido Republicano Progressista, do turco *Terakkiperver Cumhuriyet Firkasi*
- TIP** – Partido dos Trabalhadores da Turquia, do turco *Turkiye İşçi Partisi*
- YTP** – Partido Nova Turquia, do turco *Yeni Turkiye Partisi*

Introdução

Enquadramento do tema

Esta dissertação visa analisar o desenvolvimento político na Turquia, entre 2003-2014, numa tentativa de perceção sobre a influência de Erdogan na governação do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), sendo que o seu papel dominante no exercício do poder, inequivocamente, conduziu a Turquia para “uma enorme revolução democrática” (Insel, 2015: 15). Sendo que grande parte dos estudos da ciência política se concentra no estudo das democracias, defendemos que a análise ao desenvolvimento político turco e aos seus processos de democratização representa uma pertinente prerrogativa no âmbito da ciência política, ora pela “influyente bilateralidade nas relações internacionais que [a Turquia] mantem com o Ocidente e o Médio Oriente” (Liman & Prado, 2004: 15) ora pelo seu complexo mapa político que possui.

Num ambiente multicultural repartido entre dois continentes – Europa e Ásia – e três mares – Mediterrâneo, Negro e Egeu – a Turquia possui uma longa história de evolução democrática que já conta com quase 100 anos. Sendo “um dos Estados com maior capacidade militar” (Liman & Prado, 2004: 156) – décimo no ranking mundial¹ - e devido à localização geográfica que ocupa, a Turquia representa um importante aliado diplomático e militar do Ocidente² na resolução dos atuais conflitos no Médio Oriente.

Proclamada a 29 de outubro de 1923, a República da Turquia foi fundada a partir dos restos do Império Otomano, derrotado pelo herói nacional Mustafa Kemal³, mais tarde homenageado com o título de Ataturk - o pai dos turcos.

“Tornou-se Ataturk, Pai dos Turcos, deixando cair o nome árabe de Mustafa e assinando Kemal Ataturk. E na verdade Ataturk era o pai dos turcos, da Turquia que agora existia no mapa” (Kinross, 1993: 474).

¹ De acordo com informações do *Global Firepower Index.*, a Turquia é décima maior potência militar a nível mundial. A informação pode ser consultada em <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>

² Embora não exista consenso sobre uma definição das semelhanças das diferentes regiões localizadas a oeste, é consensual que esta região foi predominantemente influenciada pela civilização greco-romana e pelo cristianismo. A sua população é significativamente de ascendência europeia e possui culturas e sociedades fortemente influenciadas pela Europa (Kurth, 2004: 6).

³ Em 1919, Mustafá Kemal, mais tarde Kemal Ataturk, liderou o Movimento Nacional Turco, um grupo de revolucionários turcos que, facilmente, conseguiu apoio junto do povo e liderou a Guerra da Independência da Turquia, levando à dissolução do Império Otomano (1922) e à fundação da República da Turquia (1923).

Muito mais que um título honorário, o nome Atatürk representa o artífice da Turquia republicana e a essência do Estado turco – modernização, democracia e laicidade. As reformas por si introduzidas conduziram a Turquia à instituição de laços diplomáticos com o mundo ocidental e transformaram-na num importante ponto geopolítico e geoestratégico no vínculo Ocidente-Oriente (Liman & Prado, 2004: 143). Enquanto Estado fundador da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) em 1948, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em 1975 e do Grupo dos 20 (G20) em 1999, é também Estado candidato à União Europeia (UE) desde 1999 e membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde 1952.

A governação de Recep Tayyip Erdoğan⁴ provocou um recrudescimento na influência da Turquia nas regiões do extinto Império “sob uma doutrina que projeta a ideia de retoma do Império Otomano” (Liman & Prado, 2004: 40), reconfigurando a política externa turca, que até ao momento, apenas dispunha da aliança com os Estados Unidos da América (EUA). As alterações do Sistema Internacional (SI) e da economia turca produziram uma nova estratégia externa, não só em termos diplomáticos, como também na afirmação da Turquia como uma potência geopolítica (Leões, 2014: 59).

A influência da Turquia nas Balcãs, na região do Cáucaso, na Ásia Central e no Médio Oriente, potenciam uma atenção especial e um olhar atento do Ocidente e da comunidade académica, quer pelas repercussões futuras que daí possam ser geradas, quer pela conceção de uma nova ideologia política, não apenas centrada no Islamismo, mas também na reorganização de vários Estados soberanos da região, denominada por *neo-otomanismo*⁵.

Após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Turquia começou a concentrar-se nas regiões do Cáucaso Sul – Arménia; Geórgia e Azerbaijão – e da Ásia Central – Cazaquistão; Quirguistão; Tajiquistão; Turquemenistão e Uzbequistão. O final da Guerra Fria abriu portas à ação da Turquia nos Estados recém-criados, mesmo porque, em termos étnicos, apenas o Tajiquistão não é descendente dos povos turcomanos (Hiro, 2009: 99). A influência turca nestas regiões representou ainda importantes parcerias estratégicas – exportação petrolífera do Azerbaijão para a Turquia e partilha da rivalidade com a Arménia – propugnando o

⁴ Recep Tayyip Erdoğan é o atual Presidente da República da Turquia. Entre 14 março de 2003 e 28 de agosto de 2014 exerceu o cargo de Primeiro-Ministro.

⁵ O termo *neo-otomanismo* foi utilizado, pioneiramente, pelos Gregos, após a invasão turca ao Chipre, em 1974. Atualmente, o vocábulo é utilizado para descrever a política externa do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), no poder desde 2002.

fortalecimento das relações com os países vizinhos e ressaltando que a Turquia não é apenas uma ponte entre o Oriente e o Ocidente (Baran, et al., 2008: 10).

Com base na *Teoria da Profundidade Estratégica*, formulada por Ahmet Davatuglu, o AKP e Erdogan, revelam uma mudança normativa da política turca, quer a nível religioso (secularismo vs. islamismo), quer a nível ideológico (republicanismo vs. imperialismo). Esta tentativa de reconfiguração da política turca é uma mudança normativa na definição da história, da cultura e da identidade da Turquia, dominada pelo legado *kemalista* de Atatürk. A evocação do passado otomano e a redefinição da política externa da Turquia, como país central na sua área de influência, questionam o lugar da identidade secular emanada pelo seu fundador. A mudança ideológica influencia a mudança religiosa, no sentido em que a herança otomana está, inequivocamente, associada à herança muçulmana.

Os princípios republicanos e seculares entram em clivagem com a ascensão do papel do Islamismo na vida política, alvejando a importância de uma clarificação a nível da política interna – papel dos Islamismo – para uma melhor compreensão da sua política externa – *neo-otomanismo*. Atualmente, alguns Estados do espaço euro-atlântico acusam mesmo a Turquia de “práticas semelhantes ao Irão e ao restante Médio Oriente e temem que a mesma se esteja a tornar demasiado islâmica para ser aceite como membro pleno da UE” (Baran, 2010: 115).

A política de “zero problemas com os vizinhos” – máxima da *Teoria da Profundidade Estratégica* – apesar da sua multidimensionalidade, revelou-se mais idílica que o esperado e, conscientes da necessidade de vincar a sua posição, Erdogan e o AKP não acompanharam a polarização da sociedade, optando por uma assimilação multiétnica e islâmica da população.

A nível da política interna, os direitos individuais, as liberdades civis e a transparência são princípios descartados nesta governação e, por isso, a Turquia apresenta lacunas nos primórdios da conceção da democracia liberal de Coppedge, et al. (2010) – ver quadro 1. As instituições e os meios de comunicação são pouco independentes e as garantias constitucionais pouco explícitas. O pluralismo político – como constataremos no capítulo V – é reduzido, e os parâmetros democráticos pouco consensuais. A Constituição da República tem vindo a sofrer várias emendas em privilégio dos intervenientes políticos e, o processo de *accountability*⁶, enquanto mecanismo que possibilita a responsabilização dos ocupantes dos cargos políticos, não revela um processo de auditoria independente.

⁶ Embora não haja uma tradução exata na Língua Portuguesa, o termo *accountability* poderá ser entendido como a prestação de contas a entidades controladoras.

O regime político turco é ambíguo, enquadrando-se entre as democracias eleitorais e os regimes de autoritarismo competitivo (Diamond, 2002: 32), podendo ainda ser considerado um regime híbrido, “regime de transição de um governo autoritário para uma democracia, para um regime autoritário liberalizado ou para uma democracia liberal restritiva” (O’Donnell & Guillermo, 1986: 9). O parlamentarismo foi instaurado pela Constituição de 1982, sendo que compete ao Presidente da República nomear o Primeiro-Ministro. Por sua vez, o Presidente da República é nomeado pelo Parlamento, por um mandato de sete anos. O poder legislativo está a cargo da Grande Assembleia Nacional, Parlamento unicameral com 550 deputados, eleitos por sufrágio universal.

De acordo com a Agência Central de Inteligência (CIA), 99,8% da população é muçulmana (CIA, 2014). Em 1924, com a abolição do califado⁷, o secularismo foi introduzido na Primeira Constituição da República da Turquia e a questão religiosa, desde então, não só representa uma aliciante tese nas relações externas da Turquia, como afigura um interessante debate. Tomemos como exemplo, o caso dos sociais-democratas *kemalistas* do Partido Republicano do Povo (CHP)⁸ – defensores da democracia e da laicidade – e dos islâmicos do já extinto Partido do Bem-estar (RP) – defensores da implementação da Lei Islâmica⁹ - que defendem a ligação entre a Religião e o Direito e, por conseguinte, a inexistência do Estado de Direito. No entanto, e apesar das clivagens religiosas, vários partidos políticos turcos defendem, mutuamente, um ponto-chave da política interna – o nacionalismo turco – como os seculares de centro-esquerda do CHP e os islâmicos de extrema-direita do RP.

O surgimento do AKP, fundado pela ala moderada e reformista do Partido da Virtude (FP), sucessor do RP, fez prever uma via moderada entre a ala *kemalista* e a ala islâmica. Partido de centro-direita, defensor da liberalização de mercado e da adesão da Turquia à UE, revelou, à posterior, defender um Estado Confessional, segundo uma democracia islâmica¹⁰. Após 11 anos à frente do Governo da Turquia, reformulou a política interna do país – lugar de destaque da religião dentro da sociedade; várias emendas à Constituição e pretensões para o regresso ao sistema presidencialista – e a sua política externa – a *Teoria da Profundidade Estratégica* e a sua influência *neo-otomana*.

⁷ No califado, forma islâmica de Governo, o chefe de Estado, é o califa, sucessor do profeta Maomé, na autoridade política.

⁸ Partido Republicano do Povo, fundado por Kemal Ataturk, é o mais antigo partido político da Turquia. Ainda hoje representa um dos principais partidos turcos e é o principal partido de centro-esquerda do país.

⁹ A Lei Islâmica é muitas vezes mencionada também como Lei Corânica, devido ao facto de o Corão, livro sagrado do Islão, ser a fonte de jurisprudência islâmica mais importante. A Suna, obra que descreve a vida do profeta Maomé, é a segunda fonte de jurisprudência e só uma interpretação articulada das duas obras permite uma correta prática do Islamismo.

¹⁰ Esta conceção prevê que o Estado respeite a separação da Religião do Direito, opondo-se às teocracias orientadas pela Lei Islâmica mas que possuam, em Constituição, uma religião assumida.

Problemática da investigação

A Turquia apresenta um interessante e complexo mapa político devido, essencialmente, a três clivagens – ideológica (esquerda vs. direita); religiosa (secularismo vs. islamismo) e étnico-territorial (turcos vs. curdos). Desde a fundação da República Turca que o conflito político ideológico entre a esquerda clássica da elite burocrática-militar *kemalista* e a direita conservadora e nacionalista da contra elite turco-islâmica (Fernandes, 2005: 76) está presente. A influência militar, sob ação das Forças Armadas turcas, ainda hoje, possui um forte envolvimento político no país, exaltando-se como unificadora da nação.

As várias ideologias políticas e as diferentes visões dos partidos políticos sobre causas como a questão curda – analisada mais à frente – a adesão à UE e a influência no Médio Oriente contribuem para um diversificado mapa político-partidário, desde os nacionalistas de extrema-direita do Partido de Ação Nacionalista (MHP), até aos pró-curdos de esquerda do extinto Partido para a Paz e Democracia (BDP) e do Partido Democrático do Povo (HDP), passando pelos conservadores de centro-direita do AKP e pelos sociais-democratas de centro-esquerda do CHP. Esta disparidade ideológica, concludentemente, está associada à clivagem religiosa, quer pela oposição laica/islâmica, quer pela confrontação entre a população muçulmana sunita – maioritária – e a população muçulmana xiita, de maioria alevita.

Cristãos e judeus – as únicas minorias religiosas oficialmente reconhecidas pela Constituição – defendem o princípio secular da República. A Turquia é um Estado laico, sem religião oficial – de acordo com a Constituição deve se respeitar a liberdade religiosa e de consciência – mas o aumento da participação da Turquia no Médio Oriente reflete não só o desejo de se tornar numa superpotência regional (Fernandes, 2005: 80), como um perigo para o secularismo, no sentido em que este não proíbe a religião, pelo contrário, atribui liberdade de escolha a cada um dos indivíduos.

“Durante muitos anos, a Turquia satisfaz dois dos requisitos mínimos para que um país dilacerado mudasse de identidade civilizacional. As elites do país apoiavam esta evolução e a opinião pública concordava. No entanto, as elites da civilização recipiente, a Ocidental, não foram muito recetivas. O ressurgimento do Islão dentro da Turquia ativou sentimentos antiocidentais no povo e começou a minar a orientação secularista e pró-ocidental das elites turcas. Os obstáculos à Turquia para se tornar um país perfeitamente europeu, a limitação da sua capacidade em desempenhar um papel importante em relação às antigas repúblicas soviéticas turcófonas e a ascensão das tendências islâmicas estão a corroer a herança de Atatürk, tudo levando a crer que a Turquia permanecerá por muito tempo um país dilacerado” (Huntigton, 1996: 174).

Numa análise ao trabalho de Huntington (1996), Fernandes (2005) clarifica-nos que

“O Islão nunca foi verdadeiramente eliminado da sociedade turca, apenas foi removido das instituições estatais pela elite *kemalista*, continuando, em termos sociológicos, profundamente enraizado na mesma” (Fernandes, 2005: 77).

A clivagem étnico-territorial inicia-se com os acontecimentos que após a Primeira Guerra Mundial originaram a formação da atual República da Turquia, a partir do multiétnico e multirreligioso Império Otomano, vindo no Tratado de Sèvres¹¹ (1920) a sua autonomia local reconhecida, com possibilidade de independência futura (Fernandes, 2005: 84). Posteriormente, é assinado na Suíça, o Tratado de Lausanne (1923)¹² que reconhecia os direitos das minorias gregas, arménias e judaicas. Por serem, maioritariamente muçulmanos, os curdos vieram ser anulado o reconhecimento de um estatuto especial, invalidando a autonomia/independência que lhes fora concebida pelo Tratado de Sèvres (Fernandes, 2005: 85).

Com base na ideologia Socialista-Marxista¹³, o curdo Abdullah Ocalan, funda o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), iniciado um movimento de guerrilha em 1984, após a proibição da celebração do *Newroz*¹⁴. Ainda hoje, “na Turquia, tal como no Irão, os curdos são vistos como cidadãos de segunda e a hipótese da independência parece manifestamente distante” (Carrasco, 2015). A causa curda na Turquia luta pela criação de um Estado independente/autónomo e por mais direitos políticos para os cidadãos em solo turco. As próprias autoridades turcas temem que uma autonomização curda, seja de que tipo for, possa incitar a população curda à adesão aos movimentos separatistas (Ozcan, 2006: 2).

“Só uma conjuntura favorável abriria caminho às negociações para a autonomia e para o fim da conflitualidade. Mas, com esta situação, o AKP no governo e Ocalan preso, não me parece que seja viável. Os curdos terão de esperar pelo fim do “sultanato” de Erdogan e pela chegada a Ancara de um regime mais aberto, tolerante e reformador ou, então, aproveitarem-se da formação de um novo mapa político na região como consequência dos conflitos na Síria e no Iraque” (Carrasco, 2015).

¹¹ Acordo de paz assinado entre os Aliados e o Império Otomano a 10 de outubro de 1920, após a Primeira Guerra Mundial.

¹² Tratado de paz, assinado a 24 de julho de 1923, pelo Reino Unido, Japão, França, Itália, Grécia, Roménia, Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos e a Turquia, levando ao reconhecimento internacional da República da Turquia como sucessora do Império Otomano e anulando o Tratado de Sèvres.

¹³ O socialismo-marxismo é uma corrente ideológica baseada nos preceitos de Karl Marx. Perante um poder solidificado da burguesia devido às conquistas capitalistas da Revolução Industrial, fortaleceu-se a exploração do trabalho em favor do lucro. Os marxistas consideravam que a sociedade deveria desenvolver-se até ao ponto em que fosse possível o proletariado assumir o controlo dos meios de produção. Nessa altura, a sociedade haveria reunido as condições necessárias para a prática do comunismo.

¹⁴ Celebrado no primeiro dia da primavera do Hemisfério Norte, o *Newroz* assinala o primeiro dia do ano do calendário persa. Está profundamente enraizado em várias comunidades, entres as quais, a comunidade curda.

Embora a Turquia seja uma República parlamentar multipartidária, só os partidos políticos que alcancem, pelo menos, 10% dos votos, asseguram a representação na Grande Assembleia Nacional¹⁵, parlamento unicameral da Turquia, e único órgão detentor do poder legislativo. Possui um sistema eleitoral proporcional¹⁶ e a distribuição dos mandatos é feita de acordo com a fórmula de *Hondt*, que inflaciona o número de deputados quando um dos partidos tem vantagem sobre os restantes. A aplicação desta fórmula e a barreira eleitoral dos 10% dos votos para garantir assento parlamentar dificultam o pluralismo político, diminuem a representação política dos cidadãos e favorecem os grandes partidos, sendo a Turquia muitas vezes conectada à prática do bipartidarismo – nas eleições de 3 de novembro de 2002, dos 11 partidos que concorreram, apenas AKP e CHP garantiram representação na Assembleia: 363 deputados contra 178, tendo o AKP assegurado a maioria absoluta.

Defendeu em campanha eleitoral os princípios *kemalistas*, o secularismo, como garantia da liberdade individual, e a adesão à UE¹⁷. Promoveu a igualdade de direitos para crentes e não crentes (Rubiol, 2004: 477) e o programa eleitoral do partido indigitava que as primeiras medidas do Governo seriam dirigidas à situação económica do país e ao cumprimento dos requisitos necessários para a integração na EU – ver anexo I e anexo II – entre elas as emendas necessárias à Constituição à luz da Convenção Europeia dos Direitos Humanos – a proibição da tortura (artigo 3º); a liberdade de expressão (artigo 7º) e a liberdade de pensamento, de consciência e de religião (artigo 9º).

Na opinião da fração *kemalista*, este discurso coadjuvava a alteração da Constituição de acordo com a retórica pela causa do Islão político e com os antigos manifestos religiosos de Erdogan (Insel, 2015: 10), que culminaram numa sentença de prisão de dez meses por incitar o ódio religioso e, ainda, a impossibilidade de ocupar cargos políticos. Por isso, após a vitória do AKP em 2002, Abdullah Gul assumiu o cargo de Primeiro-Ministro, procedendo, à posterior, a uma emenda Constitucional que suspendia a inabilidade dos condenados por delitos religiosos, permitindo a Erdogan ser nomeado para o efeito.

¹⁵ A Grande Assembleia Nacional foi fundada em Ancara, a 23 de abril de 1920, durante a Guerra da Independência Turca. Possui 550 membros, eleitos para mandatos de cinco anos.

¹⁶ “O princípio unificador dos diversos sistemas proporcionais é, logicamente, constituído pela tentativa de garantir uma correspondência percentual, que nunca será perfeita, entre os votos obtidos pelos diversos partidos e os mandatos que lhe são atribuídos” (Pasquino, 2010: 163).

¹⁷ A Turquia é membro associado da UE desde 1963, quando Mustafa Ismet Inonu, do CHP era Primeiro-Ministro. Apenas em 1987, no governo de Turgut Ozal, do Partido da Pátria (ANAP) veio a apresentar a sua candidatura. Em 1999, no governo de coligação chefiado por Bulent Ecevit a candidatura foi reconhecida e, em 2005, sob a governação de Erdogan, iniciaram-se as negociações formais. A Alemanha teve várias críticas à eventual adesão turca, quer pelo aumento da emigração turca, quer pelo eventual aumento da influência islâmica na UE.

Os últimos anos da sua governação levantaram questões no que respeita à precisão eleitoral e, até que ponto, este processo é justo e livre. Segundo dados da Organização Transparência Internacional, divulgados em março de 2014¹⁸, a Turquia, devido a escândalos de corrupção, a investigações, a acusações formais e a detenções a jornalistas, viu a sua imagem deteriorada em relação à corrupção e à transparência. As perseguições, as pressões sobre o trabalho jornalístico e uma ação judiciária pouco independente foram aspetos que não passaram despercebidos à comunidade internacional e que parecem questionar se a velha vizinha do Médio Oriente será mesmo um modelo a seguir. Na Turquia, entre 2013 e 2014, o número de jornalistas nas prisões foi superior ao da China.

A falta de acompanhamento dos canais televisivos turcos a todo este processo de restrições e privações levou a um aumento significativo das considerações à prática de atos de censura ordenados pelo Governo, levando o regime de Erdogan a conotações com regimes autocráticos¹⁹ (Fernandes, 2014) e de influência otomana, “agindo mais como um sultão do que como um democrata” (Micklethwait & Wooldridge, 2015: 10).

As intolerâncias à liberdade de expressão e de informação, a violação dos direitos humanos e a forma como o governo procedeu ao tratamento das minorias constituíram um grande obstáculo à consolidação democrática, sendo que a garantia dos direitos e das liberdades permanece na incerteza, variando de acordo com a situação política “e o estado de espírito de Erdogan” (Insel, 2015: 12).

Com base nesta análise, pretendemos verificar a validade das seguintes hipóteses de trabalho:

HIPÓTESE PRINCIPAL

1. A governação de Recep Tayyip Erdogan foi influenciada pelo contexto religioso e pela sua hegemonia política²⁰.

¹⁸ Disponível para consulta em <http://www.transparency.org/cpi2014/results>

¹⁹ Como explica o politólogo Soner Cagaptay, em entrevista ao Jornal Público “o regime de Erdogan está a tornar-se, crescentemente, autocrático”.

²⁰ Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, o substantivo feminino hegemonia significa supremacia (entre cidades, nações e/ou povos). Em política, o conceito foi desenvolvido por Gramsci (1991), o qual assegura que a hegemonia é o domínio de uma classe social sobre as outras, em termos ideológicos. A capacidade de um grupo social unificar, em torno de si mesmo, o seu projeto político.

HIPÓTESES SECUNDÁRIAS

1. A demagogia política da governação de Recep Tayyip Erdogan provocou uma crise de representação política e, conseqüentemente, um enfraquecimento da democracia;
2. A substituição dos princípios seculares e democráticos estabelecidos por Kemal Ataturk pela imposição de uma ideologia centrada no envolvimento político da Turquia nas antigas regiões do Império Otomano afetou a qualidade democrática na Turquia;
3. Os Critérios de Copenhaga aplicados à Candidatura da Turquia à UE influenciaram a governação de Recep Tayyip Erdogan;
4. Os grupos de pressão e os movimentos sociais não apresentaram influência no sistema de decisão política da Turquia.

Considerando um conjunto de critérios previamente definidos e adiante explicados, é nosso objetivo analisar a transição das orientações *kemalistas* para uma conceção de governação *neo-otomana* e avaliar o desenvolvimento político do regime turco, liderado por Recep Tayyip Erdogan, Primeiro-Ministro da República da Turquia entre 14 de março de 2003 a 28 de agosto de 2014.

Podemos destacar dois objetivos centrais nesta investigação, que serão orientadores da pesquisa futura:

1. Compreender as alterações políticas e ideológicas que ocorreram na Turquia durante a governação de Recep Tayyip Erdogan;
2. Analisar o desenvolvimento político turco e a governação de Recep Tayyip Erdogan.

Na construção do nosso objetivo secundário, teremos em consideração os níveis de imposição de hegemonia política, o autoritarismo islâmico e a demagogia da governação:

1. Verificar se ocorreram insuficiências no funcionamento democrático na Turquia e as suas consequências nas relações externas com o Ocidente democrático.

Metodologia e Estrutura do Estudo

A investigação desta dissertação é de natureza interpretativa, num processo de interpretação da vida social e política, enleando ao método qualitativo. A nossa escolha recai sobre esta abordagem por ser a que melhor nos permite perceber o conhecimento subjetivo e que defende que a realidade não deve ser separada da subjetividade humana, colocando “o interesse geral no significado humano” (Erickson, 1986: 119). Embora estejamos a lidar com factos concretos, a natureza dos mesmos é subjetiva.

Partimos da formulação de um problema inicial e, posteriormente, enunciamos algumas questões centrais que através da recolha de informação procurámos confrontar no final. Consideramos que a metodologia qualitativa nos permitirá apurar as relações entre o nosso objeto de estudo e a realidade, ao mesmo tempo que, na parte final deste trabalho, recorreremos à metodologia quantitativa, de modo a melhor quantificar a qualidade da democracia da Turquia e a alcançar a objetividade necessária para a apresentação dos resultados.

O conhecimento científico fundamenta-se na elaboração de evidências empíricas – experiências vividas e/ou observadas – e levantadas através do método científico²¹. Enquanto ciência empírica, a Ciência Política, “não está apta para ensinar a ninguém aquilo que deve, mas sim apenas aquilo que pode e aquilo que quer fazer” (Weber, ap. Cohn, 1986: 21). Neste sentido, não pretendemos apresentar soluções ou desvendar conceitos categóricos, mas sim, numa tentativa de nos aproximarmos da realidade, apresentar argumentos válidos e conferir sentido à formulação das nossas hipóteses.

²¹ Etimologicamente, o vocábulo método deriva da palavra grega *odos* – caminho – e do prefixo *meta* – fim – podendo ser entendido como o caminho a seguir para alcançar uma finalidade.

Para Strauss (1987), a metodologia quantitativa estuda a relação entre variáveis quantificáveis, enquanto a metodologia qualitativa ocorre em contextos estruturais. Fernández & Díaz (2002) consideram que a metodologia qualitativa é centrada na compreensão, é exploratória e não provoca generalizações, como aliás, é nosso objetivo. Contudo, ao constatarmos que a metodologia que melhor nos confere a objetividade é a quantitativa (Fernández & Díaz, 2002: 2), optamos por a empregar na análise dos conteúdos que pretendemos orientar para resultados precisos e objetivos.

O nosso método de estudo foi também hipotético-dedutivo, visível pela elaboração de hipóteses e pela análise de dedução comprovada com factos e elementos empíricos. Partimos frequentemente da análise da teoria para os dados, noutros casos dos dados para a teoria. Apresentamos a identificação do nosso problema de investigação, no qual enquadrámos a nossa temática e identificamos os objetivos do nosso estudo e as nossas hipóteses de trabalho. Apresentamos ainda as três clivagens que apoiam o nosso estudo: conflito político; conflito religioso e conflito étnico-territorial.

As fontes e recursos de informação foram, essencialmente secundárias, sustentando a nossa base teórica e aprofundando os conceitos de democracia e da qualidade da democracia. Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o processo democrático e o desenvolvimento político da Turquia, destacamos Rubiol (2004), Liman & Prado (2004) e Fernandes (2005), perentórios para a compreensão dos pressupostos históricos, sociais, culturais e políticos. Essencial foi, igualmente, o contributo de Insel (2015), relativamente à nossa reformulação normativa do sistema político da «Nova Turquia». Foi com base em fontes secundárias que narramos no Capítulo I os conceitos teóricos pertinentes para a análise da democracia, destacando o papel da participação, da liberdade e do pluralismo numa conceção viável e atual de democracia.

No Capítulo II iniciamos o nosso estudo de caso, começando por expor a situação política durante a governação de Ataturk, realçando a pertinência do contexto histórico e geográfico na cultura política turca. Confrontados com a análise de situações complexas, para as quais contribuem vários fatores, consideramos o uso do estudo de caso pertinente para o nosso estudo, sendo que se trata “de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores” (Araújo, et al., 2008: 4). Neste capítulo traçamos ainda uma análise da evolução da democracia e das liberdades civis no

período que se seguiu à morte de Atatürk até ao início da governação de Erdogan, dando especial atenção às primeiras eleições livres na Turquia, no ano de 1950.

O Capítulo III traça o perfil político de Recep Tayyip Erdogan e as alterações introduzidas por si na cena política turca, numa conceção política que tem vindo a afastar-se da identidade democrática e secular emanada da fundação da República turca. Analisamos a sua governação entre 2003 e 2014, focando a criação de uma «Nova Turquia», dando principal importância à contestação da qualidade democrática que vitimou a Turquia nos últimos anos da governação do AKP. As fontes primárias foram um proficiente contributo, através da recolha de informação em *websites* institucionais, destacando-se o *website* da CIA e da República da Turquia, e as publicações de meios de comunicação internacionalmente reconhecidos, como *The Economist Intelligence Unit*. Neste Capítulo, recorreremos também ao método comparativo, através da comparação das liberdades civis da Turquia com os valores apresentados neste campo por outros Estados.

O Capítulo IV consiste numa análise reflexiva sobre a nossa temática, no qual descrevemos a nossa investigação e a informação recolhida. A realização de entrevistas semiestruturadas foram elementares para a apresentação dos resultados obtidos e para a análise das nossas hipóteses, que concluem este Capítulo. O Capítulo V deste trabalho revela as conclusões obtidas.

Para a análise do desenvolvimento político no contexto referenciado consideramos a participação política, a liberdade, o pluralismo político e o funcionamento do Governo.

Consideramos que os níveis de participação respeitam a forma com que os cidadãos exercem os seus direitos políticos – quer através do sufrágio universal e de referendos, quer através da organização – e a participação em partidos políticos ou movimentos cívicos que desenvolvem ações politicamente relevantes. Quando os cidadãos não se sentem devidamente representados, a confiança nas instituições democráticas é afetada e, conseqüentemente, os níveis de participação tornar-se-ão mais baixos (Touraine, 1996: 16).

Sendo “o regime democrático a forma de vida política que dá a liberdade ao maior número, que protege e reconhece a maior diversidade possível” (Touraine, 1996: 22), consideramos a liberdade de expressão e de imprensa no país, assim como a liberdade da religião, de reunião e de associação e o direito ao devido processo judicial, de modo a qualificar o princípio da liberdade presente no período em análise.

Reconhecendo os diferentes grupos da sociedade e defendendo que o processo eleitoral tem como principal fundamento a liberdade democrática, visível através da legitimidade das eleições, da livre expressão do sufrágio e na contenção do abuso de poder, analisaremos o pluralismo político. Os últimos anos da governação de Recep Tayyip Erdogan foram marcados por múltiplas manifestações em torno de mais pluralismo político e o Governo viu-se envolvido numa série de escândalos de corrupção e fraude, o que, simultaneamente, nos permitirá analisar o consequente funcionamento do Governo.

Capítulo I – Conceitos e enquadramento teórico

1.1. O que é a democracia? O valor da participação, das liberdades civis e do pluralismo

“Devemos acreditar ou, pelo menos, esforçar-nos para acreditar que as mulheres e os homens nascem iguais, tal como enuncia a Declaração de Independências dos Estados Unidos da América. Mas é ponto assente que não nascem «democráticos». Podem, no entanto, tornar-se democráticos e, graças à democracia e à liberdade, que constitui o pressuposto básico da democracia, têm a oportunidade de aspirar à redução das desigualdades” (Pasquino, 2010: 352).

Apesar da promoção da democracia estar no topo da lista de prioridades da política externa dos EUA, não há consenso, dentro do próprio Governo Americano sobre o que constitui uma democracia, e, “a única superpotência do mundo está retórica e militarmente a promover uma política de sistema que permanece indefinida” (Horowitz, ap. Kekic, 2007: 1).

Não havendo unanimidade sobre uma teoria da democracia moderna que sustente uma definição para o conceito de democracia, diferentes autores foram apresentando as suas interpretações.

“Durante alguns séculos, associamos a democracia à nossa libertação dos grilhões da ignorância, da dependência, da tradição e do direito divino, graças à união da razão, do crescimento económico e da soberania popular. (...) Mas, há muito já, chegou o tempo das inquietações e dos receios. E o mundo, cansado de apelos à mobilização, contentar-se-ia de bom grado com a paz, com a tolerância e com o bem-estar, reduzindo a liberdade à proteção contra o autoritarismo e a arbitrariedade. (...) Dado que no século XX, a maior desgraça que afetou o continente europeu, onde nasceu a democracia moderna, não foi a miséria mas o totalitarismo, fechamo-nos numa conceção modesta da democracia, definida como um conjunto de garantias contra a chegada ao poder ou à manutenção nele de dirigentes contra a vontade da maioria. As nossas deceções têm sido tão profundas e tão prolongadas que muitos de nós aceitarão, por muito tempo ainda, dar prioridade, na definição da democracia, a esta limitação do poder” (Touraine, 1996: 7).

“Para falarmos de democracia com seriedade, necessitamos saber sobre o que realmente falamos” (Tilly, 2007: 8), até porque, para observarmos a democracia e o processo de democratização é importante um olhar atento sobre as diferentes abordagens que lhes são conferidas. Assim, as definições e as interpretações democráticas variam de acordo com as

diferentes abordagens que Tilly (2007) nos apresenta: processual, substancial ou orientada para o sucesso.

Ainda que as interpretações intelectuais variem consoante a abordagem, o elemento da participação no processo político está inerente a qualquer definição democrática, sendo que o ponto de divergência entre autores reside nos níveis que a participação deve auferir. Assim, a participação deve ser entendida como um bem necessário à prática democrática.

“O tema da participação é central para a política e para a democracia. O próprio conceito de política, referindo-se na sua raiz etimológica à *polis* grega, exige uma imagem de participação: no *ágora*, intervém através do raciocínio para a elaboração das decisões” (Porta, 2003: 85).

A abordagem processual concentra-se na democracia como um sistema institucional para a tomada de decisões (Tilly, 2007: 8). A participação deve ser estritamente limitada, restringindo-se ao sufrágio universal, sendo que a democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão (Schumpeter, 2013: 325).

A democracia – no que diz respeito à participação – deve apenas ser definida pelo voto livre, o que lhe transferirá a característica da concorrência, no sentido em que o método eleitoral provocará uma luta competitiva em torno da votação popular e, desta forma, a participação poderá mesmo tornar-se mais próxima dos regimes totalitários do que dos regimes democráticos. Schumpeter (2013) defende que a participação, numa escala mais alargada, provoca instabilidade, logo, deve ser estreitada a favor da estabilidade e de modo a que os arranjos institucionais funcionem. Esta abordagem surge como crítica à teoria participativa da democracia, que se rege em torno da participação e da soberania popular, defendendo uma sociedade fundada na igualdade e na independência econômica, reiterando que uma sociedade só será democrática quando “ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém” (Pateman, 1992: 36, cit. Rousseau).

“A sua principal crítica [de Schumpeter] à teoria clássica da democracia era que o papel central da participação e da tomada de decisões por parte do povo, como queria Rousseau, baseava-se em fundamentos empiricamente irrealistas” (Costa, 2007: 218).

De acordo com Schumpeter (2013), as várias elites existentes competem entre si pela adesão e condução das massas, adquirindo o poder pelo voto popular. Tais elites são as únicas

detentoras de racionalidade política e, portanto, as únicas capazes do poder de decisão. Os indivíduos cedem a impulsos irracionais e, por conseguinte, não detêm as capacidades necessárias para a tomada de decisões. Sendo a democracia um mecanismo institucional de seleção de políticos, o papel dos cidadãos restringe-se à seleção dos seus representantes, dentro de uma elite de políticos (Held, 2006: 147). A democracia é definida pela competição e é vista como uma estrutura de mercado. O povo não deve participar diretamente nas decisões, deve apenas constituir uma representação. A democracia deve alterar a sua concepção de soberania popular para uma concepção de democracia como método, sendo que será “o método que uma nação usa para chegar a decisões. Devemos ser capazes de caracterizar o método, indicando por quem e como são tomadas tais decisões” (Schumpeter: 2013: 321).

Esta concepção da teoria democrática das elites influenciou a teoria da democracia pluralista de Dahl (1985; 1997), propondo uma ampliação da tese *schumpeteriana* (Pateman, 1992: 12), adaptada às sociedades modernas e característica da abordagem da democracia orientada para o sucesso (Tilly, 2007: 10). A teoria pluralista assenta no conceito de *Poliarquia*²². As democracias devem ser orientadas pela estabilidade, pela liberdade individual, pelo pluralismo e pela consequente representação política, sendo que o aumento da participação do cidadão comum transfere riscos inerentes.

“A atividade política [segundo Dahl] constitui um pré-requisito da *poliarquia*, mas o relacionamento é algo extremamente complexo diante dela. Os grupos de condições socioeconômicas baixas apresentam o menor índice de atividade política e também revelam com maior frequência personalidades ‘autoritárias’ [...] assim, na medida em que o aumento da atividade política traz esse grupo à arena política, o consenso a respeito das normas pode declinar, declinando, por conseguinte, a *poliarquia*. Um aumento da taxa de participação, portanto, poderia representar um perigo para a estabilidade do sistema democrático” (Pateman, 1992: 20).

Sendo que o poder está distribuído de forma pluralista, o exercício deste não é restrito nem é dominado por uma única classe ou grupo, maximiza a igualdade de oportunidades e diminui as possibilidades de conflito. A deliberação da população é aqui substituída pela negociação entre os grupos e “pela competição livre entre atores coletivos, que não são iguais

²² Perante as críticas sobre ausência de soberania plena das nações, Dahl (1997) parte da afirmação que nenhum regime pode ser formalmente democrático e propõe o método procedimental para alcançar uma sociedade mais próxima da democracia. Quanto mais empenhada a sociedade for para obter a maior inclusão popular possível, mais próxima ficará da plenitude democrática. A par da inclusão popular na escolha dos governantes, a sociedade é ainda livre para entrar nas disputas políticas dessas escolhas, criando assim um *governo de muitos*. Quanto maior a democratização deste processo, maior será o nível democrático obtido pelos Estados. A Poliarquia é assim um governo democrático em grande escala que reconhecesse a dispersão do poder e que dá aos cidadãos a possibilidade de se agruparem livremente, sendo que o sistema representativo é a única forma de soberania coletiva, e assim, a participação, só acontece por meio das eleições representativas.

devido a uma distribuição desigual dos recursos regulados pelos imperativos do mercado” (Costa, 2007: 224), o que Pateman (1992) refuta, através de uma abordagem substancial da democracia, exibindo uma conceção diferente do papel da participação, que se concentra nas condições de vida; no bem-estar; na liberdade individual; na segurança; na igualdade social e na resolução pacífica de conflitos (Tilly, 2007: 7) e que considera que “a experiência da participação seja de que modo for, torna o indivíduo, psicologicamente, melhor preparado” (Pateman, 1992: 61).

A participação, não só é um bem necessário ao processo democrático, como potencia a confiança nas instituições. Possui um potencial pedagógico – elevando as perceções dos baixos níveis de legitimidade – e consciencializado, sendo fundamental para a manutenção de um Estado democrático. O próprio Estado deve ser sinónimo de uma sociedade participativa, incluindo instâncias de produção, como o local de trabalho (Pateman, 1992: 95).

Pateman (1992) contesta as teorias de Schumpeter (2013) e Dahl (1985; 1997) e defende que a participação tem um carácter educativo, no sentido em que aumenta o valor da liberdade – sendo que o indivíduo manterá uma relação estreita com o controlo – e integra o cidadão na sociedade através da igualdade económica – “a participação tem um carácter educativo, no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspeto psicológico quanto no de aquisição de práticas de habilidades e procedimentos democráticos” (Pateman, 1992: 61).

A atual teoria democrática não está centrada na participação do povo, na participação do homem comum e na potencialização da cidadania, nem se considera que a principal virtude do sistema político democrático resida no desenvolvimento das qualidades relevantes e necessárias do ponto de vista político. A ausência de alegações de participação, para além do sufrágio universal, poderá representar uma ameaça à democracia.

“Na teoria da democracia contemporânea o que importa é a participação da elite minoritária e a não-participação do homem comum, apático, com pouco senso de eficácia política – a principal salvaguarda contra a instabilidade. (...) Os formuladores da teoria da democracia contemporânea encaram a participação como um dispositivo de proteção. Segundo eles, a natureza democrática do sistema reside em grande parte na forma dos arranjos institucionais nacionais, especificamente na competição dos líderes pelos votos” (Pateman, 1992: 32).

A participação política para além do sufrágio é, de acordo com MacPherson (1977), essencial para a prática democrática. Para se adquirir a liberdade e o desenvolvimento individual o sistema político deve combinar a competição entre os partidos e a organização de instrumentos de

participação democrática direta. Numa democracia participativa, existe a possibilidade real da existência de partidos políticos autenticamente participativos, sendo que estes devem se organizar a partir das fábricas, dos bairros, das sociedades e associações comunitárias e dos sindicatos, num “sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base” (MacPherson, 1977: 110).

Segundo a teoria participativa, igualdade de poder político refere-se à determinação de resultados das decisões, enquanto o poder deve ser entendido como a participação na tomada de decisões (Pateman, 1992: 96), sendo a capacidade de influenciar distinta da capacidade de determinar. A exclusão dos cidadãos dos processos de decisão não só aumenta os níveis de desilusão com os processos de burocracia, como pressupõe restrições aos níveis de liberdade: a liberdade para todos ou – devido às raízes das sociedades capitalistas do liberalismo que foram marcando o homem – a liberdade do mais forte (MacPherson, 1978: 12).

“Devemos ter claramente em consideração dois aspetos: os pressupostos sobre os quais toda a sociedade em que o sistema democrático deve operar, e os pressupostos quanto à natureza essencial das pessoas que deverão fazer funcionar o sistema, o que, evidentemente, num sistema democrático, é o povo em geral e não uma classe governante ou dominante” (MacPherson, 1978: 13).

Entenda-se a crítica à teoria das elites *shumpeteriana*, sustentada na concepção de que quem governa é uma elite educada que responde perante uma maioria governada, e a necessidade de evolução para uma governação mais ampla e liberal, que respeite direitos iguais para o desenvolvimento dos indivíduos, alcançáveis quando a liberdade de mercado se subordinar à liberdade de autodesenvolvimento. A democracia, não só contribui para o desenvolvimento humano, como é um meio político para alcançar uma sociedade livre²³ e igualitária (MacPherson, 1977: 50). Em democracia, o Governo é apenas um dos elementos, um tecido social de muitas e variadas instituições, organizações e associações políticas. Os cidadãos não devem ser obrigados a participar no processo político, sendo que os mesmos são livres para expressar a sua insatisfação em não participar.

²³ Para um melhor entendimento do potencial da liberdade nas práticas políticas, Arendt (2013) explica-nos que a liberdade só existe quando a verdade não é dominada por um grupo e quando, consequentemente, os restantes têm direito a exprimir as suas questões, ministrando-nos uma interessante diferenciação entre os conceitos de *liberty* – como ausência de limitações e liberdade dentro de uma sociedade – e *freedom* – enquanto oportunidade de envolvimento político, liberdade pessoal, civil e de ação (Birch, 2000: 110). Ao contrário da tentativa dos regimes totalitários em desassociar a liberdade do domínio político (Arendt, 2006: 195), os dois conceitos estão, inequivocamente, ligados, como, aliás, é possível constatar pela experiência da Democracia Ateniense e das revoluções modernas.

Para a obtenção da qualidade da democracia são necessárias garantias institucionais (Dahl, ap. Porta, 2003: 51). Essas garantias devem salvaguardar a liberdade de construir organizações e de aderir às mesmas; a liberdade de expressão; o direito de voto; o direito de competir pelo apoio e pelos votos; a elegibilidade dos cargos políticos; fontes de informação alternativas; eleições livres e corretas e instituições que tornem o governo dependente do voto e das outras formas de expressão de preferências políticas.

No período pós-guerra principiou também a associação à democracia do conceito de pluralismo político, visto como uma competição entre grupos de interesse. Contudo, uma interpretação errada do termo, sendo que o pluralismo político é composto por dois temas interligados: a distribuição do poder entre os grupos, e o poder do grupo para orientar o desenvolvimento individual (Eisenberg, 1995: 1), considerando-se neste trabalho que para a obtenção da qualidade democrática, os princípios da igualdade e do pluralismo devem ser associados à participação e à liberdade e que só considerados de forma intrínseca podem contribuir favoravelmente à prática democrática, sendo que “a democracia é mais do que a livre eleição dos governantes, como asseguram os modelos *schumpeteriano* ou *dahlsiano*” (Costa, 2007: 227).

“O pluralismo democrático será sempre ilimitado, concorrencial e responsável. Poderão existir distorções no pluralismo democrático, algumas das quais resultante da competição, mas o remédio surgirá ainda e habitualmente da própria livre concorrência entre grupos que nascem espontaneamente e se transformam em virtude da responsabilidade para com os seus membros e para com aqueles que pretendem integrar-se neles” (Pasquino, 2010: 324).

É congruente uma aproximação dos cidadãos com as instituições, proporcionando mais legitimidade e confiança, num sistema democrático saudável e eficaz. A cidadania pode ajudar a garantir a liberdade necessária à sustentação do Estado, respeitando-se os direitos civis, sociais e políticos dos cidadãos, princípio máximo do Estado democrático, em busca de uma maior igualdade política e social.

1.2. A Qualidade da Democracia

“A democracia um processo que requer tempo e paciência e que não pode ser importada ou exportada, mas sim suportada, num processo que supera as eleições livres” (Beetham, et al., 2008: 7).

Beetham, et al. (2008) reiteram que, atualmente, 60% dos países apresentam, mais não seja, condições minimalistas de democracia, sustentando aspetos como o desenvolvimento económico, a redução da pobreza e a proteção dos direitos humanos, sendo a globalização uma colossal responsável por esta difusão dos valores democráticos.

Nos últimos anos, são muitos os autores que, com base nos princípios, se têm debruçado sobre a questão da qualidade democrática. Corbetta & Liñan (2001), embora num estudo centrado na política comparada de quatro períodos da história argentina, tentam apurar a qualidade democrática através da análise dos direitos políticos e das liberdades civis; da governabilidade; da representação e da participação, defendendo que a qualidade da democracia terá repercussões na vida social, no desenvolvimento da cidadania e na eficácia institucional.

“É a capacidade de aproveitar o potencial único oferecido pela poliarquia num regime político. Enquanto a participação efetiva e a competição política evidenciam a poliarquia, uma abordagem multidimensional da qualidade democrática evidencia outros fatores, tais como a vida social, o desenvolvimento da cidadania, a eficácia institucional e a *accountability*” (Corbetta & Liñan, 2010: 150).

A consolidação da democracia é um processo longo e complexo. A democracia é um valor universal e uma aspiração (Beetham, et al., 2008: 8), sendo a liberdade e a dignidade valores conciliables para quaisquer cidadãos. São vários os valores emanados ao controlo popular no processo de decisão e à igualdade entre cidadãos no exercício desse poder (ver quadro 1).

“Os princípios democráticos fundamentais são o controlo popular e a igualdade política. Para a maioria das pessoas, a democracia é realizada, em primeira instância, não de forma direta do controlo popular sobre a tomada de decisão pública, mas sim como controlo sobre a tomada de decisões dos que agem em sua vez” (Beetham, et., 2008: 21).

Quadro 1 - Princípios e valores democráticos

Valores	Exigências institucionais	Meios de realização
Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos de participação • Recursos para participar • Agências de participação • Cultura participativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais • Eleições, partidos, ONGs e educação
Autorização	<ul style="list-style-type: none"> • Validação da Constituição • Escolha dos titulares de cargos • Controlo dos eleitos sobre o pessoal executivo não eleito 	<ul style="list-style-type: none"> • Referendos • Eleições livres e justas • Sistema de subordinação dos funcionários eleitos
Representação	<ul style="list-style-type: none"> • Legislatura representativa • Instituições representativas da composição social do eleitorado 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema político eleitoral e partidário e leis contra a discriminação
<i>Accountability</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Linhas claras de <i>accountability</i> • Sistema judicial civil e integrante 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado de Direito e processo de auditoria independente
Transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Governos abertos ao escrutínio legislativo e público e ao debate 	<ul style="list-style-type: none"> • Leis de liberdade de informação; meios de comunicação independentes e debates nacionais
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade de governo aos eleitores e diferentes sessões de opinião pública na formulação e implementação de medidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos sistemáticos e acessíveis • Governos locais
Solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio aos Governos democráticos e às lutas populares democráticas • Educação cívica e direitos humanos

Fonte: adaptado de Beetham, et., al (2008).

Apenas com a presença de múltiplas variáveis podemos avaliar a qualidade de uma democracia. Diamond e Morlino (2004) apresentam uma forma padrão de análise com base em

oito dimensões que, apenas articuladas, nos poderão proporcionar resultados – império da lei; participação; livre competição; *accountability*; respeito pelas liberdades sociais e políticas; implementação de políticas de igualdade e responsabilidade.

Vários índices de qualidade democrática, como o *Freedom House* e o *Democracy Index* – ver anexo III e anexo IV – foram utilizados por Alcantara (2008) que, conceptualmente, acredita que os parâmetros da *poliarquia* de Dahl (1997) se aproximam do pretendido em democracia.

“A democracia enfatiza a capacidade de suscitar a participação do público e a capacidade de estimular o debate e a discussão sobre as escolhas enfrentadas por um país ou comunidade para proteger os direitos de indivíduos e grupos contra grupos que marginalizam o poder, de modo a promover a justiça social. Essa perspectiva é diferente de uma visão da democracia que valoriza os valores da liberdade, a igualdade e o controlo político sobre as políticas públicas” (Alcantara, 2008: 2).

O *Freedom House*²⁴, para a elaboração dos seus índices de qualidade democrática, traça-nos um interessante caminho para a análise das lacunas nas lideranças democráticas, através da observação dos direitos políticos e das liberdades civis – ver anexo III – de onde se exalta a igualdade de oportunidades; a liberdade de associação e a liberdade pessoal; as eleições livres; a discussão pública; os tratamentos igualitários perante a lei e a igualdade de género.

Os estudos sobre a qualidade da democracia centram-se nos problemas fundamentais das democracias contemporâneas, indicando os aspetos do processo democrático que devem ser introduzidos, numa perspectiva generalizada entre os diferentes eleitorados das instituições democráticas, com o objetivo de introduzir um triunfo mundial das regras democráticas nos atuais sistemas de Governo, não esquecendo as diferentes conceções de democracia (ver quadro 2), aquando a avaliação dos seus valores e as práticas das suas instituições, não descurando que “sem liberdade não há democracia” (Beetham, et al., 2008: 25), e que a liberdade requer direitos como a igualdade, para a prática da “boa democracia” (Beetham, et al., 2008: 26).

²⁴ Organização sem fins lucrativos, sediada em Washington, que promove a democracia e os direitos humanos.

Quadro 2 - Concepções da Democracia

Concepções de democracia	Princípios	Instituições
<p>Eleitoral (elitista, minimalista, realista, <i>Shumpeteriana</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contestação • Competição 	<ul style="list-style-type: none"> • Eleições; partidos políticos • Competitividade e elevado nível de negociação
<p>Liberal (consensual, pluralista)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Governo limitado • Veto político e <i>accountability</i> horizontal • Direitos humanos, liberdades civis e transparência 	<ul style="list-style-type: none"> • Independente e descentralizada • Meios de comunicação e grupos de interesse • Constituição escrita e garantias explícitas
<p>Maioritária (Governo responsável)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Regra da maioria • Centralização • <i>Accountability</i> vertical 	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidada e centralizada com especial destaque para o papel dos partidos políticos
<p>Participativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Governo pelo povo 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei eleitoral, sociedade civil, governo local e democracia direta
<p>Deliberativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Governo pela razão 	<ul style="list-style-type: none"> • Média, audições, painéis e órgãos deliberativos
<p>Igualitária</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Igualdade política 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetada para garantir a igualdade de participação • Representação, proteção e recursos politicamente relevantes

Fonte: adaptado de Coppedge, et al. (2011).

Capítulo II – Entre a herança otomana e *kemalista*: situação política de um Estado-nação moderno, democrático e secular (1923-2002)

2.1. Entre a Ásia e a Europa – singularidades de uma nação

A Turquia é um país eurasiático, com 76,6 milhões de habitantes (Insel, 2015: 8), que ocupa toda a Península de Anatólia²⁵ e a Trácia Oriental, no sudeste da Europa. Esta localização entre Ásia e Europa, estrategicamente, atribui um cariz de extrema relevância ao país, numa altura em que se discute a sua adesão à UE e se tenta perceber se a Turquia, à primeira vista um regime islamizado, possui a maturidade democrática suficiente para apoiar um Governo de partidos com tendências diferentes, sem a ajuda dos militares (Liman & Prado, 2004: 48). Como constataremos mais à frente, as Forças Armadas turcas possuem uma influência tremenda na atmosfera política e na proteção da Constituição do país.

Segundo dados da CIA, 99,8% da população é muçulmana e 0,2% pertence a uma minoria de preponderância cristã e judaica²⁶. A nível étnico, grande parte da população é turca – 70% a 75% - e o regime nega o reconhecimento das minorias, exceto a gregos, arménios e judeus, reconhecidos oficialmente pelo Tratado de Lausanne, o único assinado depois da Primeira Guerra Mundial por mútuo consenso entre vencedores e vencidos.

Entre outras demandas, ficou acordado no Tratado de Lausanne (Rubiol, 2004: 159):

- A Turquia será, daqui em diante, um Estado soberano dentro das fronteiras marcadas pelo Pacto Nacional;
- Reconhece-se como turca a Trácia oriental;
- A Arménia e o Curdistão não são aqui mencionados. As reivindicações de Arménios e Curdos não foram tidas em conta, perdendo em Lausanne o que haviam conseguido em Sèvres;
- Reconhece-se o domínio britânico sobre o Chipre;
- A Grécia e a Turquia realizam um intercâmbio de população entre a população muçulmana da Grécia e a população cristã ortodoxa de Anatólia;
- A Turquia respeitará as minorias.

²⁵ Atualmente a região de Anatólia é também conhecida como a Turquia Asiática.

²⁶ Informação disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>

O não reconhecimento da população curda, maior minoria étnica da Turquia – aproximadamente 18% da população do país – provocou um recrudescimento do nacionalismo curdo e uma maior homogeneização cultural e identitária entre a população do Curdistão turco (ver anexo VI).

Existe um provérbio curdo que diz: “os curdos não têm amigos, exceto as montanhas”. Este provérbio reflete a história de “sublevação do povo curdo” que nunca teve aliados e que é “vítima da desconfiança das outras minorias étnicas.” Só pode contar com as montanhas porque é o único “local onde sempre viveu e lutou e que sempre o ajudou a proteger-se dos inimigos” (Carrasco, 2015). A questão curda é considerada um dos maiores problemas a nível da segurança e a conflitualidade interna é vista como uma das principais causas de violação dos direitos humanos na Turquia. A minoria curda luta há mais de 40 anos pela independência do Curdistão, num confronto que já vitimou 45 mil pessoas (Carrasco, et. al, 2012).

“Este conflito [turco-curdo] pode ser descrito, com pouca margem para erro, como uma verdadeira guerra civil que se tornou num dos mais graves problemas que enfrentaram vários governos turcos, com importância tanto social e económica, como cultural e política. Tem também vindo a produzir um empobrecimento gradual generalizado na região, sob o estado de emergência desde 1987, o que obrigou a população a procurar espaços mais seguros para viver. O resultado foi um deslocamento em massa da população que procurou refúgio nas cidades a Ocidente e a Leste do país, o que acentuou as diferenças sociais entre regiões e entre a população rural e a população urbana” (Liman & Prado, 2004: 30).

A República da Turquia demonstrou historicamente estar a caminhar para a sua consolidação como uma república muçulmana secular e ainda como uma importante aliada do Ocidente na região. Mas o caminho para a ocidentalização e o seu reconhecimento como uma verdadeira aliada do Ocidente não se demonstrou assim tão claro (Liman & Prado, 2004: 143).

No Império Otomano, o Islamismo estava presente em todas as esferas da vida pública e privada e a ideia de um Estado-nação contrariava as pretensões dos crentes islâmicos (Rubiol, 2004: 180). O final da Guerra Fria afetou bastante as estruturas da nação turca. Os protagonistas da época e as suas organizações perderam legitimidade e, como consequência, a necessidade de alteração de Governo tornou-se inevitável. O período de transição até à restauração foi extenso até porque acarretava a necessidade de definição de uma nova tendência na arena política.

Tal conjuntura decorre não só pelo fenómeno político-social e pelas suas alterações, como pela necessidade de um novo discurso político. É nesse momento em particular que Recep

Tayyip Erdogan ganha protagonismo, tornando-se numa figura política chave perante uma atmosfera política perplexa (Mis & Aslan, 2014: 8).

2.2. A Turquia de Ataturk (1923-1938)

“Na mente de Ataturk houve sempre a necessidade de criar um Estado moderno, ocidentalizado e que respondesse aos critérios políticos prevalecentes na época na Europa. Ou seja, o modelo para a criação do novo país não estaria em outros estados muçulmanos, mas nas potências europeias das primeiras décadas do século XX. A Turquia, que no seu passado europeu apenas tinha o império, não só se viu obrigada a esquecê-lo, como teve que tentar se ajustar e se adaptar a ele, tentando relegar a sua tradição asiática e adotando parâmetros estranhos para a sociedade islâmica” (Rubiol, 2004: 25).

A Turquia é uma república democrática parlamentar unitária e secular, regendo-se pelos princípios *kemalistas* de Estado-Nação moderno, democrático e secular. A revolução *kemalista* desagua na criação de um Estado moderno pró-ocidental, contrariando o pensamento político dos estadistas de Ancara de influência islâmica e imperial (Rubiol, 2004: 15).

A ideologia *kemalista* guia-se pelos progressos educacional e científico e antemura – assim como o Tratado de Lausanne - que nenhuma minoria, religiosa, étnica ou de género, deverá ser alvo de discriminação e de exclusão. O *kemalismo* baseia-se, essencialmente, na independência e na integridade da nação, sendo que a independência requer liberdade em todos os aspetos. Mustafa Kemal, condecorado pelo Parlamento em 1935 Ataturk – pai dos turcos – presidiu a Turquia durante quinze anos (1923-1938) e a sua governação resultou em várias transformações institucionais a fim de a modernizar e a ocidentalizar.

“Se de agora em diante as mulheres não tomarem parte da vida social da nação, jamais conseguiremos atingir o nosso desenvolvimento completo. Permaneceremos irremediavelmente atrasados, incapazes de sermos tratados de igual para igual pelas civilizações do Ocidente” (Kinross, 1993: 343 cit. Ataturk, 1926).

A modernização implicava não só um papel mais pró-ativo das mulheres mas também a separação da Religião dos assuntos de Estado, promovendo o secularismo e a liberdade religiosa. Em 1924 é abolido o califado, defendendo-se que havia chegado a altura da nação turca retomar o exercício da sua soberania.

“As lutas internas entre as forças conservadoras e reformistas que antecederam a fundação da República, assim como o aumento dos nacionalismos, debilitou o poder dos sultões, desencadeando uma profunda crise interna, o que levou ao final do Império Otomano e do califado” (Liman & Prado, 2004: 18).

Algumas semanas após a abolição é aprovada a Lei da Unificação da Educação e todas as escolas religiosas, debaixo da alçada do Ministério da Educação Pública, foram secularizadas. Os tribunais religiosos são igualmente abolidos, sendo que a “função judicial deve ser assegurada, unicamente, por tribunais independentes” (Rubiol, 2004: 165). Nesse mesmo ano é aprovada, pela Grande Assembleia Nacional, a Primeira Constituição da República da Turquia, a qual assegurava que o exército possuía responsabilidade máxima sobre a proteção da democracia e sobre a própria Constituição, aspeto preponderante para o entendimento das crises internas de 1960 e de 1980.

Seguiram-se diversas transformações internas e as divergências entre os grupos políticos foram extremamente profundas, levando mesmo alguns elementos do CHP à demissão e à criação do Partido Republicano Progressista (TCF), questionando-se o uso abusivo de poder por parte do fundador da República. Assumido como um partido democrático e descentralizador, o TCF proponha eleições por sufrágio universal, em oposição às eleições indiretas²⁷ vigentes. O seu programa económico baseava-se no liberalismo e o seu programa social no conservadorismo, em oposição ao socialismo de Estado e ao modernismo do CHP (Zurcher, 1991: 291). Em comum, defendiam a laicidade, o nacionalismo e o republicanismo.

A abolição do califado teve repercussões menos positivas não só na arena política, como também nas relações entre turcos e curdos. O único laço de ligação entre as frações havia sido dilacerado e a unificação e a homogeneização da nação começava a revelar-se uma tarefa extremamente complicada. Atatürk não só desejava separar a religião da política, como pretendia retirar a base do poder do Islamismo e subordiná-lo à soberania do Estado, não do povo. Os curdos sentiam a sua língua e a sua cultura menosprezada, até porque, no verão de 1924, o uso em público da língua curda, foi proibido.

A revolta curda foi brutalmente reprimida pelo Governo que executou os líderes curdos e deportou cerca de 20.000 curdos para a zona oeste de Anatólia (Rubiol, 2004: 168). O TCF, o

²⁷ Nas eleições indiretas os cidadãos não possuem direito de voto. Os representantes políticos são nomeados por um colégio eleitoral em Assembleia fechada.

único partido da oposição, criticou fortemente as ações *kemalistas* e sob a propaganda do «complô de Izmir²⁸», o Governo afastou-o da cena política turca, encetando o sistema de partido único. Consideramos que o estabelecimento do sistema de partido único, característico dos regimes autoritários, significou uma interrupção no processo de democratização devido à atuação inflexível do Governo e ao confinamento dos espaços de participação.

“O regime instaurado por Mustafá Kemal pode classificar-se com semi-autocrático e unipartidarista, mas devemos reconhecer que foi debaixo da sua autoridade que se levaram a cabo importantes reformas sociais e económicas que acabaram com a estrutura clássica islâmica” (Liman & Prado, 2004: 26).

Só em 1930, quando Ataturk considerou que o país havia alcançado uma estabilidade típica das democracias europeias da época, decidiu que deveriam ser criados novos partidos políticos. Ele mesmo incentivou a criação da oposição, sob os princípios do republicanismo e do laicismo. O recém-criado Partido Republicano Liberal (SCF) aproximou-se de um vasto eleitorado que se oponha ao Presidente, mesmo os que não se reviam na ideologia secular – muçulmanos tradicionais, monárquicos, inimigos políticos de Ataturk e, obviamente, todos os que haviam sido alvo das repressões dos Tribunais da Independência. O diminuto bipartidarismo na Turquia viria a terminar um ano depois, após a dissolução do SCF, quando num congresso do CHP, o sistema de partido único foi oficialmente declarado. Por outro lado, a presidência *kemalista* ficaria marcada por um esforço constante em prol da educação, quer através de associações linguísticas, quer através do financiamento escolar a crianças que não detinham condições financeiras para evoluir no seu percurso educacional e científico (Lewis, 1999: 66).

A determinação de Ataturk em instaurar um sistema democrático não previu as ações dos setores descontentes. Concluiu depois que “o país não estava preparado para a democracia e que em caso de eleições se corria o risco de um revés nas reformas” (Rubiol, 2004: 171 cit. Ataturk). Talvez o próprio Ataturk não estivesse pronto para a democracia, mas as reformas que introduziu e o sonho democrático, contrariando os regimes ditatoriais vigentes na Alemanha, na Itália, em Portugal e em Espanha estão certamente na base da especificidade da Turquia, o *outsider* do Médio Oriente.

²⁸ Em junho de 1926, durante as várias viagens que Ataturk fazia para reconhecer a situação do país, descobriu, em Izmir, um grupo que conspirava o seu assassinato. Posteriormente, Ataturk viria mesmo a afirmar que o grupo não pretendia apenas derrubar o seu governo, mas que em causa estava também uma conspiração para recolocar a Turquia na etapa otomana. Condenações a exílio e o afastamento político foram as sanções aplicadas à maioria dos intervenientes (Rubiol, 2004: 169).

“[Ataturk] diferenciava-se dos ditadores da sua época em dois aspetos importantes: a sua política externa foi baseada não em expansão, mas em retração de fronteiras e a sua política interna baseava-se na fundação de um sistema político que poderia sobreviver ao próprio tempo. Foi neste espírito realista que regenerado o seu país, transformou o antigo Império Otomano numa compacta nova República da Turquia” (Kinross, 1993: 425).

2.3. Do sistema de partido único à democracia - como evoluíram as liberdades civis e a influência da religião nos partidos políticos (1938-2002)

"O que interessa particularmente à política externa é a organização interna do Estado. É necessário que a política externa esteja em concordância com a organização interna: paz em casa, paz no mundo" (Mango, 2002: 526 cit. Ataturk).

Após a morte do líder carismático, Ismet Inonu foi eleito, pela Grande Assembleia da Turquia, Presidente da República. Nos anos que se seguiram, embora com o CHP no poder, adveio um progressivo abandono da construção nacionalista-secularista (Fernandes, 2005: 58). Contudo, os processos reformistas e ocidentalizados, a ambição secular, a pró-atividade feminina, o projeto da escola pública, o nacionalismo e o republicanismo estão ainda hoje bem patentes numa pátria fundada com bases pouco democráticas mas incorporadas por quem combateu para a queda de um Império. Com o CHP debaixo de enormes tensões e desacordos, Celal Bayar abandonou o partido e Adan Menderes, Fuat Koprulu e Refit Koraltan foram expulsos. Meses depois, o Presidente anunciava que, tendo terminado a Guerra (Segunda Guerra Mundial), havia, novamente, lugar para a democracia na Turquia.

“Recomendou várias transformações importantes, como a votação direta dos deputados, o escrutínio secreto (em vez de eleições a duas voltas por sistema colegial), a abolição da legislação que restringia as liberdades reconhecidas pela Constituição e, em especial, as referentes à imprensa e às associações” (Rubiol, 2004: 224).

Os quatro dissidentes do CHP fundaram o Partido Democrático (DP)²⁹ (1946-1960), partido conservador de centro-direita e defensor dos princípios *kemalistas* que, posteriormente, originaria o Partido da Justiça (AP) e o Partido Nova Turquia (YTP).

²⁹ Como a população sentia dificuldades em pronunciar *demokrat*, diziam *demir kir at*, que significa ferro e cavalo branco. Por isso, esses foram os símbolos escolhidos pelo partido. Quando em 2007 nasceu o novo Partido Democrata, foi acrescentado um mapa da Turquia, atrás do cavalo branco.

Nas eleições desse ano o CHP mantém-se no poder, perante uma oposição pró-ativa nas demandas do aumento das liberdades de expressão, criticando severamente o papel da ala autoritária³⁰ e estadista do CHP, mencionando mesmo uma ação fraudulenta nas eleições e um apoio desmesurado das forças militares ao partido governante.

Pressionado pelas entidades económicas e pelos EUA, o CHP abandonou a orientação estadista e adotou medidas mais liberais, aderindo em 1947 ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. Para controlar as hostilidades dos elementos muçulmanos tradicionais autorizou as escolas islâmicas e introduziu nos conteúdos curriculares o ensino dos princípios islâmicos, uma ação marcante na história da Turquia *kemalista*, que sempre teve o Ocidente como inspiração para a nova República (Liman & Prado, 2004: 51).

As primeiras eleições de voto secreto e de contagem pública dos votos, supervisionadas pelo poder judicial, ocorreram a 14 de maio de 1950. O DP elege 408 deputados, contra 69 do CHP, 1 do Partido Nacional (MP) e 9 independentes (Rubiol, 2004: 235). Era a queda do CHP, após vinte e sete anos à frente do primeiro Governo republicano turco. Celal Bayar era o novo Presidente da República da Turquia e, Adnan Menderes, o seu Primeiro-Ministro.

A tentativa de desconstrução do modelo secularista e o processo de introdução do pluripartidarismo na Turquia com a legalização do DP, suportado pela população religiosa e rural, “dominante no contexto da sociedade turca da época” presta a ser observado como uma «contrarrevolução» na atmosfera política da Turquia (Fernandes, 2005: 60).

Menderes foi, de facto, uma das figuras mais contraditórias e discutidas da política turca, tendo, prontamente, revelado uma forte determinação em concentrar, na figura do Primeiro-Ministro, o máximo de poder possível. Apesar do parlamentarismo só ser instaurado, na Turquia, pela Constituição de 1982, a personagem central do poder, no decurso deste Executivo, passou a ser o Primeiro-Ministro e, o Presidente, agora com uma postura mais figurativa, sujeito, pela primeira vez na história republicana da Turquia, a um papel menos importante do que o do Primeiro-Ministro.

“Ensoberbecido pela sua grande vitória eleitoral, o DP considerava-se o único representante legítimo da vontade do país e não aceitava as críticas ao seu governo. Gradualmente, estabeleceu-se a mentalidade de partido único de que tanto havia criticado o CHP. Por isso, na opinião de um historiador turco, a contribuição do DP para a democracia foi nula; a sua contribuição negativa, considerável” (Rubiol, 2004: 240).

³⁰ Perante a crispação político-social da época, surgem várias organizações de esquerda e algumas revistas comunistas, suprimidas mais tarde pelo Governo. A hostilidade contra o comunismo tornou-se de tal forma elevada que sempre que se planeava uma contestação social, o comunismo era, imediatamente, considerado responsável e alvo de acusação.

Ao contrário do que aconteceu em muitos países com o advento da democracia, a ausência das características do sistema presidencialista, na Turquia, não denotou uma afirmação do Parlamento, enquanto lugar de deliberações dos interesses gerais da nação, mas sim uma maior concentração de poder no cargo ocupado pelo Primeiro-Ministro, que ordenou o fecho de todas as Casas do Povo criadas pelo CHP, resultando num abandono da causa social, cultural e educativa que lá se praticava, deixando a população mais desprovida de recursos sem opções pedagógicas.

O golpe militar no Iraque, em 1958, revelou-se uma desmedida vicissitude para Menderes, que pretendia intervir militarmente e ordenou mesmo a aproximação das tropas turcas à fronteira iraquiana. Golpes militares como este poderiam desencadear hostilidades na população e na oposição, até porque, nesse momento, a instabilidade turca era imensa. Todavia, acabaria por ser dissuado pelos EUA, que nesse mesmo ano, utilizou a base turca de Incirlik, no apoio ao Presidente libanês na Guerra Civil do Líbano. Simbolicamente, a utilização americana da base turca, demonstrava a aproximação da Turquia aos países ocidentais e o seu papel estratégico.

Simultaneamente, aumentavam os rumores de que o DP pretendia reintroduzir o unipartidarismo. A classe académica e vários movimentos estudantis, apoiados pelas Forças Armadas – aliadas do CHP – protagonizaram múltiplas manifestações, em prol da manutenção da democracia pluripartidária, que, apesar de tempestuosa, em muito havia contribuído para os processos de democratização. A 27 de maio de 1960 sobreveio um Golpe Militar³¹ e durante 17 meses a Turquia foi governada por uma junta militar, finalizando a fase da história da Turquia em que o exército se havia mantido à parte da vida política, originando uma governação repressiva (Hale, 2013: 88).

Sob uma vertente mais radical e de orientação religiosa, parte da estrutura do DP uniu-se e fundou o AP (1961-1980), tendo a ala mais moderada instituído o YTP. Ambos concorreram às eleições de 15 de outubro de 1961 (ver tabela 1), assim como o CHP e o Partido Republicano da Nação dos Camponeses (CKMP).

Iniciado um novo processo de democratização das ações e da vida política e militar, surgia o primeiro Governo republicano sem maioria parlamentar. Após uma coligação falhada com o AP, apinhada de instabilidade política, o CHP criou alianças com os partidos pequenos e o AP passou para a oposição. A nova Constituição, aprovada nesse ano com 81% dos votos, denotou uma

³¹ Após o Golpe de Estado de 1960, o DP foi ilegalizado. O Primeiro-Ministro Adnan Menderes foi acusado de alta traição, uso indevido de fundos públicos e revogação da Constituição, tendo sido executado a 17 de setembro de 1961.

liberdade política real, para os cidadãos e para os grupos políticos, sindicatos e associações. Todavia, o Comunismo, e toda a sua atividade, continuava a ser proibido.

Tabela 1 – Resultados das eleições legislativas de 1961

Partido	Votos	Percentagem	Deputados eleitos
CHP	3.724.752	36,7	173
AP	3.527.435	34,7	158
CKMP	1.415.390	13,9	54
YTP	1.391.934	13,7	65

Fonte: adaptada de Rubiol (2004).

Defensor do Estado social, da democracia e da estabilidade, o Primeiro-Ministro Inonu (1961-1965) fez com que a questão religiosa seguisse um caminho do moderado, compatível com a modernização do país. Afirmou, posteriormente, que a sua ideologia política estava “à esquerda do centro”, o que conduziu a ala centrista do CHP a abandonar o partido e a criar o Partido da Confiança (GP). O CHP era agora, assumidamente, um partido próximo do proletariado, afastando-se por completo da política de elite estadista, defensor da reforma agrária, da justiça social, da segurança social, do desenvolvimento económico, da educação e do secularismo (Rubio, 2004: 293).

Durante a sua governação, Inonu revelou uma atitude tolerante com os cidadãos curdos e permitiu que crescessem movimentos associados à questão curda. Foi pioneiro ainda pela criação da Lei das Relações Laborais e pelo afastamento dos militares da arena política. Perto do termo do seu mandato, apresentou a sua demissão ao Presidente da República, o qual convocou novas eleições, conquistadas pelo AP.

Detentor de um carisma popular semelhante ao de Menderes, Suleyman Demirel, o novo Primeiro-Ministro, rapidamente, implementou medidas ao setor privado, revelando uma assídua

defesa das políticas capitalistas e da componente islâmica. Em 1971 foi ameaçado pelos militares e forçado a demitir-se, num golpe conhecido como o *Golpe do Memorando*.

O capitalismo desenvolvido nos últimos anos havia produzido graves desigualdades económicas e sociais. Os estudantes criavam guerrilhas e a violência nas universidades – entre as guerrilhas de esquerda, apoiadas por professores marxistas, e a extrema-direita – aumentava progressivamente, assim como a revolta curda. As reformas do Governo aumentaram a crispação sindical, o aumento da militância islâmica e os seus ataques à causa *kemalista* enfureceu o exército e a classe operária exigia aumentos salariais, pois a expansão industrial potencializou a ambição de melhores condições de vida. O Governo de Demirel foi acusado de “levar a Turquia à anarquia, à luta fratricida, à instabilidade económica e social” (Rubiol, 2004: 304).

A junta militar que governou a Turquia até 1973 preocupou-se exclusivamente com a convalescença da ordem pública. Os direitos humanos e constitucionais foram despreziados; as manifestações em público foram proibidas, assim com as organizações de esquerda e estudantis; o Partido dos Trabalhadores da Turquia (TIP), socialista marxista, e o Partido da Ordem Nacional (MNP), islâmico, foram dissolvidos e a imprensa progressista foi suprimida. Milhares de detidos, muitos deles torturados.

Restabelecida a democracia, após umas eleições livres e justas, Ecevit devolveu o Governo ao CHP. A recente viragem à “esquerda do centro” captou os votos dos habitantes das zonas industriais e dos subúrbios das grandes cidades.

A década de 70 ficou marcada por três acontecimentos-chave para a perceção dos aspetos socioculturais do país:

- Terrorismo arménio
- Rebelião curda
- Emergência dos partidos islâmicos

O terrorismo arménio, levado a cabo pelo Exército Secreto Arménio para a Libertação da Arménia (ASALA), reivindicava o reconhecimento turco do genocídio arménio de 1915³². A minoria

³² Deportação e assassinato de centenas de milhares de arménios que viviam no Império Otomano, com o objetivo de exterminar a cultura arménia, numa tentativa de homogeneização cultural do Império.

arménia a viver em território turco haveria por sofrer as consequências do conflito, registando-se um recrudescimento das medidas discriminatórias por parte de vários Governos.

“Existem bastantes indícios que sugerem que, «embora o governo otomano no seu conjunto não estivesse envolvido no genocídio», um círculo restrito dentro do *Ittihat ve Terakki*, o partido dos Jovens Turcos, sob a direção de Talât, «pretendeu resolver a questão do Oriente pelo extermínio dos arménios» ” (Zurcher, ap. Fernandes, 2005: 94).

A rebelião curda aumentava significativamente desde que o TIP – o primeiro partido turco a pronunciar-se sobre esta questão – foi ilegalizado e, Inonu, um Primeiro-Ministro que defendia uma estratégia conciliadora com os curdos, abandonou o cargo. No meio de uma atmosfera repreensiva face às organizações curdas e de uma política estudantil radical florescente, Abdullah Ocalan e um grupo de estudantes universitários, sob uma ideologia marxista e independentista, criam um grupo de resistência em 1974, passando a denominar-se, após 1978, PKK (Ozcan 2006: 73).

Os curdos na Turquia têm-se esforçado, desde a fundação da República Turca, para obter o direito de estruturas autónomas e o uso da língua curda. Para alguns, isso implicava necessariamente um Estado independente, enquanto outros estavam prontos a aceitar uma autonomia constitucionalmente garantida dentro da Turquia.

“Este objetivo entra em profundo conflito com o nacionalismo turco, integrado na República por Mustafa Kemal Ataturk. Ataturk e seus seguidores insistiam que não havia nada na Turquia, para além dos turcos. A sua "gestão" para os curdos foi proclamá-los "turcos da montanha," sem concessões sobre qualquer língua. (...) Nos últimos quarenta anos [os curdos] organizaram-se politicamente dentro de um movimento chamado PKK. (...) Os sucessivos governos, e particularmente o exército turco, lutaram implacavelmente, proclamando o PKK uma organização terrorista" (Gokay & Xypolia, 2013: 31).

Para os sucessivos Governos turcos, os movimentos curdos e os defensores da causa curda significavam uma tentativa de fragmentação do território, e, portanto, um atentado à unificação da nação turca. Após a demissão de Ecevit, Demirel voltou a formar Governo, através de uma coligação de partidos de direita, à qual chamou «Frente Nacional», formada pelo AP, pelo Partido de Salvação Nacional (MSP) – sucessor do MNP – e pelo Partido de Ação Nacionalista (MHP).

A orientação islâmica dos partidos da coligação haveria por incitar os movimentos islâmicos, impulsionando “a reislamização do secularismo *kemalista*” (Fernandes, 2005: 64) e a “nova visibilidade do Islão” (Rubiol, 2004: 328), antemurando a utilização da religião com propósitos políticos e a submissão às leis religiosas. O grande crescimento demográfico, a polarização da educação pública, a rápida industrialização e a falta de oportunidades de empregos levaram a população a procurar no Islamismo aquilo que não encontravam na laicidade. Ao contrário do que aconteceu no Egito, na Síria ou no Iraque, na Turquia, a reislamização da sociedade deu-se essencialmente a partir da base e não do topo.

No auge da crise económica, em 1980, sobreveio um novo Golpe de Estado e Demirel e alguns membros do seu Governo foram deportados. Durante três anos, a Turquia foi governada pelas Forças Armadas e só em 1983 a democracia voltaria a ser restaurada. Posteriormente, foi revelado que os militares haviam pactuado com os conflitos entre a direita e a esquerda política, de modo a alcançar uma justificativa para uma intervenção militar (Naylor, 1988: 94).

“Note-se que, apesar da intervenção militar na vida política e sociedade civil, esta [a Turquia] não evoluiu para uma permanência *ab eterno* dos militares no poder (...) Pelo contrário, foi sob a égide dos militares que foi desenhada a atual constituição, que entrou em vigor em 1982, e que em 1983 se reiniciou o jogo político democrático normal, com a realização de eleições para a formação de um governo legítimo pelo voto popular, do qual saiu vencedor o «Anavatan Partisi»/Partido da Pátria (ANAP), de Turgut Ozal” (Fernandes, 2005: 105).

Segundo dados da OCDE, a Turquia foi o país da organização com maior crescimento económico entre 1983-1987. No entanto, dados revelados pelo Banco Mundial, revelavam que a Turquia estava entre os sete países com maior diferença na distribuição das rendas, sendo que “a nova riqueza produzida na Turquia beneficiava especialmente 10% da população” (Rubiol, 2004: 365), culminado num empobrecimento gradual das classes populares. Consideramos que este aspeto poderá também ser entendido como um dos impulsionadores da reislamização da sociedade, sendo que, perante a precariedade da população, muitos se viram obrigados a recorrer a instituições religiosas em busca de serviços médicos e sociais, culminando num aumento do apoio ao Islamismo. O segundo mandato do ANAP (1987-1991) foi marcado por uma redução do apoio popular ao partido. A inflação rondava os 80% e a população aumentava progressivamente (ver tabela 2), vendo-se obrigada a migrar para as zonas urbanas e a abandonar a prática da agricultura.

Tabela 2 – Aumento da população na Turquia

Ano	Número de habitantes
1980	44.736.957
1985	50.664.459
1990	56.437.035

Fonte: adaptada de Rubiol (2004).

Nas eleições de 1991, o Partido da Via Justa (DYP) de Demirel, que havia regressado à Turquia após o termo da governação militar, derrota o ANAP (ver tabela 3) e cria uma coligação com o Partido Social-democrata Popular (SHP). Os islâmicos do RP, sucessor do MNP e do MHP, conseguiam nestas eleições um resultado totalmente inesperado, graças a uma coligação com os neofascistas do Partido Nacionalista dos Trabalhadores (MÇP) e com o Partido Islâmico Moderado. A presença islâmica na Grande Assembleia Nacional era cada vez mais notória.

Em torno do problema curdo nasciam as reivindicações dos direitos das minorias étnicas, culturais e linguísticas. O Curdistão era, claramente, uma zona rural caída no esquecimento de sucessivos Governos, mergulhada no empobrecimento. A junta militar de 1983 havia proibido as manifestações de identidade curda; os governos de Ozcal ordenaram a alteração dos nomes curdos para turcos e criaram os «Guardiões da Aldeia», populares do Curdistão turco, responsáveis por informar o Governo sobre potenciais guerrilhas. Se alguns populares aceitavam a função por aspetos ideológicos religiosos que se opunham ao marxismo do PKK, outros viam-se obrigados a fazê-lo pela necessidade económica em que se encontravam. O conflito curdo arrastava-se, nos finais da década de 80, para um conflito dentro do seu território e ali permanece até aos dias de hoje.

“Em Diyarbakir³³, por exemplo, a liberdade de expressão é ainda uma utopia; as pessoas são obrigadas a sussurrar nos cafés, quando querem falar de política, pois nunca sabem se o cliente da mesa do lado trabalha com as milícias dos Guardiões da Aldeia” (Carrasco, 2015).

³³ Diyarbakir é uma cidade do sudeste da Turquia. Possui, aproximadamente, 1 milhão de habitantes, sendo que a grande maioria da sua população é de etnia curda. Em 2015, a UNESCO considerou as suas muralhas como Património da Humanidade.

Tabela 3 - Resultados das eleições legislativas de 1991

Partido	Deputados eleitos
DYP	178
ANAP	115
SHP	88
RP	62
Partido da Democracia (DEP)	17
Partido da Esquerda Democrata (DSP)	7
Outros partidos	5

Fonte: adaptada de Rubiol (2004).

No início da década de 90, o Presidente Ozcal levantou a proibição de publicar em curdo e do uso da língua em discursos e na música. Mas a morte de Ozcal, em 1993, marcaria o fim deste novo e breve processo de resolução da questão curda. Demirel, o novo Presidente da Turquia, voltava à abordagem militar e Çiller – a primeira mulher a chefiar um Governo na Turquia – tentando retomar as reformas de Ozcal, não conseguia afirmar-se perante a ala dura do partido. Do lado curdo, apesar de algumas declarações de Ocalan a favor de uma resolução do conflito por outras vias que não a luta armada, os guerrilheiros não esqueciam a ideologia marxista e as ações armadas. E a Turquia, em prol da unificação da nação continuava a abordar o conflito curdo como um problema de terrorismo e separatismo, desabrigando os direitos das minorias.

Um discurso de Ozcal, em 1990, dissemina perfeitamente a forma como a Turquia olha para a população curda e explica-nos bem a abordagem levada a cabo nesta questão:

“ [A questão curda] é um falso problema, pois não existe uma minoria curda na Turquia. Consideramo-los em tudo iguais a nós. Nada permite distinguir um turco de um curdo” (Rubiol, 2004: 383 cit. Ozcal).

Em 1995, a Amnistia Internacional revelava que 105 pessoas estavam presas na Turquia por motivos ideológicos. Entre elas estava a deputada pró-curda do Partido da Sociedade Democrática (HADEP)³⁴ Leyla Zana, sentenciada a 10 anos de prisão por atentar contra a unificação da nação. Nesse mesmo ano, a deputada curda foi premiada pelo Parlamento Europeu com o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento.

A posição oficial da Turquia cercava cada vez mais os curdos e, conseqüentemente, os enfrentamentos entre o exército e os grupos liderados pelo PKK recrudesciam. Milhares de curdos foram obrigados a abandonar as suas casas, de modo a privar o PKK de recursos. Trinta e cinco mil soldados turcos realizaram incursões militares, numa ação fortemente criticada pelos países ocidentais e pelo Conselho Europeu que imitiu um ultimato à Turquia, “exigindo ao Governo turco que aprofundasse a democracia e respeitasse os direitos humanos” (Rubiol, 2004: 423). A Turquia respondeu, retirando-se da Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu.

Nas eleições de dezembro desse ano, o RP foi o grande vencedor (ver tabela 4).

Tabela 4 - Resultados das eleições legislativas de 1995, (apenas referenciados os partidos que alcançaram o requisito mínimo de 10% dos votos)

Partido	Dirigente	Deputados eleitos
RP	Necmettin Erbakan	158
DYP	Tansu Çiller	135
ANAP	Mesut Yilmaz	132
DSP	Bulent Ecevit	75
CHP	Deniz Baykal	50

Fonte: adaptada de Rubiol (2004).

³⁴ Na governação de Erdogan, em 2003, o HADEP foi ilegalizado. Foi sucessor do também ilegalizado Partido da Democracia (DEP).

Após um apelo à compreensão e da população, o Presidente da República nomeou Çiller Chefe de Governo. Apesar da vitória do RP, considerou que nomear o líder de um partido islâmico poderia representar um perigo para a secularismo e para os princípios *kemalistas*.

DYP e o ANAP estabelecem uma coligação instável, assegurando, contudo, uma governação partilhada. O líder do RP, Necmettin Erbakan, apresentou poucos meses depois uma moção com o propósito de investigar Çiller por crimes de corrupção, à qual Yılmaz (ANAP) votou favoravelmente. Sublevada pela postura do análogo de coligação, afirma votar favoravelmente a uma moção de censura dos islâmicos do RP a Yılmaz, o que haveria por conduzir o líder do ANAP à demissão. Em junho de 1996, nascia o primeiro Governo islâmico da República da Turquia, chefiado por Erbakan (Liman & Prado, 2004: 32). Previsivelmente, a ascensão do RP incitou um aumento abrupto dos movimentos islâmicos, alguns com associações terroristas. E a Turquia, submersa em níveis de inflação tremenda, era agora inundada pelo terrorismo e pela corrupção.

A governação de Erbakan (1996-1997) foi marcada por uma violação tremenda dos direitos humanos e pelas relações diplomáticas com a Líbia, o Egito, o Paquistão e o Irão. Nas prisões, as greves de fome dos presos políticos atingiam valores íngremes em prol de melhores condições e o número de desaparecidos dentro das prisões turcas alcançava valores históricos. Erbakan propôs abandonar a OTAN e rejeitava a integração na UE. Pretendia aliar-se a países islâmicos e a transformação da Turquia numa superpotência regional no Mundo Islâmico era uma ambição assumida. Os líderes ocidentais, que há muito dependiam dos Governos laicos da Turquia para a sua atuação política no Médio Oriente, manifestavam-se, extremamente apreensivos com o ataque de Erbakan à constituição secular da Turquia.

A popularidade do DYP desabou drasticamente após investigações ligadas ao crime organizado, ao tráfico de drogas e a operações secretas contra o PKK: *caso Susurluk*³⁵. Apesar das exigências dos partidos de esquerda e do ANAP, o caso foi abafado. Çiller não pretendia denunciar os membros do seu partido e Erbakan não quis colocar a coligação em risco.

Em março de 1997 o Conselho de Segurança Nacional lançou um ultimato a Erbakan e à sua campanha contra a laicidade. Através dos meios de comunicação, as Forças Armadas turcas começaram a envergar uma campanha apelidada, por alguns comentadores políticos, «Golpe de Estado pós-moderno», exibindo vídeos de simpatizantes do RP a incitar a luta armada

³⁵ Perante uma crispação frenética na atmosfera política turca, um acidente de viação, na cidade de Susurluk, viria a revelar um enredo de relações duvidosas entre as forças de segurança, funcionários civis, militantes de extrema-direita acusados de assassinato, elementos da máfia e políticos, alguns deles do DYP.

contra os ateus. Vários deputados do DYP abandonaram o partido, opondo-se à inércia de Çiller, e o Governo perdeu a maioria.

“Erbakan apenas conseguiu governar durante alguns meses devido, fundamentalmente, às pressões exercidas pelos militares e ao descontentamento de amplos setores da sociedade turca, que não via com bons olhos a viragem islâmica que queria impor ao Governo” (Liman & Prado, 2004: 32).

A reorientação do país com posições marcadas pelo Islamismo aumentou a desigualdade na justiça social. Não só para com a população laica, geralmente de esquerda, mas também sobre os grupos minoritários xiitas. O recrudescimento do Islamismo na atmosfera política provocou um decréscimo da cidadania, sendo que as decisões não eram produzidas tendo como base a sociedade em geral e os interesses individuais.

Fazendo uso das suas prerrogativas constitucionais, o Presidente da República, defensor da estabilidade do país, nomeou Yilmaz como Primeiro-Ministro, gerando um Governo de coligação entre o CHP, o Partido da Esquerda Democrática (DSP) e o recém-criado Partido da Turquia Democrática, fortemente apoiado pelos partidos do espectro de direita e de esquerda. Os políticos laicos haviam percebido o quão era importante apoiarem-se na causa secular, quer pela manutenção dos princípios *kemalistas*, quer para garantir que a Turquia não voltaria a caminhar para os princípios da Lei Corânica, como tinha acontecido na governação de Erbakan.

Em 1998 o RP foi dissolvido pelo Tribunal Constitucional por atentar contra o regime laico e Erbakan foi proibido de exercer a atividade política durante cinco anos. Vários dissidentes islâmicos do partido fundam o FP, fortemente apoiados por Erbakan. Entre os dirigentes do partido estava Recep Tayyip Erdogan, um brilhante orador da política islâmica, que ambicionava alcançar a liderança do partido e transforma-lo num partido democrático confessional, à medida dos partidos democratas cristãos ocidentais (Rubiol, 2004: 448).

Após várias moções de censura apresentadas a Yilmaz e aos seus ministros por clientelismo político³⁶ e privatizações de empresas públicas rentáveis, Bulent Ecevit (DSP), forma novo Governo, apoiado pelo ANAP e pelo DYP. A juntar a uma inflação e um défice público

³⁶O clientelismo político pode ser entendido como o intercâmbio informal de favores, no qual os titulares de cargos políticos oferecem benefícios a terceiros em troca de apoio político.

extremamente altos, o novo Governo deparava-se com um número de vítimas, provocado pelo conflito curdo, a rondar as 30.000 mortes, entre os quais milhares de civis.³⁷

Os resultados das eleições legislativas de 1999 (ver tabela 5) revelaram um voto de castigo aos partidos que haviam ocupado um lugar no Parlamento. As sucessivas divergências entre os partidos maioritários, os casos de corrupção, os escândalos políticos (*caso Susurluk*), a inflação e o conflito curdo terão impulsionado o sentido de voto. Os ultranacionalistas do MHP³⁸ alcançavam um resultado surpreendente, impelido pelo auge do nacionalismo turco proveniente da luta contra a guerrilha curda e pela decepção da população com a atitude europeia face à Turquia.

Tabela 5 - Resultados das eleições legislativas de 1999

Partido	Percentagem de votos	Deputados eleitos
DSP	22,06%	136
MHP	17,98%	129
FP	15,38%	111
ANAP	13,22%	86
DYP	12,00%	85
CHP	8,79%	0
HADEP	4,73%	0

Fonte: adaptada de Rubiol (2004).

³⁷ Por esta altura, Abdullah Ocalan rumou a Itália, pedindo asilo político. A Turquia pediu a sua extradição mas o Governo italiano recusou, alegando que a Constituição italiana impedia a extradição para um país onde existisse pena de morte. Posteriormente, haveria por ser detido no Quênia, de onde foi repatriado para a Turquia. Desde 1999 que Ocalan está detido na prisão de alta segurança em Imrali, onde já havia estado o ex-Primeiro-Ministro Menderes. Foi condenado à pena de morte nesse ano, mas em 2002, com a abolição da pena de morte na Turquia, a sua sentença foi comutada em prisão perpétua.

³⁸ O MHP defendia uma versão moderada do *panturquismo*. Embora este conceito possa ser confundido com os princípios *kemalistas*, consideramos pertinente clarificar que o *panturquismo* é um movimento político que busca a unificação cultural e política de todos os povos turcos, incitado pelos *Jovens Turcos* que desejavam reformar a administração do Império Otomano. O *kemalismo* combateu o *panturquismo*, pelo simples facto da política externa de Atatürk se basear na retração de fronteiras, e não na sua expansão.

Ainda numa análise aos resultados das eleições de 1999, entendemos que o voto no MHP foi uma tentativa de alternativa às medidas económicas introduzidas pelos Governos de centro-direita e de centro-esquerda, que haviam culminado numa situação económico-financeira precária, e não por uma questão ideológica. Aliás, a saída histórica do CHP da Grande Assembleia Nacional é um bom exemplo disso. Os pró-curdos do HADEP, embora sem garantir assento parlamentar, sentiam-se apoiados pelos partidos laicos. Consequentemente, para os partidos seculares era benéfico que existisse um partido pró-curdo a concorrer às legislativas, pois, caso contrário, os votos da população curda seriam entregues aos partidos islâmicos.

Para compreender as reações e o descontentamento do eleitorado é necessário observar as sucessivas crises económicas que haviam marcado a última década e aos escândalos de corrupção que corroeram a imagem dos partidos políticos, provocando um retrocesso importante na participação eleitoral. A abstenção, a intervenção militar, a fragmentação dos partidos, a burocracia e a corrupção danificaram seriamente a imagem democrática da Turquia.

O governo de coligação DSP/MHP/ANAP, chefiado por Ecevit, distinguiu-se pelas reformas de democratização benéficas para a situação do país e pouco centrada em objetivos eleitorais. Substituiu os militares por civis na composição do corpo dos Tribunais de Segurança do Estado, conforme, aliás, já havia sido pedido pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Ordenou a libertação de jornalistas e escritores, detidos por “atentar à unidade do país” e auxiliado pelo FMI conseguiu reduzir a inflação do país. Criou uma comissão para a reestruturação da agricultura e impôs limites a determinados subsídios agrícolas, para controlar manobras de clientelismo político. Aumentou a idade de reforma e alterou a Lei de Acusação dos Funcionários Públicos, pois a lei em vigor até à data fazia com que fosse muito difícil levar a julgamento um funcionário público acusado de casos de corrupção, violência ou tortura.

Na sua governação, a Turquia obteve o estatuto de país candidato à integração na UE, o primeiro país muçulmano a possuir esse estatuto, aceitando respeitar os Critérios de Copenhaga (ver anexo II), avançando com uma agenda política para se tornar um Estado de Direito, respeitando as liberdades individuais e das minorias e homologando as leis da sua legislação de acordo com o corpo de leis da UE. Os partidos islâmicos revelaram-se favoráveis a estas medidas pois sabiam que a democratização afastaria as Forças Armadas dos cargos de poder, o que lhes conferiria uma maior liberdade de ação. A nomeação de Ahmet Necdet Sezer, Presidente do Tribunal Constitucional, para exercer as funções de Presidente da República³⁹ quebrou a

³⁹ Segundo a Constituição vigente em 2000, o Presidente da República apenas podia exercer um único mandato, de sete anos.

estabilidade política – sem exemplo até então – que a Turquia atravessava. A sua luta assídua pela austeridade e pela honestidade na gestão pública iniciou uma série de quezílias com Ecevit e o programa de estabilidade económica levou a um sério desgaste da popularidade da coligação⁴⁰.

Com a atmosfera política turca reconduzida à instabilidade, juntando-se a não aprovação do Parlamento a reformas que Ecevit pretendia realizar para ingressar na UE, o comissário responsável pela adesão da Turquia considerou que as reformas estavam a avançar de forma muito diminuta. Os militares afirmavam que a Administração Pública estava corrompida por funcionários que apoiavam a Lei Corânica; a Turquia continuava a proceder a sentenças contrárias ao defendido pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e as reivindicações exigindo uma democracia completa, voltavam a invadir as ruas do país. Em 2001, uma divergência entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República sobre as medidas adequadas para controlar a corrupção e a má gestão de fundos desencadeou uma nova crise político-económica. E, como temos verificado, na Turquia, o surgimento de uma crise económica incita, visivelmente, períodos de reislamização.

Depois de dois anos a considerar o caso, a 22 de junho de 2001, o Tribunal Constitucional decidiu dissolver o FP, considerando-o “o núcleo do fundamentalismo Islâmico” (Rubiol, 2004: 476). O setor conservador do partido, defensor de um Estado Islâmico, liderado por Recai Kutan, formou, seguidamente, o Partido da Felicidade (SP). A ala reformista do partido que apoiava o Estado confessional fundou o AKP, destacando-se Erdogan e Abdullah Gul. O partido definia-se como um partido de centro-direita e nunca como um partido Islâmico, afirmando que queria afastar-se dos partidos antieuropeus e contra a laicidade, distanciando-se da conceção política do seu mentor, Erbakan⁴¹.

A instabilidade da coligação revelou-se inalterável, incitando a convocatória de novas eleições. Os partidos de centro-direita haviam-se revelado incapazes para governar e a esquerda moderada, apesar das proximidades ideológicas, não quis avançar com uma coligação. A atmosfera política turca estava demasiado fragmentada.

⁴⁰ Ainda na governação da coligação chefiada por Ecevit, o Parlamento aprovou a reforma do Código Civil, em prol dos direitos das mulheres dentro da família e em relação a partilhar a propriedade dos bens familiares. O artigo do antigo Código Civil, que estabelecia o homem como chefe da família e responsável por autorizar a mulher a poder trabalhar fora de casa, foi suprimido. Em 2002, a abolição da pena de morte em tempos de paz foi aprovada, apesar do voto contra do MHP. Foi autorizada a transmissão de emissões de televisão na língua curda e o ensino em curdo, salvo nas escolas públicas.

⁴¹ Em julho do mesmo ano, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos recusava a demanda de Erbakan contra a Turquia pela ilegalização do RP, considerando que a decisão do tribunal turco havia sido aplicada para proteger a sociedade democrática. O Tribunal Europeu considerou que a interpretação que o RP possuía da laicidade – tendo em conta as declarações dos dirigentes do partido – pretendia criar um sistema político e jurídico baseado na discriminação. O Tribunal considerou ainda a defesa turca no sentido em que a Lei Corânica que o partido proponha estabelecer, representava uma antítese da democracia, discriminando mulheres e os não crentes da religião islâmica, corrompendo os valores da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Capítulo III – A «Nova Turquia»⁴²

3.1. A vitória do AKP nas eleições de 2002 – ideologia partidária e a mensagem política de Abdullah Gul

As eleições de 2002 revelaram-se desastrosas para o ANAP e para o DYP, sendo os partidos de centro-direita, considerados pelo eleitorado, os principais responsáveis pelos altos níveis de corrupção e de clientelismo político. O DSP, em parte pelo programa de estabilidade económica que havia estabelecido no seu mandato, foi também extremamente punido pelos eleitores.

Apesar das suas origens, a oratória do AKP rejeitou o rótulo Islâmico, preferindo autocaracterizar-se como um partido democrata conservador ou um partido de centro-direita, para evitar, deliberadamente, o que poderia ter sido percebido como uma agenda islâmica (Flanagan & Irannen, 2009: 2). Aproveitou ao máximo a grave crise económica e as acusações de corrupção aos seus oponentes e, nas eleições de novembro de 2002 (ver tabela 6), foi o partido mais votado. Mais uma vez, a crise económica ditava um aumento do apoio ao Islamismo e, pela segunda vez, na história da Turquia, um partido de identidade islâmica estava à frente do Governo.

Desde as eleições de 1977 que a Grande Assembleia Nacional não contava apenas com a representação de dois partidos. A barreira dos 10% dos votos para garantir assento parlamentar provocara um elevado distanciamento da representação parlamentar do eleitorado – 45,3% da população votante via-se em representação na Grande Assembleia Nacional (Fernandes, 2005: 115). Em consequência do sistema de votação vigente – todos os votos obtidos por partidos que não alcancem a barreira dos 10%, revertem, automaticamente, para o partido vencedor – o AKP conseguiu, um ano após a sua fundação, uma maioria absoluta no Parlamento, o que lhe possibilitava uma importante estabilidade governativa e a possibilidade de alterar o teor do dispositivo constitucional.

⁴² A vitória do AKP nas eleições de 2002 provocou um recrudescimento da influência turca nas regiões do extinto Império Otomano. A influência da Turquia nas Balcãs, na região do Cáucaso, na Ásia Central e no Médio Oriente, associada à conceção de uma nova ideologia política, revelou uma clara centralização no Islamismo e uma evidente tentativa de reorganização dos Estados soberanos da região (*neo-otomanismo*). Tal influência proporcionou importantes parcerias estratégicas, propugnando o fortalecimento das relações com os países vizinhos e ressalvando que a Turquia não é apenas uma ponte entre o Ocidente e o Oriente (Baran, et. Al., 2008: 10). A *Teoria da Profundidade Estratégica*, de Ahmet Davatuglu, direcionou o país para uma mudança normativa da política turca, quer a nível religioso, quer a nível ideológico, redefinindo a história, a cultura e a identidade da Turquia. A «Nova Turquia» potência a influência islâmica na política interna do país e a dominância *neo-otomana* a nível da sua política externa. Por isso, consideramos que o *neo-otomanismo* e o Islamismo estão, intrinsecamente, conectados, numa tentativa de assimilação multiétnica e islâmica da sociedade. Embora este seja um conceito já utilizado por Insel (2015) no título da sua obra, de modo a referir-se à governação do AKP, na conceção da autora, a «Nova Turquia» é utilizada enquanto conceito isolado para uma assimilação do Islamismo com o *neo-otomanismo*, numa tentativa de interpretação da reorganização política, cultural, religiosa e, acima de tudo, identitária.

O discurso europeísta e progressista, o programa equilibrado e centrado nas necessidades da população, a atração que exercia sobre os setores muçulmanos moderados e o apelo da população pelo seu líder Erdogan ditaram o rumo dos resultados.

Tabela 6 - Resultados das eleições legislativas de 2002

Partido	Percentagem de votos	Deputados eleitos
AKP	34,3%	363
CHP	19,4%	178
DYP	9,6%	0
MHP	8,3%	0
GP	7,2%	0
HADEP	6,2%	0
ANAP	5,1%	0
SP	2,4%	0
DSP	1,2%	0
BBP	1,1%	0
YTP	1%	0

Fonte: adaptada de Rubiol (2004).

O AKP reflete a influência do aumento da segmentação religiosa que exigia mais tolerância e piedade às interpretações tradicionais da vida pública, e que via no partido um sentimento de solidariedade para a sua causa (Flanagan & Irannen, 2009: 11).

Essa segmentação deu-lhe a oportunidade de estabelecer um novo contrato social que substituísse a estrutura corrupta que vinha a ocupar a atmosfera política turca. Novamente, a introdução dos pressupostos religiosos na esfera política ocorre da base para o topo, de baixo para cima, numa tentativa da sociedade civil em fazer das instituições políticas representativas do povo, contrariando o Estado oficial laico.

O AKP definia o seu nacionalismo em termos étnicos e religiosos centrados na sociedade. Se a sociedade é muçulmana, considera que essa especificidade deve ser respeitada, de modo a garantir as liberdades civis – esta visão mais moderada e progressista dos Islão vai de encontro à singularidade turca que Erbakan falava, quando apelidava os políticos laicos de “imitadores” dos sistemas ocidentais, afirmando que os mesmos se esqueciam de uma característica turca que, por si só, não tornava isso possível: o Islamismo.

Contudo, se as sociedades europeias foram capazes de evoluir para o secularismo através da rejeição/interação/síntese do cristianismo (Fernandes, 2005: 139), porque não pode a sociedade turca abandonar a síntese turco-islâmica e evoluir, auxiliada pelas práticas culturais ocidentais, para o secularismo? A resposta habitará certamente na cultura civilizacional turca, à qual o secularismo foi empregue, não sendo este um processo evolutivo da sociedade.

Autodefinido como um partido que defendia a identidade muçulmana turca, em prol da justiça, o AKP considerava que esta seria a melhor forma de conferir uma maior participação da sociedade civil na esfera política. O seu projeto para a Turquia poderá ser entendido como uma tentativa de instaurar um Estado confessional, com uma religião assumida em Constituição, no qual as ações políticas, jurídicas e policiais não devem ser subjugadas à religião.

Enquanto Presidente da Câmara de Istambul e militante do RP, em 1997, Recep Tayyip Erdogan proferiu um discurso que haveria por culminar numa sentença de prisão de dez meses por incitar o ódio religioso e, ainda, a impossibilidade de ocupar cargos políticos: “as mesquitas são os nossos quartéis, as cúpulas os nossos capacetes, os minaretes as nossas baionetas e os fiéis os nossos soldados” (Fernandes, 2005: 29, cit. Erdogan).

Por isso, quando o AKP ganhou as eleições de 3 de novembro de 2002, Abdullah Gul, o Presidente da República que antecedeu a Recep Tayyip Erdogan (2007-2014) e um dos fundadores do AKP, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Sempre acompanhado por Erdogan, iniciou uma série de visitas a Estados ocidentais, revelando uma preocupação constante em demonstrar ao Ocidente as suas intenções de não islamizar o país. Pretendendo passar uma

mensagem tranquilizadora aos ocidentais, reiterava que o seu propósito era mostrar ao mundo que um país pode ter uma população muçulmana e ao mesmo tempo ser democrático, transparente e moderado.

Receando um novo período de reislamização, os países-membros da UE temiam que a linhagem política de Erbakan colocasse em risco a laicidade do Estado, premissa para a adesão da Turquia. Os 68 milhões de muçulmanos serviriam de agravante a esta questão, como se pode ver na declaração do Ministério dos Assuntos Externos Francês:

“Estamos perante uma alteração importante no panorama político na Turquia (...) Esperamos trabalhar com este novo governo para as relações da Turquia com a União Europeia (...) De momento aguardamos para ver as orientações desta nova maioria. Posteriormente, julgaremos o novo governo turco pelos seus atos” (Liman & Prado, 2004: 42).

A governação de Gul centrou-se especialmente na difusão da mensagem pelo Ocidente da não-islamização. A presença da comitiva turca em vários países ocidentais procurava sensibilizar a opinião pública dos países-membros (ver tabela 7), pouco propensa a apoiar a candidatura, devido ao medo que a população nutria pelos estrangeiros, o receio da perda de fundos estruturais e de recursos, fatores de índole cultural, racismo e a elevada taxa de expansão demográfica da Turquia.

A Turquia avançou com várias emendas constitucionais para reforçar a posição democrática, mas a UE reiterou que aguardaria até finais de 2004, altura em que avaliaria os esforços do Governo e, caso as considerações fossem favoráveis, poderiam dar continuidade às negociações da adesão. O Presidente da Convenção para o Futuro da Europa, Valéry Giscard d'Estaing, ex-Presidente da República de França, manifestou o seu total desacordo com a adesão, afirmando que a entrada da Turquia significaria “o final da União Europeia” (Liman & Prado, 2004: 46, cit. Estaing).

A nível interno, uma emenda constitucional destinada a suspender a inabilitação das pessoas condenadas por delitos ideológicos, foi aprovada por uma maioria de 440 votos. Recep Tayyip Erdogan estava agora disponível para assumir o cargo de Primeiro-Ministro. Abdullah Gul apresentou a sua demissão e o AKP propôs o nome de Erdogan, como novo Chefe de Governo. O Presidente da República, Necdet Sezer, aceitou a proposta.

Tabela 7 – Apoio popular à integração da Turquia na UE

Países	A favor da integração	Contra a integração
Espanha	43%	25%
Holanda	42%	41%
Portugal	41%	34%
Irlanda	39%	28%
Suécia	37%	46%
Itália	34%	48%
Dinamarca	34%	54%
Reino Unido	32%	34%
Bélgica	28%	59%
Finlândia	27%	53%
Grécia	26%	67%
Luxemburgo	25%	65%
Alemanha	24%	57%
França	21%	62%
Áustria	21%	63%

Fonte: adaptada de (Eurobarómetro, ap. Liman & Prado, 2004).

3.2. A governação de Recep Tayyip Erdogan – a nova identidade da nação e a qualidade da democracia

Recep Tayyip Erdogan via-se com duas tarefas essenciais entre mãos: tornar o AKP o novo elemento preponderante da cena política turca e reestruturar e reformar o sistema político. Como resultado, tornou-se um líder de sucesso e voltou-se para a política externa do país.

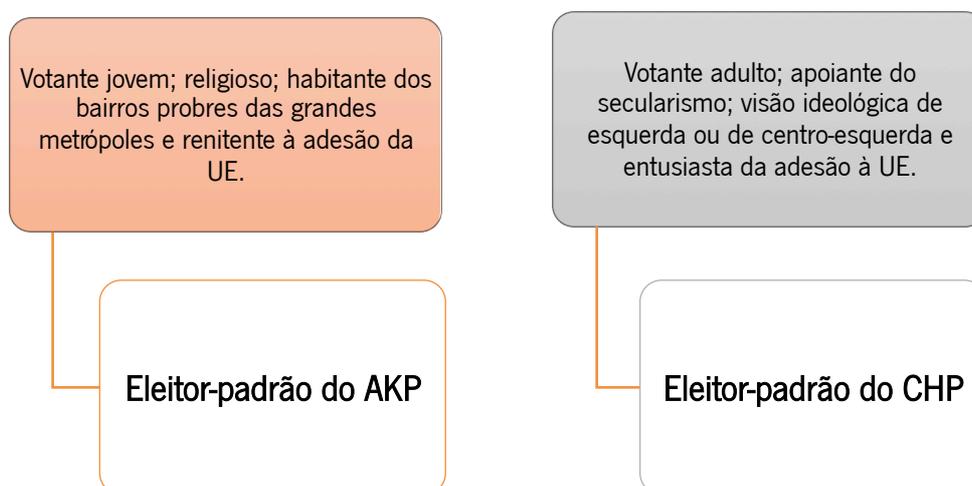
“Erdogan imaginou uma Turquia internacionalmente poderosa e esta nova imagem apresentada à comunidade internacional declarou uma preocupação constante com a política externa do país. O quadro da política externa da Turquia foi centrado nas relações económicas e diplomáticas e promoveu ainda as relações com os países ocidentais para assegurar a adesão da Turquia à União Europeia. Entre 2003-2014, Erdogan visitou 5 continentes, esteve em mais de 100 países e fez cerca de 300 visitas oficiais, criando o termo «efeito-Erdogan» na arena política internacional” (Mis & Aslan, 2014: 15).

Nascido a 26 de fevereiro de 1954, na cidade de Rize, no nordeste da Turquia, desde a época académica que as suas capacidades de retórica pela causa do Islão Político não passam despercebidas. Foi aí que conheceu Necmettin Erbakan, o seu mentor político. Condenado em 1997 a 10 meses de prisão por incitar o ódio religioso, a sua sentença foi atenuada para 4 meses de prisão e, em 1998, após a dissolução do RP, cria o FP, fortemente apoiado por Erbakan. Poucos meses antes da dissolução do partido, considerado pelo Tribunal Constitucional o núcleo do fundamentalismo islâmico, em conjunto com a ala moderada, reformista e confessional do RP, funda o pró-islamita e conservador AKP.

Percorreu os EUA e a Europa, tentando dissipar receios sobre eventuais preconceitos anticidentais e em prol das negociações em torno da candidatura da Turquia à integração na UE. Apesar da pertinência da prerrogativa, as campanhas políticas de 2002 haviam-se centrado, essencialmente, na crise económica e na questão curda. O AKP, apesar de se assumir como um apoiante à adesão, “manifestou por diversas vezes, o seu ceticismo face à possibilidade e às vantagens da adesão à UE” (Fernandes, 2005: 122), captando o voto do eleitor reticente face à adesão.

Numa análise à distribuição geográfica da base de apoio do AKP, verifica-se que o seu suporte eleitoral se concentrou nas províncias conservadoras tradicionais e nas principais cidades turcas, como Istambul, Ancara e Bursa. O perfil do eleitor-padrão do AKP e do CHP, partido com o qual aformalou a Grande Assembleia Nacional, pode ser observado no quadro 3:

Quadro 3 - Eleitores-padrão do AKP e do CHP



Fonte: adaptado de Fernandes (2005).

Inicialmente, o grande debate em torno da estratégia partidária pretendia apurar se o AKP seria capaz de manter um discurso moderado, deslocando-se para o centro do espectro político e se abandonaria o radicalismo político característico dos tempos do RP e do FP. Uma visão que nos parece importante partilhar, todavia hipotética, reside na habilidade de Erdogan ao negociar a eventual adesão – Quererá a Turquia ser um exemplo para o mundo muçulmano ou, estrategicamente, a adesão da Turquia poderá quebrar a imagem da união laica, de influência cristã? O AKP fez o seu pedido de adesão ao grupo conservador do Partido Popular Europeu (PPE), onde se encontram as democracias cristãs e, nesse sentido, a autora considera que o pedido de adesão ao PPE representou uma tentativa deliberada de marcar uma postura de afastamento do rótulo islâmico.

As tensões entre os partidos laicos da Turquia e o AKP amplificaram-se quando, em 2007, o AKP assumiu apoiar Abdullah Gul - Ministro das Relações Externas desde a tomada de posse de Erdogan. Anteriormente, haviam noviciado os rumores de que o próprio Erdogan estaria a ponderar uma candidatura⁴³, o que a oposição caracterizou como uma tentativa do AKP de tomar o aparelho de Estado e de fazer avançar a sua agenda islâmica.

⁴³ Milhares de pessoas manifestaram-se nas ruas da capital contra a possível candidatura de Erdogan, que, perante a pressão da opinião pública, acabaria por não ser formalizada. Num ambiente de crispação social sem exemplo desde o início da governação do AKP, o Exército imitiu um comunicado, revelando-se claramente contra a candidatura de Abdullah Gul.

Segundo o sistema de votação vigente nessa altura, o Presidente era eleito pelo Parlamento, necessitando de dois terços dos votos dos deputados. Caso, após duas rondas de votação, não existisse uma maioria de dois terços, a eleição seria garantida por maioria simples. O AKP, que nas eleições de 2002 havia conseguido 363 lugares dos 550 da Grande Assembleia Nacional, estava a 4 votos de alcançar a maioria de dois terços, sabendo que, à terceira volta poderia, facilmente, eleger o seu candidato. Porém, numa ação estrategicamente delineada pelo CHP, os seus deputados retiraram-se do Parlamento momentos antes da votação, argumentando que era necessário um *quórum* de dois terços dos deputados para que a eleição fosse válida. Não querendo dialogar com os *kemalistas*, Erdogan convocou eleições legislativas antecipadas (ver tabela 8).

Tabela 8 - Resultados das eleições legislativas de 2007, (apenas estão referenciadas as percentagens que garantem assento parlamentar)

Partido	Percentagem de votos	Deputados eleitos
AKP	46,6%	341
CHP	20,8%	112
MHP	14,2%	70
Independentes	5,4%	27

Fonte: segundo informação de <http://culturapolitica.info/anterior/Paises/Europa/Turquia/Turquia.htm>

Esta nova vitória eleitoral conferia ao AKP um importante aval às políticas do Governo, reforçando a sua posição nas áreas de confronto com o *establishment*⁴⁴ kemalista. Não só reforçou a votação obtida no primeiro mandato, como conseguia, inclusive, ser o partido mais votado no Sudeste da Turquia, designadamente no Curdistão turco, território político dos partidos

⁴⁴ Ordem ideológica, económica e política que constitui uma sociedade ou um Estado.

pró-curdos. Triunfantes saíram também os nacionalistas de extrema-direita do MHP, que regressavam assim ao Parlamento, com uma representação de 70 deputados.

A estratégia de Devlet Bahçeli, líder do partido, consistiu em capitalizar o ressentimento popular face à recente vaga de ataques dos separatistas curdos do PKK, estratégia típica do populismo de extrema-direita. O CHP foi o grande derrotado, vendo a sua representação parlamentar reduzida em 66 assentos.

Uma vez mais, o voto no AKP não deve ser entendido como um consentimento à contenda de um Estado islâmico, até porque, na visão da autora, a governação do partido tinha, essencialmente, apostado no crescimento económico do país e nas ações diplomáticas com o exterior. Observamos que o eleitorado considerava que, apesar das raízes islâmicas, a agenda do partido não era tão extremista como o CHP alegada. Aliás, consideramos que este terá sido um dos fatores que contribuiu para a descredibilização do partido de Ataturk – a forma radicalista como caracterizava a política do AKP relegou-os para uma conotação com o extremismo.

A população revelou-se satisfeita com a descida da inflação e com o elevado nível de crescimento económico, sentindo que o voto no discurso extremista da oposição *kemalista* poderia significar um revés na estabilidade governativa, política e económica do país. O discurso centrado na sociedade que marcou a campanha eleitoral do AKP em 2002 era agora perceptível nas pretensões eleitorais: o eleitor não estava preocupado com questões ideológicas. Queria uma política centrada nas suas necessidades e que a mesma influenciasse, positivamente, o seu dia-a-dia.

Um último dado curioso a registar destas eleições reverência os 27 deputados independentes, eleitos através de um ação estratégica dos pró-curdos do Partido para a Paz e Democracia (BDP), fundado após a ilegalização do HADEP. Como o requisito mínimo de 10% dos votos para garantir assento parlamentar só se aplica aos partidos políticos, vários membros do partido decidiram concorrer como independentes. Consideramos, aliás, que esta elevada barreira deve ser entendida como um obstáculo à integração da Turquia na UE, no sentido em que prejudica o pluralismo político e, conseqüentemente, a qualidade da democracia. Uma publicação da revista *The Economist* (ver gráfico 1), em 2008, sobre a qualidade da democracia em 167 países, revelava os baixos valores da Turquia no que respeita a participação, a cultura política e as liberdades civis. A aprovação à governação do AKP foi certamente fortificada pelos baixos níveis da participação eleitoral.

A 28 de agosto, o chefe da diplomacia turca, Abdullah Gul, asseguraria a Presidência da República, com os votos do AKP, alcançando a maioria simples. A opção de Erdogan em dissolver o Parlamento e convocar novas eleições deixou os militares e os secularistas de esquerda sem margem de manobra. As eleições de 2007 criaram um novo panorama no Parlamento, tendo a presença do MHP e dos independentes curdos possibilitado a viabilização da eleição. Apesar dos partidos turcos pró-curdos serem, ideologicamente, partidos de esquerda, a presença dos conservadores à frente do Governo não era mal encarada pelos mesmos – as inimizades entre o AKP e o Exército há muito que eram conhecidas e, na nossa opinião, isso possibilitava-lhes o afastamento de uma intervenção militar para a questão curda, como, aliás, era defendido pelos militares.



Gráfico 1 – Índice de democracia 2007

Fonte: Segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's index of democracy 2007*.

Após a sua primeira reeleição, Erdogan criou uma equipa chefiada por Ergun Özbudun para a redação de uma nova Constituição da República. O seu trabalho foi acompanhado por comentários generalizados sobre a necessidade de adotar a primeira Constituição Civil da Turquia. Embora este dado possa, inicialmente, parecer irrelevante, a autora considera que é, de facto, pertinente realçar a forte recorrência do líder à introdução de emendas constitucionais –

recordemos, por exemplo, a suspensão da inabilidade dos condenados por delitos ideológicos em ocupar cargos políticos, que na nossa opinião, em nada objetiva a salvaguarda das liberdades de pensamentos – e as várias tentativas de alteração da Constituição com recurso ao discurso populista da “Constituição Civil” que visa promover os poderes de Erdogan – primeiro dotando o Primeiro-Ministro de um maior número de poderes e, depois, já com a pretensão presidencial assumida, conferir esses mesmos poderes, ao Presidente.

No início de 2008, o Parlamento aprovou uma emenda constitucional que levantava a proibição do uso do véu religião nas universidades públicas. O recurso à “expressão da sociedade”, a ideia de solidariedade explícita nas suas palavras e a alusão à democratização não só comprovam a nossa afirmação sobre o seu discurso populista, como asseveram uma demagogia congruente ao seu discurso.

“O véu é um símbolo político para a ignorância, mas é necessário para que os cidadãos se possam expressar. Vários países têm sido privados de oportunidades de fé muçulmana, privando os fiéis de oportunidade. Parte do nosso pacote de democratização quer terminar com esta discriminação. Nunca faremos concessões a ninguém e esta é uma das vantagens que trazemos para os mais desfavorecidos (...) Fornecemos apenas a normalização da Turquia, o estabelecimento da igualdade de oportunidades” (Erdogan, 2013).

O recrudescimento do Islamismo no sistema político afetou também a população cristã, através da supervisão do Estado a toda a sua atividade e, enquanto as mulheres muçulmanas haviam alcançado a liberdade do uso do véu islâmico, as roupas religiosas cristãs eram proibidas em qualquer lugar público (Marshall, et al., 2014: 180). Algumas tentativas de resolução desta questão resultaram mesmo em acusações oficiais de insulto à identidade turca. Nesta nova interpretação identitária da nação, a identidade secular caminhava para um novo processo de reislamização.

“Embora as atividades missionárias sejam legais, alguns corpos governamentais criminalizam o trabalho missionário e declaram-no uma ameaça à sociedade. O colossal Diretório dos Assuntos Religiosos (*Dyaneş*) – com um orçamento equivalente a 1,6 bilião de dólares extraídos de impostos pagos por todos, inclusive cristãos – supervisiona todas as atividades religiosas da maioria muçulmana (...) O órgão enviou um sermão a ser pregado em 75 mil mesquitas em toda a Turquia, advertindo os muçulmanos de que os missionários cristãos representavam um patente perigo à unidade nacional e à integridade da Turquia e que eram agentes de poderes cruzados que exploravam fraquezas na sociedade turca com o objetivo de destruir o Estado” (Marshall, et al., 2014:185).

Consideramos que a chegada ao poder do AKP representou uma verdadeira rutura no paradigma dominante na Turquia desde 1923. Este autoritarismo tornou-se muito mais visível e

dominante com a eliminação gradual da capacidade de intervenção e de influência das forças tutelares do *kemalismo* - Forças Armadas e CHP - mas também com a indefinição da adesão à UE, que levou o líder do AKP a voltar-se para o repertório da direita turca tradicional, reforçada por temas como o Islamismo turco (Insel, 2015: 8).

“Para o governo do AKP, uma sociedade igualitária e, essencialmente, secular, dentro das fronteiras turcas, não seria certamente conveniente. O Estado turco só não é mais islamita porque sofre pesada oposição popular pois, caso contrário, aproximar-se-ia dos ideais do Islão Político, como os Irmãos Muçulmanos” (Carrasco, 2015).

O segundo mandato do AKP ficou ainda assinalado por numerosas polémicas em torno da corrupção. Abdullatif Semer, um dos fundadores do AKP, abandonou o partido após, em diversas ocasiões, ter acusado o Governo de não ser capaz de lutar contra a corrupção, um problema do AKP e um assunto chave na atmosfera política da Turquia. Posteriormente, o AKP viria a ser acusado de receber fundos de diretores islâmicos de caridade na Alemanha, sendo que, a Constituição turca proíbe os fundos estrangeiros.

Erdogan, prontamente, negou as acusações, revelando “uma das suas principais características, a intolerância para lidar com a crítica” (Flanagan & Irannen, 2009: 4). Atacou e censurou os meios de comunicação e ordenou inúmeras investigações por atentar contra a nação – vários jornalistas e escritores foram condenados a penas de prisão – numa clara manifestação autoritária de abuso de poder, que nos faz questionar sobre o lugar desfavorecido da liberdade de pensamento e de expressão na sua governação.

Neste ano, a Turquia registou um avultado enfraquecimento do funcionamento do governo e das liberdades civis (ver gráfico 2), como, aliás, acabamos de constatar, contrastado com um recrudescimento dos valores da cultura política, influenciados, na opinião da autora, pelo aumento do inconformismo e do dinamismo popular.



Gráfico 2 – Índice de democracia 2008

Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's index of democracy 2008*.

Em setembro de 2010 um pacote de alterações constitucionais defendidas por Erdogan foi aprovado por referendo nacional – uma das medidas consistia em aumentar o poder do legislador para a nomeação dos juízes.

Até então, o reformador islâmico parecia imparável. A autora observou que os anos pioneiros da era Erdogan provaram a assertividade do seu discurso reformista, quer pela liberalização da economia, quer pela influência política da maioria religiosa, presenteando-o com a ideia de que era possível quebrar o fosso entre o Ocidente e o Oriente através do Islamismo moderado. Consideramos que foi com este desígnio que Erdogan cresceu na comunidade internacional, remetendo-o, no nosso entender, para uma postura egocêntrica voltada unicamente para si.

“Dominou as notícias, aparecendo na televisão várias vezes por dia. Denunciou Israel e muitas vezes fez comentários surreais sobre os judeus e conspirações judaicas. A sua política externa destinou-se a apoiar os partidos islâmicos que surgiram no início da Primavera Árabe, fazendo lembrar os dias de glória do Império Otomano. Iniciou a construção de uma terceira ponte sobre o Bósforo e de um novo aeroporto, planeado para ser o maior do mundo, ao qual deu o seu nome” (Filkins, 2015).

Após uma governação inicial moderada – embora, na visão da autora, pouco compatível com a agenda para a integração na EU – a tendência megalomaniaca começou a levantar questões sobre as verdadeiras pretensões do governante. Após flagelar a oposição *kemalista*, voltou-se para os militares, académicos e jornalistas, qualquer um que representasse uma ameaça à «Nova Turquia» e à sua ordem islâmica. Mais uma vez, centenas de pessoas foram investigadas, muitas das quais presas, por atentar contra a nova identidade turca.

Em 2010, a Turquia voltava a cair nos valores das liberdades civis (ver gráfico 3). As liberdades religiosas publicitadas em campanha eleitoral apenas salvaguardava a população muçulmana e o trabalho jornalístico era alvo permanente do Governo, desrespeitando-se liberdades de pensamento, de expressão e de religião.

“Todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos” (Carta Internacional dos Direitos Humanos, art.18º).

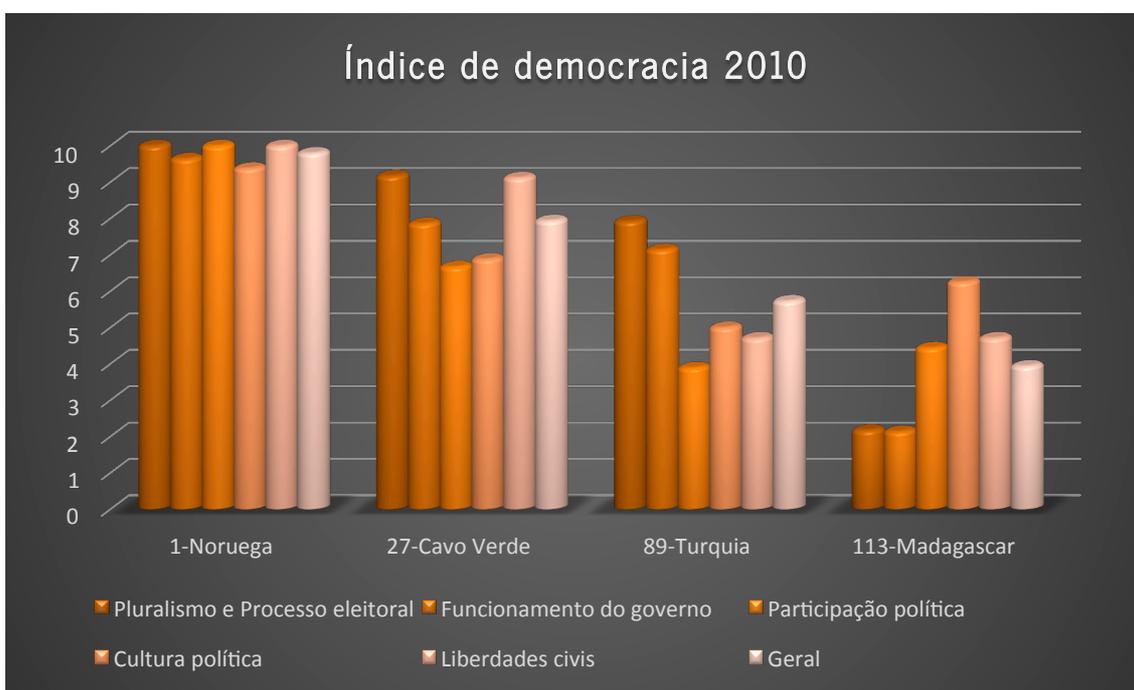


Gráfico 3 – Índice de democracia 2010

Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's index of democracy 2010*.

Durante a campanha para as legislativas de 2011, Erdogan comprometeu-se a substituir a Constituição da Turquia de 1982, alegando que o país necessitava de uma legislação que lhe conferisse mais liberdades democráticas. Em junho desse ano, garantiu o seu terceiro mandato (ver tabela 9).

Tabela 9 - Resultados das eleições legislativas de 2011

Partido	Percentagem de votos	Deputados eleitos
AKP	49,8%	326
CHP	25,86%	135
MHP	12,95%	53
Independentes	6,64%	36

Fonte: segundo informação de <http://culturapolitica.info/anterior/Paises/Europa/Turquia/Turquia.htm>

Com a conquista de 50% dos votos, o AKP conseguiu formar Governo por mais quatro anos, obtendo a maioria de 326 mandatos. Não conseguiu, todavia, os dois terços dos mandatos necessários para poder, sozinho, realizar uma reforma constitucional que alterasse o sistema político parlamentar para presidencialista.

Após dois mandatos de crescimento económico notório, a governação do AKP, começava a revelar graves consequências (Insel, 2015: 6):

- Uma elevada taxa de desemprego;
- Aumento da precarização no mercado de trabalho;
- Deterioração das condições de segurança nas instalações de trabalho;
- Desaparecimento dos pequenos agricultores, devido à política de urbanização;
- Uma acentuada segregação social;
- Uma destruição ambiental tremenda.

Após três reeleições, a liderança autocrática e as ações políticas do AKP não escondiam as suas origens do Islamismo político turco e continuavam a exercer um forte tropismo islâmico (Insel, 2015: 9). Sendo a Turquia um país onde os muçulmanos dominam a sociedade, entendemos que o conservadorismo e a defesa da sociedade, que, aliás, foi várias vezes objeto de campanha, possui as suas referências, exatamente, no Islamismo.

Em 2011, a Turquia revelava baixos níveis de participação e de cultura política (ver gráfico 4), inferiores aos apresentados em regimes autoritários. Relativamente às liberdades civis os números mantinham-se iguais aos de 2010 e, portanto, inferiores aos alcançados em 2007 e 2008. Assim, consideramos que a promessa de evoluir nas liberdades democráticas não passou de um exercício de retórica.

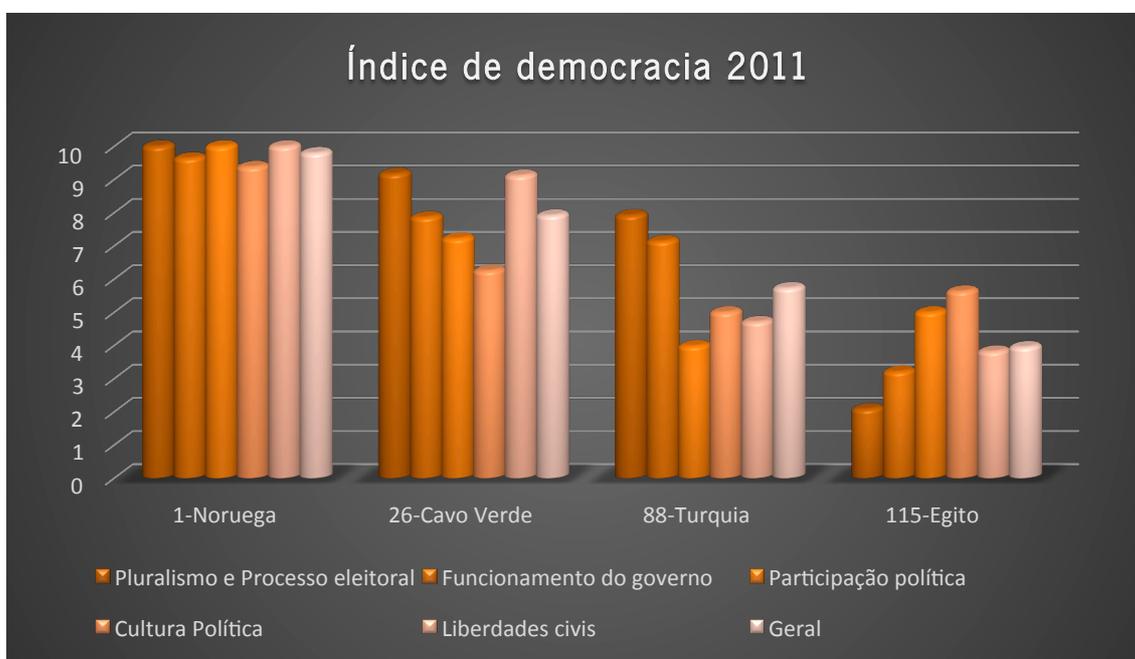


Gráfico 4 – Índice de democracia 2011

Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's index of democracy 2011*.

Entendemos que uma das ilustrações mais notórias do autoritarismo de Erdogan ocorreu em 2012, com mais uma ordenação de prisão de dezenas de jornalistas. Noventa e quatro profissionais de informação estavam nas prisões turcas, o número mais elevado no mundo (Kestler-D'Amours, 2013). Após uma ação fortemente condenada pela imprensa internacional, o número reduziu em quase 90% (Committee to Protect Journalists, 2015)⁴⁵.

⁴⁵ Em 2015, entre duas eleições gerais, o final do cessar-fogo com o PKK e o envolvimento na guerra da Síria, o Governo turco ordenou dezenas de novas detenções jornalísticas, passando a ocupar o quinto lugar no ranking dos países com maior número de jornalistas aprisionados.

O ano de 2012 revelou um aumento da participação política e um significativo decréscimo do funcionamento do governo e das liberdades civis (ver gráfico 5). Alguns países autoritários auferiam uma pontuação mais elevada neste último ponto.

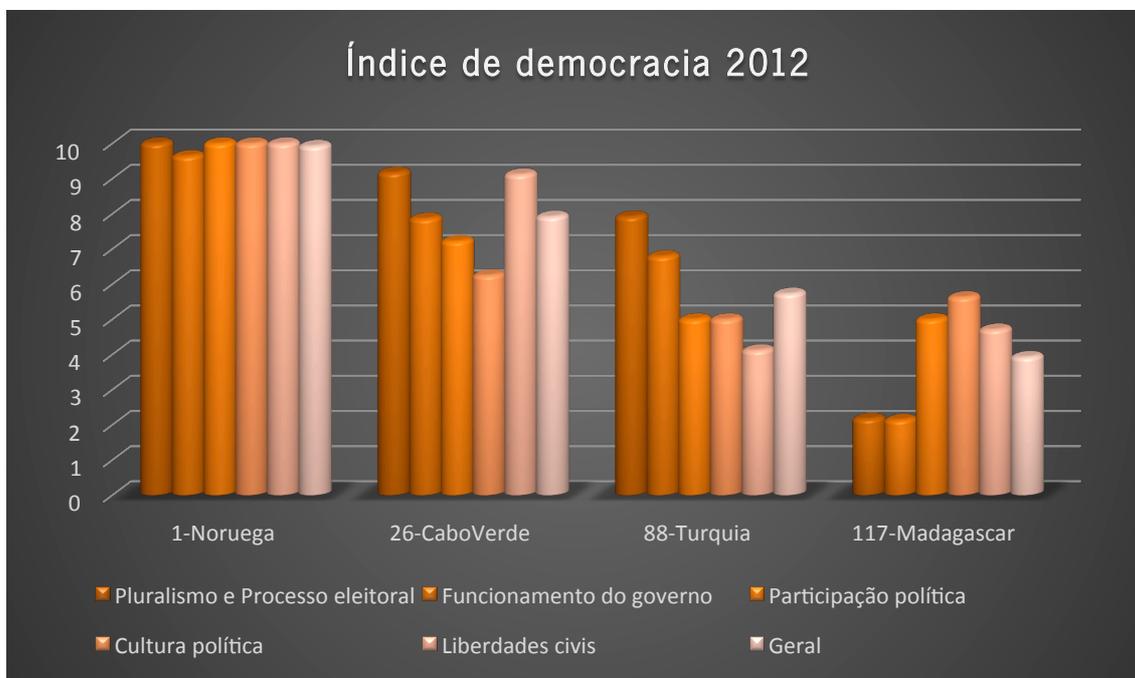


Gráfico 5 – Índice de democracia 2012

Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's index of democracy 2012*.

Quando Erdogan implementou o seu autodenominado “novo pacote democrático” os críticos descreveram a medida como uma jogada política e de interesses pessoais, enquanto os seus apoiantes alegaram uma preocupação nacional em prol de igualdade de direitos entre as etnias e de resolução dos problemas de segurança interna. Na nossa opinião, esta medida não passou de uma tentativa de ocultação da atual situação do país, relativamente às liberdades civis e ao próprio pluralismo político.

Consideramos ainda que, sendo a população curda a única minoria visada no “novo pacote democrático”, as pretensões eram, integralmente, eleitorais, no sentido em que os cidadãos curdos representam um relevante número do eleitorado turco. Mesmo assim, o conjunto de reformas sublinha a ausência de propostas sobre o reforço dos poderes locais e sobre as sentenças de prisão de centenas de ativistas curdos. Os «guardiões da aldeia» continuam a exercer funções e, perante isto, que manifestação de liberdade poderemos observar? Para a autora, a própria autodenominação – “novo pacote democrático” – é artificiosa, provocando a

ideia que muitos outros “pacotes democráticos” foram introduzidos anteriormente, sob a governação do AKP.

“Erdogan conquistou o poder com algumas promessas revolucionárias em relação à causa curda: autorização da nomenclatura curda, do idioma curdo e acordos de paz com o PKK. Apesar de ter implementado as promessas, o atual Presidente turco pactuou com uma lista preocupante de violações dos direitos humanos: fez milhares de prisioneiros políticos debaixo da acusação de ligação com o PKK [que por seu turno também cometeu abusos sobre os direitos humanos], autorizou ataques que vitimaram civis (alguns deles, segundo fontes curdas, com armas químicas) e deteve jornalistas e ativistas” (Carrasco, 2015).

O conjunto de reformas, apresentado a 30 de setembro de 2013, anunciava, como se pode ler no Diário Oficial da República da Turquia, o fim parcial da proibição do uso do véu em locais públicos; a diminuição da fasquia de 10% de representatividade para garantia de assento parlamentar nas eleições nacionais, o que, inexplicavelmente, acabaria por não ir avante; o ensino da língua curda nas escolas privadas; a autorização para o uso das letras “q”, “w” e “x”, existentes no alfabeto curdo; a alteração dos nomes de algumas cidades, recuperando o seu nome curdo de origem e a supressão do juramento escolar.

A Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL) considerou as medidas introduzidas um passo na direção certa, mas que não redargua nenhuma das vontades da minoria curda.

“Falha a oportunidade para estabelecer progressos no processo de paz com o PKK e falha no principal objetivo declarado – os avanços no processo de paz com o mesmo. O documento não contempla nenhuma das reivindicações fundamentais da minoria curda: a educação em curdo nas escolas públicas, a libertação dos presos políticos e a introdução de uma lei eleitoral justa, capaz de garantir o pluralismo parlamentar” (Goulão, 2013).

A 21 de março de 2013, o PKK anunciava um cessar-fogo com o Governo da Turquia. Antecipava-se uma primavera calma, pacífica e condutora de resoluções que há muito pareciam perdidas e esquecidas. Viria a revelar-se, no entanto, o contrário de tudo isto, para o povo e para a nação turca. A 28 de maio, um protesto ambiental contra a demolição de 600 árvores no Parque Gezi, em Taksim, Istambul, rapidamente viria a transfigurar-se num protesto contra o Governo, após a resposta das forças policiais contra os ambientalistas.

O que começou como sendo um protesto ambiental, rapidamente tomou proporções maiores e tornou-se num protesto antigovernamental contra a analogia do governo com o

Islamismo e contra o tratamento desigual das minorias. As manifestações chegaram mesmo ao fórum internacional, atingindo várias cidades com comunidades turcas.

Em dezembro, noviciou-se um escândalo político-financeiro e foram divulgadas várias investigações de corrupção, decorrentes há mais de um ano. Pessoas próximas do Primeiro-Ministro foram detidas e em janeiro de 2014, o Governo turco demitiu 350 oficiais e agentes da polícia de Ancara, muitos deles associados ao movimento Gulen⁴⁶, de Fethullah Gulen, que, segundo Erdogan, é o grande culpado de uma conspiração com o intuito de desacreditar o seu Governo e destabilizar a nação turca. Mais uma vez, é visível o claro sentimento de perseguição política por parte de Erdogan e, a alusão à estabilidade da nação é, novamente, empregue nos seus discursos.

Uma das características mais marcantes de Erdogan foi a sua conceção visionária e a forma como isso se refletiu na comunidade internacional – a «Nova Turquia», um país em que o indivíduo se sentia orgulhoso em ser parte integrante da nação, um país aberto à comunidade internacional, em conjunto com a força da liderança do seu Governo. Mas esta Turquia moderna e materialmente mais desenvolvida também oferece, na opinião da autora, uma vertente mais conservadora, virando-se para uma identidade muçulmana de expressão dominante. As liberdades de expressão continuam a ser desrespeitadas e, na Turquia do AKP, a garantia dos direitos e liberdades continua a ser um processo aleatório. Como Insel (2015) escreveu no título da sua obra, a «Nova Turquia» de Erdogan passou do sonho democrático à deriva autoritária⁴⁷.

⁴⁶ O turco Muhammed Fethullah Gulen, fundador do movimento, vive em exílio na Pensilvânia, nos Estados Unidos da América. A sua mensagem e a do meu movimento, movimento Gulen ou movimento Hizmet, baseia-se na escola do sunismo hanafi, uma versão moderada do Islamismo.

⁴⁷ Título original da obra de Ahmet Insel: “*La nouvelle Turquie d’Erdogan: Du rêve démocratique à la dérive autoritaire*”.

3.3. Manifestações de Gezi – o recrudescimento da contestação democrática



Imagem 1: Cartaz de um manifestante nos protestos, no qual se pode ler: “Parque Gezi – O dia em que não vier aqui, será o dia da minha morte”.

Fonte: Gokay & Xypolia (2013).

*“Pessoas insatisfeitas mas em paz.
Descontentes mas felizes por estarem juntas, sentindo o calor dos outros nos
seus ombros e por isso não sentem medo.
Não me incomodes!
Não interfiras com a minha maneira de viver!
Não me incomodes com as tuas regras!
O Islamismo não é teu! O Islamismo é paz, não brutalidade.
Não ignores outras crenças e outras preferências sexuais!”*

Mustafa Yasacan⁴⁸

Os protestos na Turquia começaram no final de maio de 2013, inicialmente para contestar os planos de desenvolvimento urbano para construir no Parque Gezi, em Istambul, um complexo com uma nova mesquita, um quartel e um centro comercial. No entanto, o caráter dos protestos alterou, substancialmente, quando a polícia turca atacou os manifestantes com atos de violência considerável e, o que começou como um protesto ambiental para salvar 600 árvores em Gezi, rapidamente se tornou numa manifestação nacional política contra Tayyip Erdogan e o seu governo.

O aumento da postura autoritária do Primeiro-Ministro ampliou as imputações de proximidade com o governo de Mubarak, sob demandas de práticas antidemocráticas inibidoras das liberdades fundamentais, trasladando a «Primavera Árabe» para a Turquia. A nova geração de jovens educados com expectativas de se expandirem como cidadãos ativos na sociedade constituiu a grande maioria dos participantes nos protestos, os quais, na opinião da autora, aspiravam ser os agentes da mudança de um Governo que, apesar de ter sido eleito democraticamente, revelava problemas estruturais no seu sistema democrático (Gokay & Xypolia, 2013: 36). Acreditamos que as sucessivas medidas de controlo social que agradavam e acarinhavam o eleitorado islâmico conservador potenciaram o desagrado da população urbanizada e educada que se opunha à imposição de medidas conservadoras que os afetava, direta ou indiretamente, tais como:

- A ausência de discussão pública de medidas governamentais;
- Intenção de reformulação da Constituição para dotar o Presidente de poderes executivos;

⁴⁸ PhD Candidate, Research Institute for Social Sciences, Keele University, UK (Gokay & Xypolia: 2013).

- Reserva forçada e decretos de prisão efetivas para um número avultado de gerais;
- Proibição de beijar em locais públicos;
- Tentativa gradual de islamização da sociedade;
- Proibição de publicitar e a restrição do consumo e venda de bebidas alcoólicas;
- Proibição de acesso a *websites* como, por exemplo, o youtube;
- Sentença de prisão de 10 anos ao músico e pianista Fazil Say pela publicação de comentários nas redes sociais, considerados pelo Tribunal insultuosos para com os valores religiosos de uma parte da população turca.

A rebelião que nascera por causas ambientais tornara-se numa contenda contra a ausência dos valores democráticos pela voz da representação. A resposta do Governo, que consideramos inflexível e repreendedora, tornou-se contraproducente, atraindo cada vez mais pessoas para os protestos. Gezi tornou-se palco de encontro não só da esquerda secular turca, mas também de milhares de mulheres que se sentiam cada vez mais inferiorizadas perante uma sociedade, forçosamente, islamizada e, politicamente, masculina. Os pacifistas juntavam-se no apoio aos ambientalistas para condenar o envolvimento do Governo turco na tentativa de derrube de Bashar al-Assad na Síria e, progressivamente, a direita secular, hostil à postura islâmica do Governo, dava mãos à esquerda, numa luta a dois pelos princípios da República. Uma pequena fração do AKP, apoiada pelo Presidente Abdullah Gul viria mesmo a assumir que a governação do partido estava a seguir um rumo extremamente repressivo (Gokay & Xypolia, 2013: 31). E perante isto, os curdos, que haviam cooperado com o AKP anteriormente, permaneciam indecisos sobre a posição a tomar.

O PKK, que nos últimos anos se afastara das práticas marxistas, assumia estar disposto a substituir as armas pela diplomacia. Acreditamos que Erdogan estava ciente de que uma vitória militar contra os curdos representaria uma baixa militar tremenda e, por isso, o Governo parecia recetivo ao diálogo com os irmãos muçulmanos. Contudo, a profunda desconfiança entre as partes dificultara o processo de negociações. Pelo meio, surge a revolta na Praça Taksim e a população curda começava a debater-se com um novo dilema – manter as relações com o AKP, aceitando as negociações em detrimento das liberdades civis que sabiam não possuir, ou apoiar a esquerda secular, que desde a governação de Inonu se revelara disponível para uma tentativa de

resolução do conflito? Embora esta última hipótese pareça, à primeira vista, mais viável, consideramos que a direita secular nacionalista, que agora se havia juntado à esquerda secular em Gezi, significaria um entrave à resolução da questão curda.

Entendemos que a dominância eleitoral do AKP provocou uma reduzida capacidade de influência na tomada de decisão por parte da oposição, despoletando um sentimento de frustração e de impotência na população, agravado pela “autorreconhecida filosofia majoritária do Primeiro-Ministro” (Committee on Foreign Affairs, 2013) e, na nossa opinião, pela arrogância governamental de Erdogan, levando os manifestantes ao apelo à liberdade e ao expurgo da democracia (ver gráfico 6). A retórica do Governo turco inflamou a situação em Gezi, quer pelos sucessivos elogios à força policial, quer pelo discurso de diferenciação em relação aos que estavam do seu lado e aos que criticavam a sua governação. Do exterior, chegavam comunicados de vários atores políticos da comunidade internacional, como Barack Obama e John Kerry, chamando Erdogan à razão e apelando ao bom senso e à democracia.



Gráfico 6 – Principais reivindicações dos manifestantes de Gezi

Fonte: segundo informação da *Think tank* Konda, disponível em <http://t24.com.tr/haber/konda-gezi-parki-anketi-cikardi,231889>

Os motivos de adesão multiplicaram-se (ver gráfico 7) e os vastos relatos da opressão policial que, em inúmeras vezes recorreu ao uso de gás lacrimogêneo e de canhões de água,

provocou um elevado recrudescimento do acompanhamento jornalístico em Gezi. Os meios de comunicação social desempenharam, realmente, um papel importante na mobilização e comunicação dos manifestantes, tendo o Primeiro-Ministro responsabilizado os media como "a verdadeira ameaça para a sociedade" (Letsch, 2013) – denote-se a frequente recorrência do chefe de Governo turco ao vocábulo "sociedade", de modo a criar um sentimento de fidelidade e de solidariedade para com a população, justificando o abuso de poder como uma causa essencial para um bem maior, a "sociedade" e o seu reconhecimento.

A autora considera ainda que a evolução das condições económicas do país e, conseqüentemente, das suas classes médias, revelou que uma melhoria das condições de vida para a classe média não se traduz, automaticamente, em mais direitos democráticos. As exigências e as preocupações dos manifestantes mostraram que esta nova geração se sentia marginalizada e desejava um espaço político que englobasse os seus interesses.



Gráfico 7 – Motivos de adesão aos protestos de Gezi.

Fonte: segundo informação da *Think tank* Konda, disponível em <http://t24.com.tr/haber/konda-gezi-parki-anketi-cikardi,231889>

Depois de anos a registar valores de participação política francamente baixos, a Turquia apresentava agora um avultado número de cidadãos insatisfeitos que resolvia responder ao Governo do AKP através da sua voz, reescrevendo uma nova conjuntura participativa no país.

Consideramos que, o que se pedia à Turquia, era que fosse capaz de os ouvir, mas, contrariamente, Erdogan tentou silenciar-los. De todo o modo, os protestos devem representar um alerta para AKP, sendo que, politicamente, consideramos que uma cidadania vociferante é um trunfo para a democracia e a reforma democrática não deve descurar as preocupações dos seus cidadãos. A cultura política do país havia sido reescrita e a resistência às políticas do Governo revelara-se mais forte e autenticada que o expectável. Cinco mortos, quatro mil feridos e cerca de cinco mil detidos. Quase três milhões de pessoas passaram por Gezi e, alguns, por motivos díspares, permaneceram lá ao longo das cinco semanas de protestos (ver gráfico 8).



Gráfico 8 – Motivos de permanência em Gezi.

Fonte: segundo informação da *Think tank* Konda, disponível em <http://t24.com.tr/haber/konda-gezi-parki-anketi-cikardi,231889>

A diversidade dos manifestantes expôs uma nova esperança para o surgimento de uma geração vibrante, politicamente preenchida de turcos que abraçavam o pluralismo. E, assim sendo, “a energia dessas manifestações pode muito bem tornar-se a base para uma democracia dinâmica e revigorada” (Committee on Foreign Affairs, 2013).

Em jeito de conclusão, consideramos que o protesto mais pacífico da história política da Turquia criou uma grande oportunidade para mais um passo democrático, tendo ficado, todavia, aquém dos resultados esperados, como haveríamos por confirmar posteriormente. A estrutura desordenada dos manifestantes, a falta de capacidade de converter a sua oposição em demandas políticas concretas e o tratamento injusto dos meios de comunicação internacionais tiveram um impacto evidente sobre a extensão e o poder da esfera política formada e executada pelos manifestantes de Gezi.

Capítulo IV – Análise Reflexiva

4.1. A influência das Forças Armadas, o projeto *kemalista* e a questão curda

No ano de 1924, quando os tribunais religiosos foram abolidos, sob o princípio de que a função judicial deveria ser assegurada por cidadãos independentes (Rubiol, 2004: 165), muitos dos tribunais turcos passaram a ser assegurados pelas Forças Armadas, os quais, como comprovamos, sentiram várias dificuldades em exercer a função de forma imparcial e independente. A responsabilidade conferida pela Constituição de 1924 às Forças Armadas, sobre a proteção da democracia e sobre a própria Constituição resultaria nos Golpes de Estado de 1960 e de 1980, no *Golpe do Memorando* de 1971 e no *Golpe de Estado pós-moderno* de 1997, assim como noutras formas de intervenção, democraticamente duvidosas, em prol da democracia.

O projeto *kemalista* pretendido por Atatürk ambicionava ainda uma modernização da sociedade, para o qual o papel da mulher, pró-ativa na atmosfera social e política, seria preponderante (Kinross, 1993: 343), aditando ainda a separação da Religião dos assuntos de Estado, promovendo o secularismo e a liberdade religiosa. A autora considera que o protagonismo com o qual a governação *kemalista* brindou o exército turco conduziu a um apoio imensurável do mesmo ao CHP. Assim, acima de qualquer outro aspeto, o exército era o defensor dos princípios *kemalistas*. Todavia, não só se opunha à islamização da sociedade e da atmosfera política, como revelava uma baixa empatia com as manifestações e as organizações de esquerda.

O entendimento que a elite *kemalista* possuía do comunismo incitou um elevado recrudescimento da impugnação do PKK, muito por causa dos seus ideais marxistas. Autonomamente do seu espectro político, todos os partidos turcos – salvo os partidos pró-curdos – defendiam a “unificação da nação” e, este é, na nossa visão, um aspeto primordial a respeitar no contexto político e cultural do país. O separatismo curdo simbolizava uma violação a esse princípio.

Consideramos ainda pertinente realçar que, para a autora, não existe uma clivagem religiosa entre turcos e curdos, embora, através de um estudo histórico-cultural da etnia curda, tenhamos verificado que até ao período de islamização da sociedade durante a Idade Média, os curdos praticavam o Lazdânismo, que na atualidade se fragmentou em três ramos: Alevismo, Yarsanismo e Yasidi. Atualmente, a grande maioria curda é muçulmana sunita, sendo que uma pequena minoria pratica o alevismo. É ainda possível constatar que a dualidade turco-curda não

apresenta clivagens políticas, no sentido em que os partidos curdos, atualmente já bastante descolados do marxismo-leninismo, apresentam-se, claramente, como partidos de causas e, essencialmente, porque o voto curdo não revela tendências ideológicas – a autora concluiu que, após um estudo minucioso sobre a intenção de voto da população curda, os partidos que em campanha anunciavam uma tentativa de resolução da questão curda, com abertura ao diálogo e aos processos de autonomia da região, alcançavam uma abrangente gama do eleitorado curdo. Os conflitos curdos que vitimaram milhares de civis, sob administração de diferentes governos, provocaram sérios problemas sociais, económicos, políticos e culturais, tendo ainda produzido um empobrecimento gradual na região do Curdistão turco.

4.2. O desenvolvimento político - a evolução das liberdades civis e os processos de reislamização da sociedade

Após dois períodos de sistema de partido único – de 1924 a 1930 e de 1931 a 1946 – que deterioraram os valores democráticos emanados à fundação da República, a Turquia abraçou um novo projeto de democratização e de valorização das liberdades, muito sob influência do Presidente Ismet Inonu, através da abolição da legislação que restringia as liberdades reconhecidas pela Constituição e pela alteração do sistema de votação dos deputados. Contudo, o processo democrático era ainda muito diminuto e as reivindicações pelo aumento das liberdades de expressão eram uma constante, confrontando o Governo do CHP com práticas autoritárias e estadistas. Para combater as hostilidades religiosas o Presidente haveria por autorizar os conteúdos islâmicos nas escolas públicas, numa recém-criada perceção que a laicidade não proíbe, liberta.

As eleições de 1950 ficaram marcadas como as primeiras realizadas através de voto secreto e de contagem pública dos votos e ainda pela queda da elite *kemalista* das posições de poder. A governação do DP simbolizaria um retrocesso nos processos de democratização. Envaidecida pela vitória eleitoral, progressivamente, estabeleceu-se o pensamento de retrocesso ao sistema de partido único, num considerável contributo negativo para a democracia. Sucedeu-se um gradual abandono das causas sociais e educacionais e foram decretas penas de prisão aos autores de informação considerada perturbadora para a estabilidade política – a liberdade de imprensa voltava a estar muito distante.

Os rumores de reintrodução do unipartidarismo seriam a sentença da governação do Primeiro-Ministro Menderes e do seu governo. Em 1960 dava-se o primeiro Golpe de Estado, sendo Menderes executado no ano seguinte. Inonu assume agora o cargo de Primeiro-Ministro e a nova Constituição exprimia uma maior liberdade política para cidadãos, políticos, sindicatos e associações, num novo processo de democratização sob a governação do CHP. A sua governação ficaria marcada pela atitude tolerante com os cidadãos curdos e pela liberdade de associação e pela moderação religiosa.

Após o Primeiro-Ministro apresentar a sua demissão, no ano de 1965, o Governo passou a ser chefiado pelo AP. Demirel, o novo chefe de Governo, revelava-se um defensor das políticas capitalistas e da componente islâmica. Os últimos anos da década de 60 ficaram ainda marcados pela remodelação do CHP, assumidamente, um partido próximo do proletariado e que se afastava da política de elite estadista, defensor da reforma agrária, da justiça social, da segurança social, do desenvolvimento económico, da educação e do secularismo (Rubiol, 2004: 293).

O capitalismo desenvolvido nos últimos anos havia produzido desigualdades económicas e sociais muitos graves e, conseqüentemente, a revolta curda e as guerrilhas dos jovens universitários floresciam progressivamente. A classe operária exigia aumentos salariais e o aumento da militância islâmica e os seus ataques à causa *kemalista* enfureceu o exército, que, em 1971, procedeu a novo Golpe de Estado, comprovando-se uma depreciação clara dos direitos humanos e constitucionais – milhares de detidos, muitos deles torturados. Restabelecida a democracia, após umas eleições livres e justas, Ecevit devolvia o governo ao CHP.

Consideramos que o recrudescimento da rebelião curda que marcou os anos que se seguiram pode ser justificado pelos seguintes fundamentos:

- Ilegalização do TIP, o primeiro partido curdo a pronunciar-se sobre a questão curda;
- Demissão de Inonu, um importante conciliador entre as partes;
- A tentativa de unificação da nação dos sucessivos governos, que entendiam que a autonomia/independência do Curdistão turco provocaria uma fragmentação do seu território e que, na Turquia, nada havia para além dos turcos – os curdos eram os turcos das montanhas e, por isso, as montanhas, metaforicamente, eram o seu único aliado.

Perante a fragmentação social que o país atravessava, Ecevit demite-se e Demirel volta a constituir Governo, numa coligação dos islâmicos do AP com os nacionalistas do MSP e MHP, denominada «Frente Nacional». Entendemos que a governação islâmico-nacionalista provocou um elevado período de reislamização, protagonizado por um ressurgimento da religião na vida política, para qual muito contribuiu a precariedade económica da população rural, consequente das medidas capitalistas que inflamaram a disparidade na renda nacional. No ano de 1980, no auge da crise político-económica, o Exército turco protagonizava um novo Golpe de Estado.

A nova junta militar governou a Turquia durante três anos. Todavia, entendemos que a sua governação foi executada sob princípios bem díspares em relação ao sucedido anteriormente. Foi sob a égide dos militares que se escreveu a atual Constituição da República da Turquia, em vigor desde 1982, e que se realizaram as eleições pelo voto popular para a formação de um novo Governo (Fernandes, 2005: 105), em 1983, das quais o ANAP sairia vencedor.

O seu primeiro mandato (1983-1987) ficou marcado por um enorme crescimento da economia e por um aumento bárbaro na distribuição da renda, o que culminou num empobrecimento gradual da população. Reescrevendo a história, constatamos que as dificuldades económicas das populações rurais culminavam num novo período de reislamização. O segundo mandato (1987 a 1991) contou com um aumento gigantesco da população e um aumento da inflação tremendo.

Os inícios da década de 90 ficaram marcados por novas reivindicações curdas pelo reconhecimento étnico, cultural e linguístico. O Curdistão turco submergia-se no empobrecimento e a questão curda era, cada vez mais, vista como um problema de terrorismo, sendo alvo constante de incursões militares. O Conselho Europeu interveio apelando ao governo turco para aprofundar a democracia e salvaguardar os direitos humanos, que vinham sucessivamente sendo esquecidos. Em 1995 as prisões turcas contavam com 105 presos ideológicos.

O primeiro Governo islâmico da República da Turquia nasceu no ano de 1996, chefiado por Erbakan, após uma vitória dos islâmicos do RP que criaram uma coligação com o DYP. Consideramos, aliás, que as coligações partidárias eram já um hábito governamental no país. Apesar da barreira dos 10% de votos para garantir assento parlamentar, a atmosfera política era demasiado fragmentada para que um partido conseguisse, por si só, governar em maioria.

A ascensão do RP resultou em novo período de reislamização, considerando a autora que, o voto islâmico deve, e pode ser, entendido como uma constatação desse facto. Çiller, a

parceira de coligação, ex-Primeira-Ministra pelo DYP, esteve associada a vários casos de corrupção, o que haveria por incitar a perda de legitimidade de vários Governos. Consideramos que a reorientação do país com posições marcadas pelo Islamismo reconduziu ao recrudescimento das desigualdades sociais para secularistas e minorias religiosas. Após a pressão das Forças Armadas para a demissão de Erbakan, naquele que ficou conhecido como *Golpe de Estado pós-moderno*, Ylmaz (ANAP) foi nomeado Primeiro-Ministro. Entendemos que esta foi, certamente, a legislatura mais apoiada pelos partidos da oposição – esquerda e a direita esqueceram as ideologias diferenciadas e apoiaram-se mutuamente pela manutenção do estado laico, numa governação que ficaria ainda marcada pela reformulação do sistema de ensino.

As sucessivas acusações de fraude e corrupção manchariam também a governação de Ylmaz, tendo sido Ecevit nomeado para a sucessão. E, a adicionar a uma inflação e um défice público extremamente altos, o novo Governo deparava-se com um número íngreme de vítimas provocado pelo conflito curdo, entre os quais milhares de civis. Sobre os resultados das eleições de 1999 e, relativamente ao voto no MHP, a autora considera que, as sucessivas divergências entre os partidos maioritários, os casos de corrupção, os escândalos políticos, a inflação e o conflito curdo impulsionaram o voto nos nacionalistas, defensores de uma versão moderada do *panturquismo*. Curiosamente, o auge do nacionalismo turco, proveniente da luta contra a guerrilha curda, começava a revelar efeitos contrários ao ambicionado pelo projeto *kemalista* da retração de fronteiras, e a expansão para os “vizinhos otomanos” começava a captar apoios junto de um número significativo do eleitorado.

Os partidos laicos e os pró-curdos revelaram uma clara evolução nas suas relações. Entendemos que a presença pró-curda na Grande Assembleia Nacional representava o distanciamento do voto curdo nos partidos islâmicos e, portanto, uma maior estabilidade política para os partidos laicos no Governo. Consideramos que a governação de Ecevit revelou-se, extremamente, centrada na reforma democrática, quer pela colocação de civis nos tribunais nacionais, quer pela libertação de jornalistas e escritores, detidos sob acusação de atentado contra a unificação da nação. Conseguiu uma redução admirável da inflação, atribuiu mais direitos às mulheres e revelou-se um claro opositor ao clientelismo político que vinha a corroer a vida política nos últimos anos. Foi durante o seu mandato que a Turquia obteve o estatuto de país candidato à integração na UE, após uma luta clara pela fixação do Estado de Direito e pelas liberdades individuais e das minorias, de acordo com as leis estabelecidas pela UE. Foi ainda sob a sua mão que a pena de morte foi abolida, apesar do voto contra do MHP. Poderemos mesmo asseverar

que a governação de Ecevit se afastou dos populismos eleitorais, revelando uma tremenda preocupação com os processos de democratização.

Contudo, a instabilidade política era já uma prática comum na arena política da Grande Assembleia Nacional. A não aprovação das reformas apresentadas pelo SHP para respeitar as demandas europeias reconduziria a um novo período de turbulência e a Turquia continuou a proceder a sentenças contrárias ao defendido pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. As reivindicações exigindo uma democracia completa voltavam a invadir o país. E, como havemos constatado, o surgimento de uma crise político-económica produz um novo período de reislamização.

A instabilidade da coligação revelou-se inalterável, incitando a convocatória de novas eleições. Os partidos de centro-direita haviam-se revelado incapazes para governar e, a esquerda moderada, apesar das proximidades ideológicas, não quis avançar com uma coligação. A necessidade de definição de uma nova tendência na arena política, quer pelas alterações político-sociais, quer pela necessidade de um novo discurso político, atribuiriam um relevante protagonismo a Recep Tayyip Erdogan, que recentemente havia formado o AKP, em conjunto com a ala reformista e confessional do FP, sucessor do RP.

4.3. Nova construção identitária – Erdogan, o Islamismo e a democracia

Inevitavelmente, a autora considera que a oratória do AKP, cautelosamente, alienou o título islâmico. Autocaracterizado como um partido democrata conservador de centro-direita, entendemos que beneficiou das sucessivas crises económicas do país e venceu a necessidade de remodelar as barreiras entre o Estado e a sociedade – uma sociedade maioritariamente muçulmana (99,8%) deveria ver salvaguardados os seus direitos religiosos e o Estado não deveria funcionar como um impositor de demandas contrárias. Liberdade religiosa para os que exigiam mais tolerância religiosa.

Este é o primeiro ponto que consideramos pertinente salientar da nova construção identitária da Turquia – a liberdade religiosa. Defendida pelo AKP, assim como pelos partidos laicos, a interpretação que possuem da mesma é que difere. Consideramos que a forma como os secularistas encaravam a necessidade de um Estado laico não soube acompanhar a evolução sociocultural da população. Fernandes (2005) clarifica-nos essa questão, ao esclarecer que o Islão

nunca foi, de facto, eliminado da sociedade turca, apenas removido das instituições públicas pela elite *kemalista*. Não refutando a tese de Huntigton (1996) sobre o apoio das elites à evolução secular, defendemos que a opinião pública nem sempre se revelou favorável a essa evolução. Entendemos ainda que, ao contrário do que é apresentado por Huntigton (1996), a orientação secularista e pró-ocidental não foi unicamente minada pelo ressurgimento do Islão, o recrudescimento nacionalista terá pactuado para a diminuição do apoio popular à questão europeia.

Consideramos que o voto eleitoral no AKP (ver quadro 4) representou uma rotura com os partidos laicos, numa manifestação de ambição pelo recrudescimento da representatividade popular e das liberdades religiosas.

Quadro 4 – Perceções eleitorais dos cidadãos e o projeto do AKP



Fonte: A autoria da autora.

O panorama eleitoral turco conjeturava-se de forma favorável para o AKP que garantiu uma importante estabilidade governativa, ocupando 66% dos assentos parlamentares. Consideramos pertinente, mais uma vez, realçar o patamar tão elevado da barreira eleitoral dos 10% de votação, asseverando mesmo que é essencial diminuir este valor, de modo a garantir uma

maior representatividade da população na Grande Assembleia Nacional. Curiosamente, a forma como o AKP propagandeou a representatividade e a liberdade conduziram Erdogan à vitória.

A política externa revelou-se a principal preocupação do novo Governo durante o seu primeiro mandato, quer para passar a imagem de uma Turquia internacionalmente poderosa – segundo fundamento identitário – quer para vincar a possibilidade de compatibilidade da democracia com o Islamismo.

O segundo mandato do AKP, iniciado no ano de 2007, descentralizou-se da agenda internacional e começou a revelar uma atuação mais interventiva nas instituições públicas e nas emendas constitucionais, quer pela interferência religiosa nessas mesmas instituições, quer pela legitimação de maior autoridade ao cargo do Primeiro-Ministro, através da oratória em prol do progresso, da representatividade da sociedade e da verdadeira identidade da nação, considerando necessário reformular o sistema político do país. Por este motivo, a nossa análise aos pilares democráticos inicia-se neste ano, considerando que é, de facto, após o segundo mandato do AKP, que os mesmos começaram a ser, manifestamente, desrespeitados.

Num estudo ao funcionamento do Governo entre 2007-2014⁴⁹ (ver gráfico 9) – numa escala de 0 a 10 – concluímos que o mesmo revelou uma quebra em 2008, apresentando algumas melhorias em 2010, ano que antecedeu às eleições legislativas. Em 2012, após nova vitória eleitoral do AKP, voltou a descer, declinando ainda mais em 2013, após a implementação de sucessivas medidas de controlo da vida pública. Concluímos que as eleições e a campanha eleitoral inflacionaram os resultados.

Para a obtenção dos dados apresentados, foram consideramos⁵⁰:

- A influência externa no governo – militares, grupos religiosos e/ou grupos económicos;
- A prestação de contas e a presença/ausência de casos de corrupção;
- Ausência/presença de mecanismos de controlo da vida pública.

⁴⁹ Foram considerados os dados relativamente a 2014 sendo que Erdogan desempenhou funções até agosto desse ano.

⁵⁰ Os indicadores podem ser observados, detalhadamente, no anexo IV.

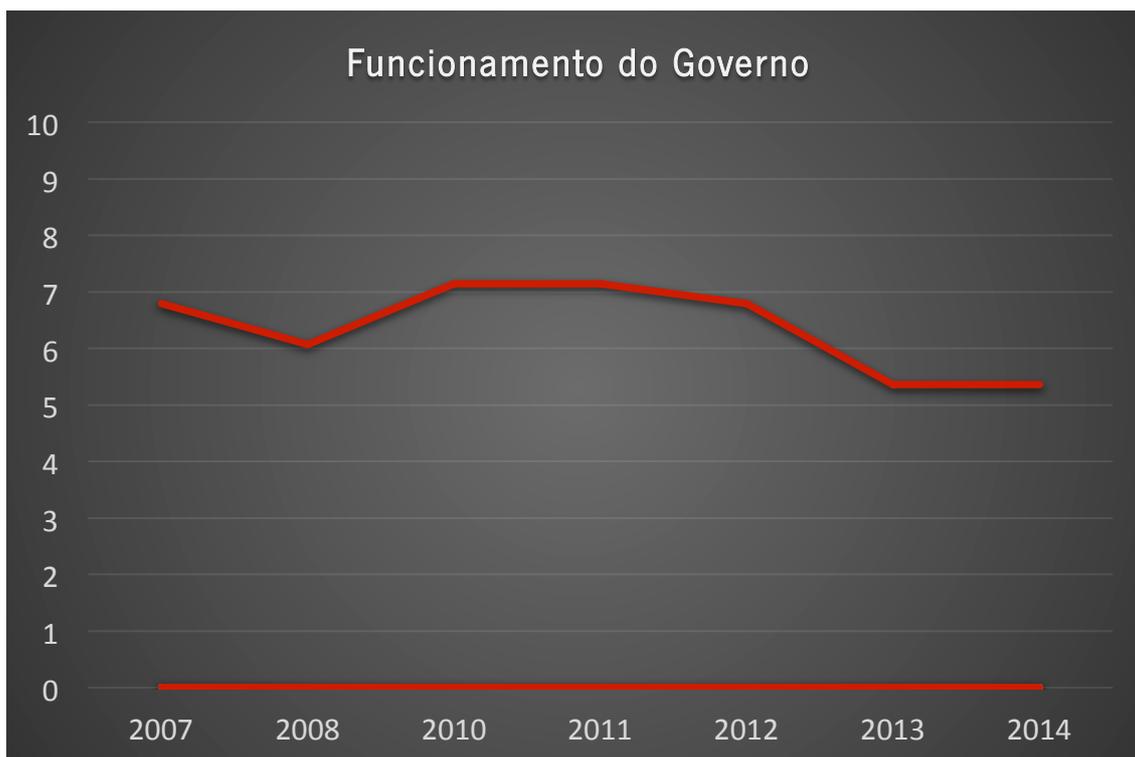


Gráfico 9 – Funcionamento do Governo após a primeira reeleição do AKP
Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy*.

Relativamente ao pluralismo e ao processo eleitoral, a governação de Erdogan apresentou valores contínuos até 2012, tendo em 2013 apresentado uma quebra substancial (ver gráfico 10). Assim, a autora considera que a promessa de representatividade da população revelara uma dissonância considerável com os níveis de pluralismo no país. Consideramos que o pluralismo político deve ser entendido como a garantia de existência de várias opiniões e ideias com respeito a cada uma delas e que, com base no Estado de direito, reconhece que a sociedade é formada por vários e diferentes grupos, tendo o processo eleitoral como principal fundamento a liberdade democrática.

Foram considerados os seguintes indicadores⁵¹:

- Liberdade para a criação de organizações políticas e cívicas, independentes da interferência do Estado;
- Financiamento partidário transparente;
- Eleições livres, competitivas e justas.

⁵¹ Os indicadores podem ser observados, detalhadamente, no anexo IV.

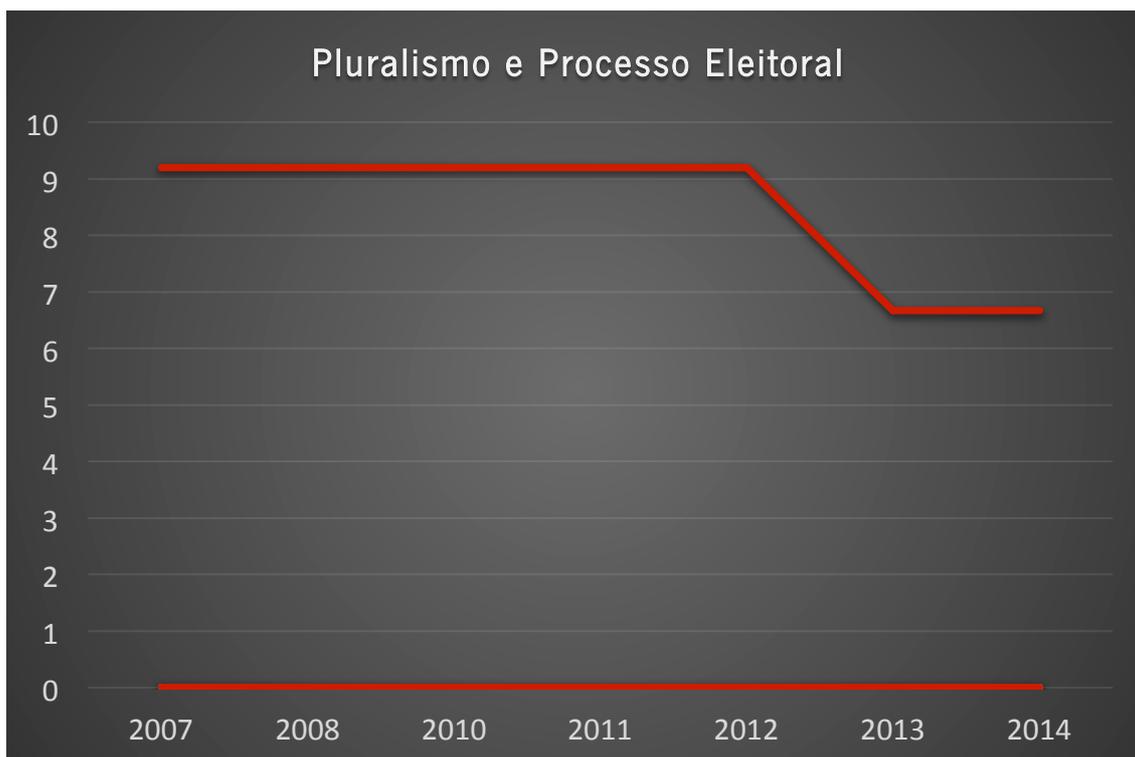


Gráfico 10 – Pluralismo e Processo Eleitoral após a primeira reeleição do AKP
Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy*.

Consideramos ainda que, apesar das quebras substanciais nos indicadores em cima apresentados, as liberdades civis (ver gráfico 11) representam o colossal exemplo da quebra democrática no país, com valores inferiores aos praticados em alguns regimes autoritários⁵². Até a mais minimalista definição de democracia considera as liberdades civis um componente vital para a sua sobrevivência, e o princípio da proteção dos direitos humanos básicos é amplamente aceite pela comunidade internacional – está incorporado nas Constituições dos Estados, na Carta da ONU e em acordos internacionais como a Ata Final de Helsínquia.

Acreditamos que as democracias são sistemas nos quais os cidadãos tomam livremente decisões políticas pela regra da maioria, regra esta que não é, necessariamente, democrática. Por isso, a autora considera fundamental que a democracia seja combinada com garantias de direitos humanos individuais e com os direitos das minorias.

Em queda desde o ano de 2007, as liberdades civis passaram a estar ainda mais corrompidas após a segunda reeleição do AKP, em 2011. Podemos mesmo asseverar que, a cada

⁵² *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy* considera como autoritários os regimes que apresentaram uma avaliação geral igual ou inferior a 4, numa escala de 0 a 10. Estes regimes apresentam um pluralismo político limitado, o poder executivo é, por norma, mal definido, a mobilização política é muito baixa e as restrições sobre as massas são muito elevadas. Casper (1995) considera que estes regimes recorrem à legitimidade do líder político para justificar a identificação do regime como um mal necessário ao combate das falências sociais.

mandato do AKP, as liberdades civis regrediam, sustentando a tese do discurso demagogo de Erdogan, relativamente ao discurso de liberdade, levado a cabo na campanha eleitoral de 2002.

Foram considerados os seguintes indicadores⁵³:

- Existência/ausência de meios de comunicação livres e independentes;
- Discussão aberta e livre sobre assuntos públicos;
- Restrições políticas sobre o acesso a determinados *websites*;
- As instituições proporcionam/restringem a oportunidade de apresentar petições públicas contra o governo;
- Nivel de tolerância religiosa e de liberdade de expressão religiosa;
- Discriminação significativa em função da raça, cor ou crença;
- Grau com que o governo invoca novos riscos e ameaças como desculpa para coibir as liberdades civis.

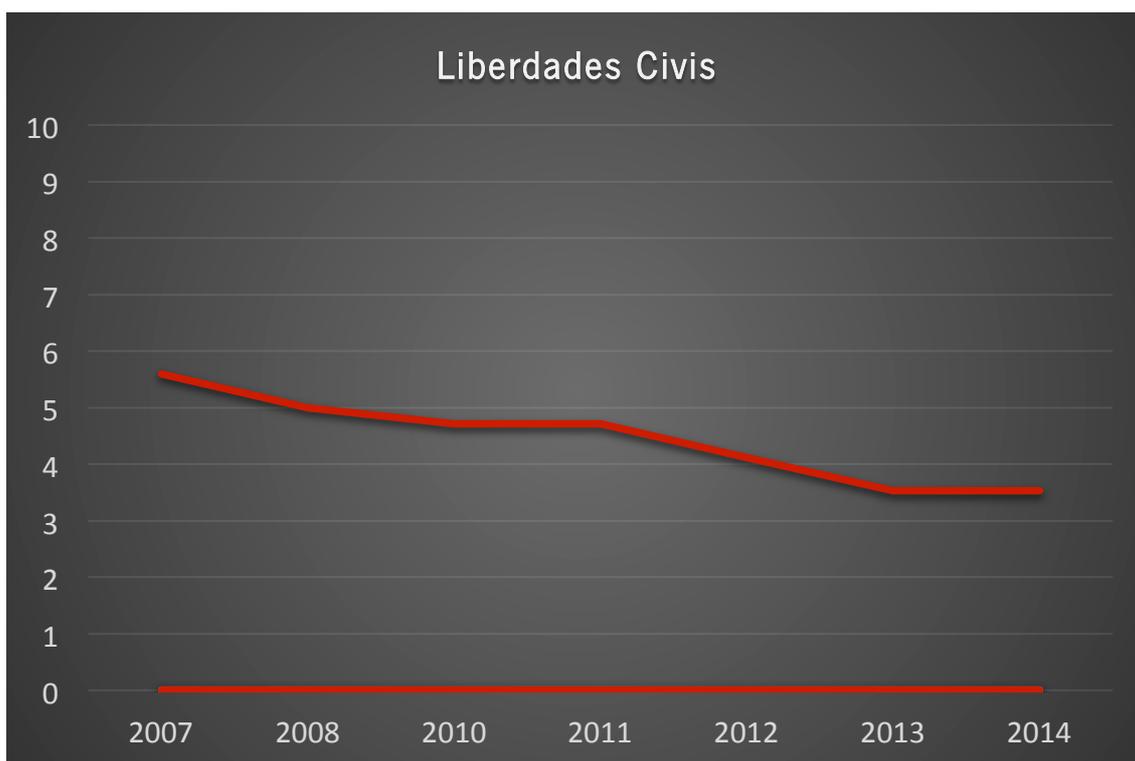


Gráfico 11 – Liberdades civis após a primeira reeleição do AKP

Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy*.

⁵³ Os indicadores podem ser observados, detalhadamente, no anexo IV.

Arriscar-nos-emos a comparar as avaliações sobre as liberdades civis da Turquia – designada pelo *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy* e por O'Donnel & Guillermo (1986) um regime híbrido – com as de Portugal – segundo o mesmo índice uma democracia imperfeita (ver anexo V) – e ainda com as avaliações do Cazaquistão – segundo a catalogação do índice, um regime autoritário (ver gráfico 12). A escolha do Cazaquistão como país comparativo deve-se ao facto de, em 2007, apresentarem, exatamente, a mesma avaliação – 5,59 pontos em 10 possíveis – e de ambos registarem uma quebra progressiva nessa avaliação. Mesmo assim, a avaliação do Cazaquistão foi sempre superior à da Turquia.

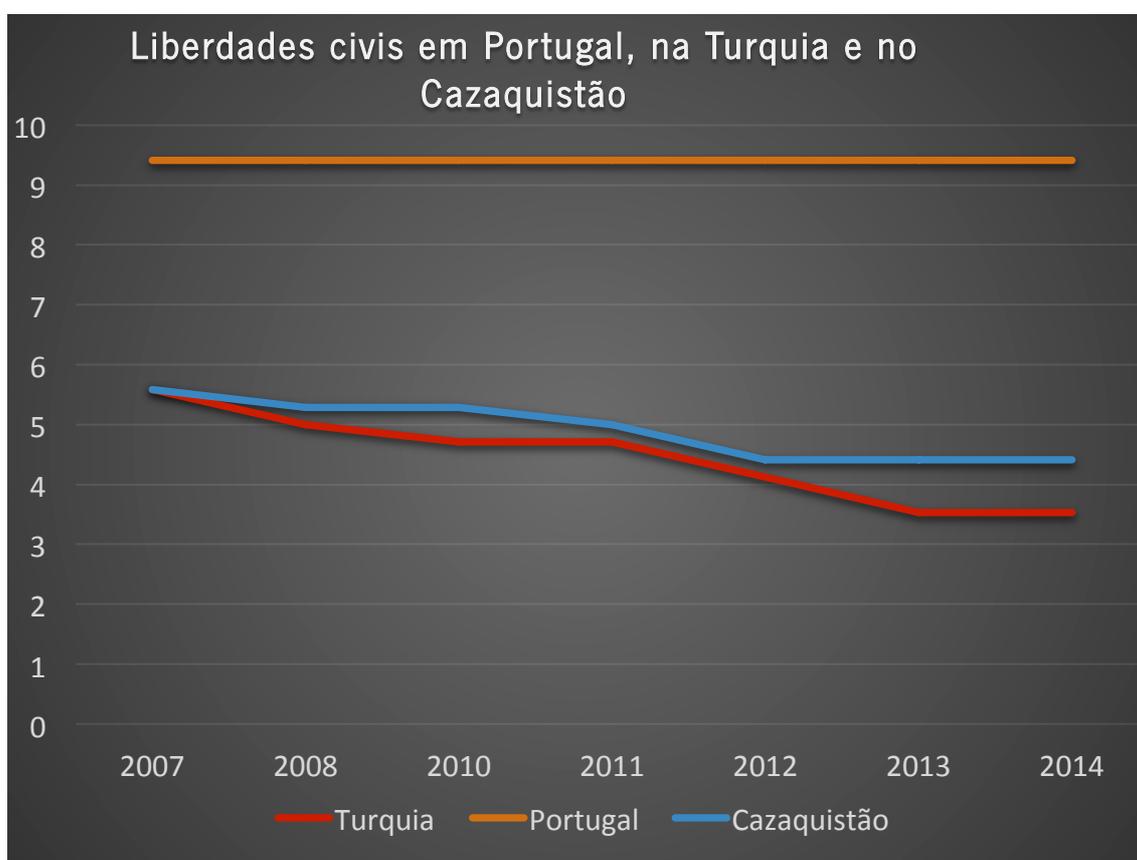


Gráfico 12 – Liberdades civis em Portugal, na Turquia e no Cazaquistão

Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy*.

As novas formas de participação política que surgiram, com grande foco nas décadas de 60 e 70 – analisadas no Capítulo II – possibilitou-nos uma nova interpretação das formas participativas. Hoje, a participação política é vista como o grau de frequência com que os cidadãos exercem os seus direitos políticos, através do número de pessoas que vota nas diferentes eleições, o número de pessoas filiadas em partidos políticos e que participam em eventos políticos, assim

como o número de organizações ou movimentos cívicos que têm ações politicamente relevantes. A participação política é hoje, realmente, muito mais que a votação popular. Sendo que, para a autora, uma democracia saudável e ativa exige participação livre dos cidadãos na vida pública, apenas consideramos as formas opcionais e voluntárias de participação, tendo a Turquia apresentado uma pequena evolução em 2012, baixado, novamente, após os resultados de Gezi não terem sido os esperados. Consideramos que, para esta avaliação, contribuiu, a ausência da autonomia das minorias, as ilegalizações das manifestações e a barreira eleitoral dos 10%, que exerce nos cidadãos um sentimento de impotência na intervenção no sistema político.

Para a avaliação da participação política na Turquia (Gráfico 13), foram considerados os seguintes indicadores⁵⁴:

- Participação dos eleitores nas eleições nacionais;
- Presença/ausência da autonomia das minorias;
- Alfabetização da população adulta;
- Promoção da participação pelas instituições do Estado;
- Presença/ausência em manifestações legais.

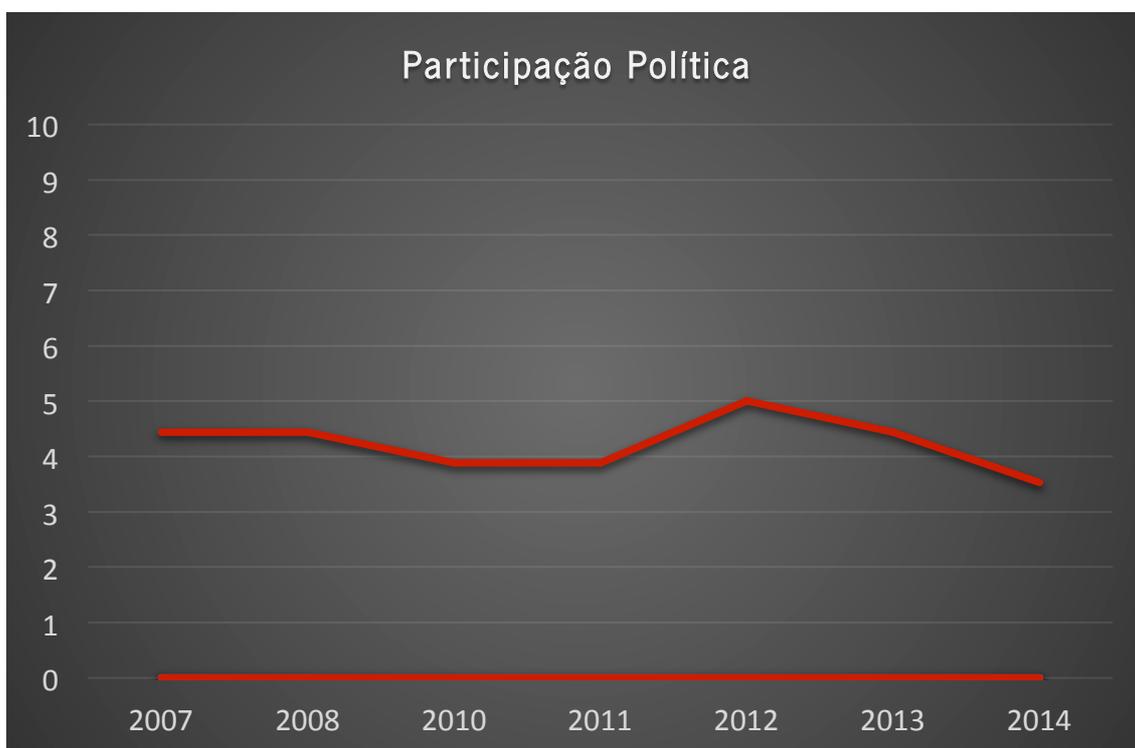


Gráfico 13 – Participação política após a primeira reeleição do AKP.

Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy*.

⁵⁴ Os indicadores podem ser observados, detalhadamente, no anexo IV.

Ainda sobre o estudo da qualidade da democracia na Turquia, a autora considera pertinente apresentar a sua avaliação na cultura política (ver gráfico 14), enquanto arquétipo dos comportamentos, das orientações e das atitudes dos cidadãos face ao sistema político, registando-se uma evolução gradual e extremamente agradável nesta variável, como, aliás, já havia sido demonstrado em Gezi – a população turca, cada vez mais educada, consciencializava-se da necessidade de uma atuação ativa na sociedade, enquanto agentes modernizadores e de mudança, em favor da evolução democrática e do respeito pelas liberdades individuais.

Para o estudo da cultura política foram respeitados os seguintes fundamentos⁵⁵:

- Consenso e coesão social;
- Perceções de liderança e de governação;
- Separação/Proximidade entre a Religião e o Estado;
- Perceções de democracia e grau de apoio popular à mesma.

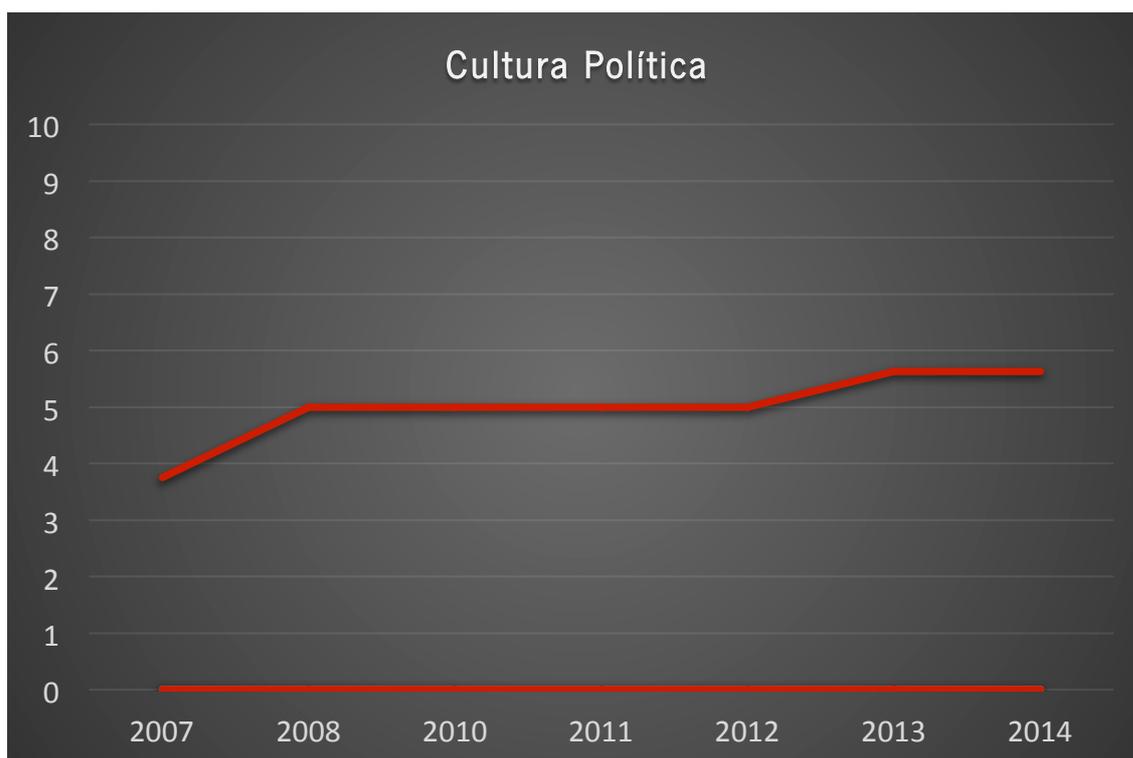


Gráfico 14 – Cultura política após a primeira reeleição do AKP

Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy*.

⁵⁵ Os indicadores podem ser observados, detalhadamente, no anexo IV.

Tendo sido a cultura política a única variável analisada a apresentar aperfeiçoamentos, a autora conclui que a qualidade da democracia na Turquia diminuiu ao longo da governação do Recep Tayyip Erdogan (ver gráfico 15). Consideramos que os resultados apresentados só não são mais expressivos pelo significativo contributo da evolução da cultura política, o que, ditosamente, nos permite concluir que a democracia também é dos seus cidadãos e que a sua progressão não está apenas dependente de Governos e governantes.



Gráfico 15 – A qualidade da democracia após a primeira reeleição do AKP.
Fonte: segundo informação de *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy*.

Concluimos que a Turquia está perante uma enorme transformação democrática e que as liberdades e os direitos, descordados nos últimos anos, culminaram numa dilatação de opiniões populares desfavoráveis sobre Erdogan, em muito ampliadas pelas manifestações de Gezi (ver gráfico 16). As alterações políticas e ideológicas que ocorreram durante a governação de Recep Tayyip Erdogan conduziram a uma nova construção identitária, fundamentada na religião e na afirmação da Turquia como uma potência internacional, potencializando a ideia do abandono conceptual da retração de fronteiras de Ataturk e reforçando a tese da imposição de uma nova

ideologia centrada na influência externa da Turquia no Médio Oriente – *neo-otomanismo* – e na sua afirmação como nova potência internacional perante o Ocidente.

Turks Hold Negative View of Erdogan

Views of Erdogan

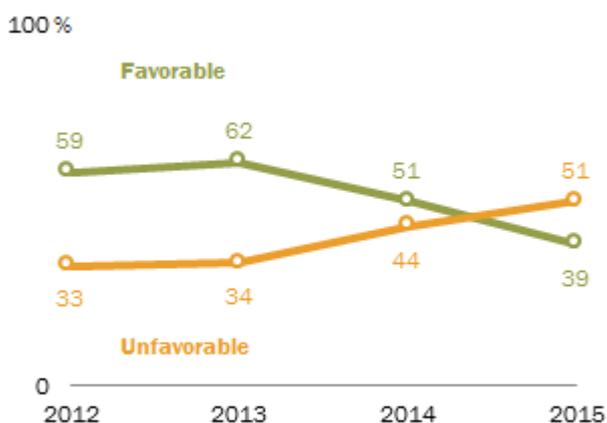


Gráfico 16 – Opinião popular sobre Erdogan

Fonte: Spring2015 Global Attitudes survey, disponível em <http://www.pewglobal.org/2015/10/15/deep-divisions-in-turkey-as-election-nears/turkey-report-19/>

Comprovamos que a governação de Recep Tayyip Erdogan foi influenciada pelo contexto religioso e pela sua hegemonia política, quer pelas sucessivas medidas e discursos religiosos, quer pelos sucessivos apelos de alteração da Constituição. O desenvolvimento político na Turquia, entre 2003-2014, divulgara uma exuberância dominante do papel de Erdogan no exercício do poder.

Confirmamos ainda que os grupos de pressão e os movimentos sociais não apresentaram considerável influência no sistema de decisão política da Turquia, aliás, como foi possível verificar com as recentes manifestações no Parque Gezi. Contudo, a autora considera que a ausência dos valores democráticos reivindicados pela voz da representação popular haveria por reformular a cultura política do país, numa forte oposição às políticas do Governo.

Foi também possível corroborar que a demagogia política da governação de Recep Tayyip Erdogan provocou uma crise de representação política e, conseqüentemente, um enfraquecimento da democracia. A postura autoritária do Governo – que ressaltou num claro abandono de liberdades civis fundamentais – e a dominância eleitoral do AKP conduziram a um

enfraquecimento da participação política na Turquia, perante o sentimento de impotência da oposição e da população em geral em reestruturar o sistema político turco.

Relativamente à influência dos Critérios de Copenhaga aplicados à Candidatura da Turquia à UE na governação de Erdogan, consideramos que a mesma foi reduzida e, portanto, pouco notória. Embora o “novo pacote democrático” tenha sido considerado, por vários representantes dos Estados-membros, um avanço no processo de negociações, as manifestações de Gezi, a postura autocrática do ex-Primeiro-Ministro e a imposição de leis de orientação islâmica provaram que o “reforço do diálogo político, com especial referência à questão dos direitos humanos” como refere o ponto 1 dos Critérios de Copenhaga aplicados à Candidatura da Turquia à UE, não foi tido em atenção. Aliás, a atual conjuntura do SI, a Guerra na Síria e os afluentes movimentos migratórios para a Europa, poderão de facto inverter os papéis e representar uma forte influência da Turquia sobre a UE, e não o contrário. A condicionalidade para o alargamento da UE à Turquia funcionou como um instrumento para compensar uma estratégia de gestão da crise dos refugiados. Os retrocessos nas reformas necessárias para a garantia de direitos humanos e liberdades civis, esquecidas pelos pró-islamitas do AKP, foram, paralelamente, esquecidos pela UE, que criou o “mau precedente e uma imagem de que a UE está disposta a suavizar o tom sobre os desenvolvimentos internos da Turquia em troca de cooperação sobre os refugiados” (Fernandes, 2015).

Ainda assim, não nos foi possível provar que, a substituição dos princípios seculares pela imposição de uma ideologia centrada no envolvimento político da Turquia nas antigas regiões do Império Otomano, tenha influenciado a qualidade da democracia. Comprovamos sim que, o abandono dos princípios seculares e a reintrodução de demandas islâmicas influenciaram a qualidade da democracia na Turquia e, ainda, que o envolvimento político nas antigas regiões do Império Otomano resultou um explícito abandono do projeto de Ataturk.

A autora entende ainda que, o desenvolvimento político e a governação de Erdogan, revelaram-se centrados na reformulação identitária da nação, quer pela presença de pressupostos religiosos associados à representatividade social – com repercussões para a população laica e para as minorias religiosas – quer pelo reconhecimento internacional de uma nação potencialmente poderosa, influente na região do Médio Oriente e pertinente para o Ocidente. Consequentemente consideramos que o funcionamento democrático da Turquia ficou, claramente, usurpado. É importante clarificar que, a população laica é, simultaneamente, islâmica. A pertinência que aqui refutamos, à semelhança do que se atentou em Gezi, é a

influência da religião islâmica nas políticas do Governo e a forma como isso privou as liberdades dos seus cidadãos.

As relações externas do país com o Ocidente democrático, se este considerar a importância dos valores democráticos, ficará, obviamente, mais débil. Não pelo arremesso da população islâmica num *habitat*, predominantemente, católico, mas pela tentativa de islamização do Estado por parte de Erdogan. A modernização e o progresso requerem o reconhecimento de todos os seus cidadãos, autonomamente das suas crenças religiosas. Os critérios de adesão à UE são claros quando exigem instituições estáveis que garantam a democracia, os direitos humanos e a proteção das minorias (ver anexo I).

Capítulo V – Conclusões

As recentes vagas de democratização conduziram à construção do maior número de regimes democráticos de sempre. Esta evolução generalizada dos processos de democratização faz-nos, inequivocamente, questionar, sobre a qualidade das democracias contemporâneas e sobre a relação dos Estados com a democracia e as sociedades.

Após um estudo pormenorizado do contexto democrático da Turquia, a autora concluiu que a reconfiguração normativa da política turca conduziu a uma significativa transformação dos pressupostos históricos, culturais e identitários da Turquia. Embora reconheçamos que o Islamismo esteve sempre presente na sociedade do país, a sua influência na atmosfera política deve ser entendida como uma tentativa de reconfiguração do sistema político e de influência do Estado na vida privada dos seus cidadãos. Desta forma, reconduziu a democracia à ausência do reconhecimento de determinados direitos civis fundamentais e a uma sociedade pouco pluralista. Em consequência, as autoridades administrativas revelaram-se pouco independentes e vários meios de comunicação foram censurados pelo Governo.

A autora concluiu que a Turquia está muito longe de se tornar uma verdadeira democracia liberal, sendo mesmo catalogada como um regime híbrido que mistura elementos democráticos com práticas persistentes de autoritarismo. Quando Atatürk e o grupo de revolucionários turcos lideraram a Guerra da Independência da Turquia, facilmente conseguiram o apoio popular – a criação da República e a retração de fronteiras foi auxiliada pelo povo.

Querirá o povo turco, passados quase 100 anos, retomar a influência nas antigas regiões otomanas e reconfigurar a sua atmosfera ideológica (republicanismo vs. imperialismo)? Consideramos que essa é uma ambição de Erdoğan, que pouco representa a sociedade turca. Ainda sobre a reconfiguração do sistema político (secularismo vs. islamismo), a autora defende que as estruturas do Estado não foram capazes de defender as organizações democráticas e a separação do Estado e da religião. Não se verificando isso, a opção sociopolítica islâmica representará um perigo para a laicidade do Estado, assim como para a própria democracia.

Se a controvérsia em torno da adesão da Turquia à UE foi, durante todos estes anos, extremamente intensa – mesmo com um historial abrupto de Governos laicos – devido à questão religiosa e à carência de respeito pelos direitos humanos, como poderá ser resolvida por um

partido pró-islamita que ao longo da sua governação revelou um decréscimo no respeito das liberdades civis?

A união do Estado com a religião, como ficou comprovado, provocou uma significativa diminuição dos níveis de participação política dos cidadãos, sendo que estes não se sentem devidamente representados pelas instituições e revelam um elevado sentimento de impotência no processo de tomada de decisão, inflacionado pelo abuso de poder do líder do AKP, que, visivelmente, descuroou o processo de institucionalização da participação dos seus cidadãos. Consideramos que os processos de democratização revelaram-se insuficientes e que a atuação do Estado na inclusão dos cidadãos no sistema político foi significativamente reduzida, potencializando a desilusão e desprezando a participação, enquanto bem necessário à prática democrática.

Conclui-se que os requisitos de admissão à UE não foram respeitados – as alterações constitucionais para a garantia dos direitos humanos foram comutadas pelas emendas constitucionais em privilégio dos intervenientes políticos e a liberdade de expressão em matéria religiosa não foi além de um discurso com características demagógicas em torno do autoritarismo islâmico e da hegemonia política e religiosa de Recep Tayyip Erdogan. Nesta investigação verificou-se que a «Nova Turquia», como força política, não atendeu devidamente às liberdades individuais, deixando enfraquecida a posição da liberdade nesta conceção de governação.

A constante preocupação com a política externa do país não só valida a nossa tese *neo-otomana*, como revela a meticulosa intervenção política de Erdogan, reservando o seu primeiro mandato para esta causa. A assídua presença em programas televisivos, as grandiosas obras e o apoio aos partidos islâmicos no início da Primavera Árabe, lembrando a glória dos tempos do Império e, até mesmo, alguma influência do *panturquismo*, colocam em causa as verdadeiras pretensões do ex-Primeiro-Ministro e as suas declarações pró-islamitas e antissemitas revelam uma clara falta de imparcialidade relativamente à liberdade religiosa prometida.

Entendemos que apesar de ambicionar mais respeito pelas suas práticas religiosas, a população islâmica nunca concordou com a ambição de islamização do Estado. A autora observou que a habilidade retórica de Erdogan e o seu discurso populista provocaram no eleitorado um sentimento de solidariedade com a sua causa religiosa, fazendo-o acreditar que o AKP iria remodelar os limites entre o Estado e a sociedade. Mas o tempo haveria por demonstrar que a liberdade religiosa não passaria de uma manobra de discurso que culminou na obrigação das práticas religiosas na sociedade. A autora entende ainda que, se os partidos laicos confundiram a

liberdade religiosa com “proibição religiosa”, Erdogan e o AKP confundiram-na com “obrigação religiosa”. E os limites entre o Estado e a sociedade não enfraqueceram – as medidas sociais que influenciam, direta ou indiretamente, a vida da população, ampliaram-se ao longo dos seus mandatos.

Finalmente, consideramos que Recep Tayyip Erdogan protagonizou uma tentativa de islamização, não só da sociedade, como do próprio Estado. Consequentemente, a hegemonia religiosa e política do atual Presidente da República da Turquia provocaram sérios danos na qualidade da democracia, deixando-a, claramente, mais ténue e desvigorosa, numa altura em que tanto se pondera a adesão do país à UE. Talvez a demagogia política de Erdogan tenha ofuscado a realidade política e social do país nos últimos anos mas, esperançosamente, esperamos contribuir para um clara e verdadeira interpretação da reconfiguração política da «Nova Turquia».

Bibliografia

- Baran, Z., Lesser, I. O., & Bağcı , H. (dezembro de 2008). Turkey's Identity and Strategy – A Game of Three-Dimensional Chess. *Powers and Principles: International Leadership in a Shrinking World* , 1-23.
- Zurcher, E. J. (1991). *Political Opposition in the Early Turkish Republic: The Progressive Republican Party 1924-1925*. Leida: Brill Academic Publishers.
- Alcantara, M. (julho-dezembro de 2008). Luces y sombras de la calidad de la democracia. *Revista de Derecho Electoral* , 1-15.
- Araújo, C., Pinto, E., Lopes, J., Nogueira, L., & Pinto, R. (2008). *Estudo de Caso*. Braga: Universidade do Minho.
- Arendt, H. (2006). *Entre o Passado e o Futuro*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Arendt, H. (2013). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Baran, Z. (2010). *The Other Muslims: Moderate and Secular*. New York: Palgrave Macmillan.
- Beetham, D., Carvalho, E., Landman, T., & Weir, S. (2008). *Assessing the Quality of Democracy: A Practical Guide*. Stockholm: IDEA.
- Birch, A. H. (2000). *The Concepts and Theories of Modern Democracy* . New York: Routledge.
- Caster, G. (1995). *Fragile Democracies. The Legacies of Authoritarian rules*. Pittsburgh: University of Pittsburgh.
- Cohn, G. (1986). *Weber - Sociologia*. São Paulo: Editora Ática.
- Committee on Foreign Affairs. (2013). Turkey at a Crossroads: What do the Gezi Park Protests Means for the Democracy in the Region? California: U. S. Government Printing Office.
- Coppedge, M., Gerring, J., Altman, D., Bernhard, M., Fish, S., Hicken, A., et al. (junho de 2011). Conceptualizing and Measuring Democracy: A New Approach. *Research Articles* , 9, 247-267.
- Costa, H. d. (2007). Democracia e Participação na Teoria Pluralista. *Cronos* , 215-228.
- Corbetta, J., & Liñan, A. P. (2001). *Calidad de la democracia. Un análisis de la trayectoria argentina*. Barcelona: Instituciones y Desarrollo.
- Dahl, R. (1985). *A Preface to Economic Democracy*. California: University of California Press.
- Dahl, R. (1997). *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- Diamond, L. (1999). *Developing Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Diamond, L. (2002). Thinking about Hybrid Regime. *Journal of Democracy* , 13, 21-35.
- Diamond, L., & Morlino, L. (2004). The Quality of Democracy. An Overview. *Journal of Democracy* , 20-31.
- Eisenberg, A. I. (1995). *Reconstructing Political Pluralism*. Albany: State University of New York Press.
- Erickson, F. (1986). *Handbook of Research on Teaching*. Londres: Macmillan
- Fernandes, J. P. (2005). *Turquia: metamorfoses de identidade*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.
- Flanagan, S. J., & Irannen, S. (2009). *Turkey's Evolving Dynamics: Strategic Choices for U.S. - Turkey Relations*. Washington: CSIS.
- Gokay, B., & Xypolia, I. (2013). Reflections on Taksim - Gezi Park Protests in Turkey. England: Keele University.
- Gramsci, A. (1991). *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal.
- Insel, A. (2015). *La nouvelle Turquie d'Erdogan: du rêve démocratique à la dérive autoritaire*. Paris: La Decouverte.
- Huntington, S. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon and Schuster.
- Hale, W. (2013). *Turkish Politics and the military* . New York: Routledge.
- Held, D. (2006). *Models of Democracy* . Cambridge: Polity Press.
- Hiro, D. (2009). *Inside Central Asia*. Londres: Overlook Duckworth.
- Kurth, J. (2004). Western Civilization, Our Tradition. *The Intercollegiate Review* , 5-13.
- Kekic, L. (2007). The Economist Intelligence Unit's index of democracy. *The Economist* (The Word in 2007), 1-11.
- Kinross, P. (1993). *Ataturk: the rebirth of a nation*. London: Weidenfeld.
- Lewis, G. L. (1999). *The Turkish Language Reform: A Catastrophic Success*. Oxford: Oxford University Press.
- Leões, R. F. (2014). A política externa turca. *InterAção* , 6, 52-78.
- Liman, A. M., & Prado, S. N. (2004). *Turquia: un país entre dos mundos*. Barcelona: Flor del Viento.

- Naylor, R. (1988). *Hot Money and Politics of Debt*. Québec: McGill Queen's Press.
- MacPherson, C. B. (1978). *Property, Mainstream and Critical Positions*. Toronto: Toronto University Press.
- MacPherson, C. B. (1977). *The Life and Times of Liberal Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Mango, A. (2002). *Ataturk: The Biography of the Founder of the Modern Turkey*. New York: The Overlook Press.
- Marshall, P., Gilbert, L., & Shea, N. (2014). *Perseguidos - O Ataque Global aos Cristãos*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Micklethwait, J., & Wooldridge, A. (2015). *A Quarta Revolução*. Alfragide: D. Quixote.
- Mis, N., & Aslan, A. (2014). Erdogan's politics and his presidential mission. *Analysis* , 1-32.
- Ozcan, A. K. (2006). *Turkey's Kurds - A Theoretical analysis of the PKK and Abdullah Ocalan*. New York: Routledge.
- O'Donnell, G., & Guillermo, P. (1986). *As transições de governo autoritário: conclusões preliminares sobre as democracias incertas*. Johns Hopkins University Press: Baltimore.
- ONU (2016). Declaração Universal dos Direitos Humanos, art.º18.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Príncipeia.
- Pateman, C. (1992). *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Porta, D. D. (2003). *Introdução à Ciência Política*. Santa Iria de Azoia: Editorial Estampa.
- Schumpeter, J. A. (2013). *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Routledge.
- Rubiol, G. (2004). *Turquia, entre Occidente y el Islam*. Barcelona: Viena Ensayo.
- Tilly, C. (2007). *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- The Economist. (2010). *Democracy index 2010 - Democracy in retreat*. London: The Economist Intelligence Unit Limited 2010.
- Touraine, A. (1996). *O que é a democracia?*. Lisboa: Instituto Piaget.

Referências Eletrónicas

- Committee to Protect Journalists. (2015). *Committee to Protect Journalists*, consultado em <https://www.cpj.org/reports/2015/12/china-egypt-imprison-record-numbers-of-journalists-jail.php> Data de acesso: 10 - 01 - 2016
- Erdogan, R. T. (2013). *Diário da Republica da Turquia*, consultado em <http://www.bbm.gov.tr/Forms/pgNewsDetail.aspx?Type=4&Id=8057> Data de acesso: 08 - 05 - 2015
- Fernandes, J. A. (2014). *Turquia: a grande "guerra civil islâmica"*, consultado em <https://www.publico.pt/mundo/noticia/turquia-a-grande-guerra-civil-islamica-1619318> Data de acesso: 12 - 01 - 2015
- Fernandes, J. P. (2015). *Jornal Público*, consultado em <https://www.publico.pt/mundo/noticia/como-a-uniao-europeia-impulsionou-a-vitoria-do-akp-de-erdogan-1713076> Data de acesso: 02 - 11 - 2015
- Filkins, D. (2015). *The New Yorker*, consultado em <http://www.newyorker.com/news/news-desk/the-end-of-the-erdogan-era> Data de acesso: 08 - 05 - 2015
- Global Fire Power. (2015). *Countries Ranked by Military Strength (2015)*, consultado em www.globalfirepower.com/countries-listing.asp Data de acesso: 08 - 10 - 2015
- Goulão, J. (1 de outubro de 2013). *Democratização na Turquia: importante mas insuficiente*, consultado em <http://www.beinternacional.com/pt-pt/the-week/week/democratizacao-na-turquia-importante-mas-insuficiente> Data de acesso: 21 - 11 - 2013
- Kestler-D'Amours, J. (2013). *Al Jazeera*, consultado em <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/02/2013217124044793870.html> Data de acesso: 20 - 04 - 2014
- Letsch, C. (2013). *Social media and opposition to blame for protests, says Turkish PM*, consultado em <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/02/turkish-protesters-control-istanbul-square> Data de acesso: 23 - 07 - 2015
- Sokollu, S. (2013). *Deutsche Welle*, consultado em <http://www.dw.com/pt/aumentam-as-cr%C3%ADticas-ao-governo-de-erdogan-na-turquia/a-16862744> Data de acesso: 07 - 03 - 2015
- The Economist. (2013). *The Economist*, consultado em <http://www.economist.com/news/leaders/21579004-recep-tayyip-erdogan-should-heed-turkeys-street-protesters-not-dismiss-them-democrat-or-sultan> Data de acesso: 27 - 03 - 2015

Cultura Política. (2011). *Eleições parlamentares na Turquia*, consultado em <http://culturapolitica.info/anterior/Paises/Europa/Turquia/Turquia.htm> Data de acesso: 08 - 08 - 2015

Meios Audiovisuais

Carrasco, T., Fontes, J., & Henriques, J. (2012). *Estrada da Revolução* [Filme]. Turquia.

Entrevistas

Carrasco, T. (07 de junho de 2015). *Minoria curda na Turquia*.

Anexo I – Critérios de Adesão do Boletim da União Europeia

O Conselho Europeu acordou à data que os países associados da Europa Central e Oriental desejam se converter em membros da União Europeia. A adesão terá lugar logo que um país associado assuma as obrigações de membro ao satisfazer as condições económicas e políticas.

A adesão exige que o país candidato disponha de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e proteção das minorias, a existência de uma economia de mercado em funcionamento, bem como a capacidade de lidar com a pressão competitiva e as forças do mercado dentro da União. A adesão pressupõe a capacidade do candidato para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo os objetivos de união política, económica e monetária.

A capacidade da União para absorver novos membros, mantendo simultaneamente a dinâmica da integração europeia, é também uma consideração importante no interesse geral tanto da União como dos países candidatos à adesão.

Boletim da UE, junho de 1993

Fonte: adaptado de Liman & Prado (2004).

Anexo II – Critérios de Copenhaga aplicados à candidatura da Turquia

A Comissão observa que, no que diz respeito aos direitos humanos, os problemas descritos no relatório do ano passado, e apesar de algumas melhorias, permaneceu basicamente o mesmo na Turquia. Este país também deve reforçar a sua capacidade de lidar com a pressão competitiva e as forças de mercado dentro da União.

Face ao exposto, a Comissão considera que a Turquia deve ser considerada no futuro como país candidato, o que não implica que as negociações devem começar agora. A Comissão propõe as seguintes medidas a fim de que ela possa beneficiar deste estatuto:

- Reforço do diálogo político, com especial referência à questão dos direitos humanos;
- Coordenação, num único dispositivo, de todas as fontes de assistência financeira da adesão à União Europeia;
- Oportunidade de participar em programas e agências da Comunidade;
- Adoção de uma parceria de adesão combinada com um programa nacional para a adoção do acervo, e iniciar um processo de exame analítico do acervo.

Boletim da EU, outubro de 1999

Fonte: adaptado de Liman & Prado (2004).

Anexo III - Freedom House Checklist for Political Rights and Civil Liberties.

Political Rights

1. Is the head of state and/or head of government or other chief authority elected through free and fair elections?
2. Are the legislative representatives elected through free and fair elections?
3. Are there fair electoral laws, equal campaigning opportunities, fair polling, and honest tabulations of ballots?
4. Are the voters able to endow their freely elected representatives with real power?
5. Do the people have the right to organize in different political parties or other competitive political groupings of their choice and is the system open to the rise and fall of these competing parties or groupings?
6. Is there a significant opposition vote, de facto opposition power, and a realistic possibility for the opposition to increase its support or gain power through elections?
7. Are the people free from domination by the military, foreign powers, totalitarian parties, religious hierarchies, economic oligarchies, or any other powerful group?
8. Do cultural, ethnic, religious, and other minority groups have reasonable self-determination, self-government, autonomy, or participation through informal consensus in the decision-making process?
9. (Discretionary) In traditional monarchies that have no parties or electoral process, does the system provide for consultation with the people, encourage discussion of policy, and allow the right to petition the ruler?
10. (Discretionary) Is the government or occupying power deliberately changing the ethnic composition of a country or territory so as to destroy a culture or tip the political balance in favor of another group?

Civil Liberties

1. Is there freedom of assembly, demonstration, and open public discussion?
2. Is there freedom of political or quasi-political organization, including political parties, civil organizations, and hoc issue groups, and so on?
3. Are there free trade unions and peasant organizations or equivalents and is there effective collective bargaining? Are there free professional and other private organizations?
4. Is there an independent judiciary?
5. Does the rule of law prevail in civil and criminal matters? Is the population treated equally under the law? Are police under direct civilian control?
6. Is there protection from political terror, unjustified imprisonment, exile, or torture, whether by groups that support or oppose the system? Is there freedom war and insurgencies?
7. Is there freedom from extreme government indifference and corruption?
8. Is there open and free private discussion?
9. Is there personal autonomy? Does the state control travel, choice of residence, or choice of employment? Is there freedom from indoctrination and excessive dependency on the state?
10. Are property rights secure? Do citizens have the rights to establish private business? Is private business activity unduly influenced by government officials, the security forces, or organized crime?
11. Are the personal social freedoms, including gender equality, choice of marriage partners, and size of family?
12. Is there equality of opportunity, including freedom from exploitation by or dependency on landlords, employers, union leaders, bureaucrats, or other types of obstacles to a share of legitimate economic gains?

Fonte: adaptado de Tilly (2007).

Anexo IV – Indicadores The Economist Intelligence Unit's - index of *democracy* para a quantificação da qualidade da democracia

Participação Política

1. Participação dos eleitores nas eleições nacionais.
 - 1 - Acima de 70%.
 - 0,5 - Entre 50% e 70%.
 - 0 - Inferior a 50%.

2. As minorias étnicas, religiosas e outras com grau de autonomia possuem voz no processo político?
 - 1 - Sim.
 - 0,5 - Sim, mas revelam falhas.
 - 0 - Não.

3. Representação das mulheres no parlamento.
 - 1 - Superior a 20% dos assentos parlamentares.
 - 0,5 – Entre 10% e 20%.
 - 0 – Inferior a 10%.

4. Participação da população em manifestações legais.
 - 1 – Elevada.
 - 0,5 – Moderada.
 - 0 – Baixa.

5. Alfabetização da população adulta.
 - 1 – Superior a 90%.
 - 0,5 – Entre 70% e 90%.
 - 0 – Inferior a 70%.

6. Interesse da população adulta em questões políticas.
 - 1 - Elevado.
 - 0,5 - Moderado.
 - 0 - Baixo.

7. Promoção da participação pelas autoridades.
 - 1 – Sim.
 - 0,5 – Alguma promoção.
 - 0 – Não.

Liberdades Civis

8. Os meios de comunicação são livres?
1 – Sim.
0,5 – Sim, mas existe uma alta concentração de empresas privadas na redação de notícias nacionais.
0 - Não.
9. Existe liberdade de expressão e de protesto?
1 – Sim.
0,5 – Algumas minorias são subjugadas e a lei restringe a sua liberdade de expressão.
0 - Não.
10. Existe diversidade de opinião e discussão aberta das questões públicas?
1 - Sim.
0,5 - Sim, existe uma liberdade formal devido ao elevado conformismo de opinião.
0 - Não.
11. Existe restrição política sobre o acesso à internet?
1- Não.
0,5 – Algumas restrições moderadas.
0 – Sim.
12. Os cidadãos são livres para formar organizações profissionais e sindicatos?
1 – Sim.
0,5 – Sim, embora com algumas restrições.
0 – Não.
13. Os cidadãos são tratados de forma igual perante a lei?
1 – Sim.
0,5 – Moderadamente.
0 – Não.
14. Existe tolerância religiosa?
1 - Elevada.
0,5 - Moderada.
0 - Baixa.
15. Os direitos de propriedade estão livres de influência do governo? Os cidadãos gozam de liberdade pessoal?
1 – Sim.
0,5 – Moderadamente.
0 – Não.
16. Percepções populares sobre a proteção dos direitos humanos no seu país.
1 – Superior a 70% da população.
0,5 – Entre 50% e 70%.
0 – Inferior a 50%.
17. Não há discriminação em função da raça, cor ou crença.

- 1 - Sim.
- 0,5 - Sim, embora o país revele algumas falhas significativas.
- 0 - Não.

18. Grau com que o governo invoca novos riscos e ameaças como desculpa para coibir liberdades civis.

- 1 - Baixo.
- 0,5 - Moderado.
- 0 - El

Pluralismo e Processo Eleitoral

19. As eleições são livres? Considere-se eleições competitivas, nas quais os eleitores são livres para votar e possuem uma vasta gama de escolhas.

- 1 - Sim, basicamente não possuem restrições a candidaturas.
- 0,5 - Algumas restrições moderadas.
- 0 - Sistema de partido único ou múltiplas restrições aos candidatos.

20. As eleições são justas?

- 1 - Sim, sem irregularidades.
- 0,5 - Apresentam algumas irregularidades significativas.
- 0 - Não, apresentam inúmeras irregularidades.

21. Há sufrágio universal para todos os adultos?

- 1 - Sim.
- 0 - Não.

22. Os cidadãos podem votar livres de ameaças significativas?

- 1 - Sim.
- 0 - Não.

23. As leis preveem direitos de antena amplamente iguais?

- 1 - Sim.
- 0,5 - Moderadamente.
- 0 - Não.

24. O processo de financiamento dos partidos é transparente e geralmente aceite?

- 1 - Sim.
- 0,5 - Nem sempre é transparente.
- 0 - Não.

25. Os partidos da oposição têm uma perspectiva realista de conseguir governar? Existe possibilidade de acesso a cargos públicos para todos os cidadãos?

- 1 - Sim.
- 0,5 - Sim, embora o país revele algumas falhas significativas.
- 0 - Não.

26. São os cidadãos livres para formar organizações políticas e cívicas, livre da interferência do Estado e da sua vigilância?

- a. 1 - Sim.
- b. 0,5 - Sim, mas revela-se algumas restrições.

c. 0 – Não

Funcionamento do Governo

27. É o Legislativo um órgão político supremo, com uma clara supremacia sobre os outros ramos do governo? Existe um sistema eficaz de freios e contrapesos ao exercício da autoridade do governo?
- 1 – Sim.
 - 0,5 – Moderadamente.
 - 0 – Não.
28. O governo está livre de influência indevida por parte dos militares ou dos serviços de segurança do Estado? Os poderes e as organizações estrangeiras determinam funções importantes do governo ou políticas internas?
- 1 – Sim.
 - 0,5 – Moderadamente, com algumas influências.
 - 0 – Não, quer por motivos de influência, quer pela presença das organizações estrangeiras.
29. Os poderosos grupos econômicos nacionais, religiosos ou outros exercem poder político significativo, em paralelo com as instituições democráticas?
- 1 – Não.
 - 0,5 – Exercem alguma influência significativa.
 - 0 – Sim.
30. Existem mecanismos e instituições suficientes no local para garantir a prestação de contas do governo ao eleitorado?
- 1 – Sim.
 - 0,5 – Existem mecanismo mas revelam falhas significativas.
 - 0 – Não.
31. É o funcionamento do governo aberto e transparente, com suficiente acesso público à informação? Quanto generalizada é a corrupção?
- 1 – Sim, com baixos indicadores de corrupção.
 - 0,5 - Sim, embora o país revele alguns casos de falta de transparência e de corrupção.
 - 0 – Não. Governos pouco transparente, com elevado nível de corrupção.
32. As percepções populares sobre a liberdade de escolha e a ausência de controlo sobre as suas vidas são elevadas?
- 1 - Sim.
 - 0,5 – Moderadamente.
 - 0 – Não.
33. Existe confiança popular nos partidos políticos, no governo e nas instituições públicas?
- 1 – Sim.
 - 0,5 – Moderadamente.
 - 0 – Não.

Fonte: adaptado de Kekic (2007).

ANEXO V – Catalogação *The Economist Intelligence Unit's - index of democracy*

Democracias plenas

- (i) Respeito pelas liberdades políticas e pelas liberdades civis, apoiado por uma cultura política favorável ao florescente da democracia;
- (ii) O funcionamento do governo é satisfatório;
- (iii) Meios de comunicação independentes e diversificados;
- (iv) Existe um sistema eficaz de pesos e contrapesos. O Poder jurídico é independente e as decisões judiciais são, devidamente, aplicadas.

Democracias imperfeitas

- (i) Eleições livres e justas. Na eventualidade de surgirem determinados problemas (como infrações sobre a liberdade de imprensa), as liberdades civis básicas são respeitadas;
- (ii) Existem deficiências significativas em outros aspetos da democracia, incluindo problemas a nível da governação, uma cultura política subdesenvolvida e baixos níveis de participação política.

Países Híbridos

- (i) As eleições apresentam irregularidades substanciais que, muitas vezes, as impedem de ser, ao mesmo tempo, livres e justas;
- (ii) A pressão do governo sobre os partidos da oposição e os candidatos podem ser frequentes;

- (iii) Comparativamente com as democracias imperfeitas, apresentam deficiências graves na cultura política, no funcionamento do governo e na participação política;
- (iv) A corrupção tende a ser generalizada e o Estado de Direito é fraco;
- (v) Presença de perseguições e pressão sobre os jornalistas e a ação judiciária pouco independente.

Regimes autoritários

- (i) Pluralismo político ausente ou muito circunscrito;
- (ii) Muitos dos países nesta categoria são ditaduras definitivas. Podem existir algumas instituições formais da democracia, porém, têm pouca substância;
- (iii) Eleições, caso ocorram, não são livres e justas;
- (iv) Abusos e violações das liberdades civis. Meios de comunicação, normalmente, estatais ou controlados por grupos ligados ao regime no poder;
- (v) Repressão das críticas ao governo e censura generalizada;
- (vi) Ausência de um sistema judiciário independente.

Fonte: The Economist (2010).

Anexo VI – Mapa da Turquia com referência às Províncias turcas do Curdistão



Fonte: autoria da autora, adaptado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>